



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS – RIO CLARO



---

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

---

**A IDENTIDADE NACIONAL E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO-  
NAÇÃO NA EXPERIÊNCIA LITERÁRIA DA GEOGRAFIA DE  
DONA BENTA, DE MONTEIRO LOBATO**

FILIPE RAFAEL GRACIOLI

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Setembro - 2013

FILIPPE RAFAEL GRACIOLI

A IDENTIDADE NACIONAL E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO-  
NAÇÃO NA EXPERIÊNCIA LITERÁRIA DA GEOGRAFIA DE  
DONA BENTA, DE MONTEIRO LOBATO

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. João Pedro Pezzato

Rio Claro  
2013

910.07 Gracioli, Filipe Rafael  
G731i A identidade nacional e a formação do espaço-nação na  
experiência literária da Geografia de Dona Benta, de Monteiro  
Lobato / Filipe Rafael Gracioli. - Rio Claro, 2013  
116 f. : il., figs., quadros

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,  
Instituto de Biociências de Rio Claro  
Orientador: João Pedro Pezzato

1. Geografia - Estudo e ensino. 2. Conhecimento de  
geografia. 3. Literatura infantil. 4. Livro didático de geografia.  
5. Experiência e imaginação. I. Título.

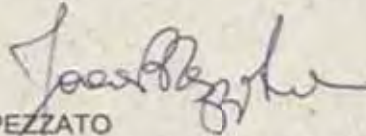
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

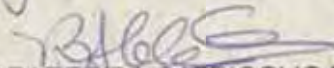
**TÍTULO:** A IDENTIDADE NACIONAL E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO-NAÇÃO NA EXPERIÊNCIA LITERÁRIA DA GEOGRAFIA DE DONA BENTA, DE MONTEIRO LOBATO

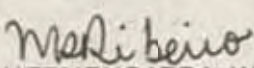
**AUTOR:** FILIPE RAFAEL GRACIOLI

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. JOAO PEDRO PEZZATO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO , pela Comissão Examinadora:

  
Prof. Dr. JOAO PEDRO PEZZATO  
Departamento de Educação / Instituto de Bociências de Rio Claro

  
Profa. Dra. BERNADETE APARECIDA CAPRIOGLIO DE CASTRO OLIVEIRA  
Instituto de Goeciências e Ciências Exatas - UNESP - Rio Claro

  
Profa. Dra. MARIA AUGUSTA HERMENGARDA WURTHMANN RIBEIRO  
Departamento de Educação / Instituto de Bociências de Rio Claro

Data da realização: 30 de agosto de 2013.

*A todos os geógrafos,  
para que o espaço geográfico se reinvente.*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Cicero e Angela, pela presença, pela confiança e por acreditar-me;  
Ao meu irmão, Michel, pela presença e companheirismo;  
Ao querido João Pedro, orientador e exemplo de geógrafo, pela atenção, por acreditar-me e  
principalmente pelo otimismo, sempre;  
Às mais que queridas amigas, companheiras de estudos e de vida, Juliana, Silvia e Tatiana,  
pelos bons momentos de risos e pela experiência da amizade verdadeira;  
Aos eternos amigos Anderson, Emerson e Sarah, pela presença, pelos risos e pela amizade  
duradoura;  
Ao querido amigo Marcos Paulo, modelo de persistência e inteligência, pela presença e  
confiança;  
À Lilian, amiga que me ensinou o sentido da luta, pelo incentivo e principalmente por  
acreditar-me;  
Ao Gerson, exemplo da força e da persistência que não se podem perder;  
À querida Thais, companheira de curso, pela presença radiante;  
A todos os companheiros de curso (Adilson, Beatriz, Camila, Danielle, Felipe, Glauca,  
Jaqueline, Karina, Luciano, Pâmela, Patricia, Paula, Raquel, Ricardo, Suzelaine, Terezinha,  
Thais, Valter, Vanessa);  
Às professoras Arlete e Maria Augusta e companheiros do grupo de estudos pela riqueza dos  
saberes e experiências compartilhadas;  
Aos professores Jader e Bernadete, pela disponibilidade e respeito com que trataram minha  
pesquisa;  
À Nilza, a bibliotecária mais querida da UNESP Rio Claro, pelo apoio e pelos momentos de  
distração;  
À Sra. Maria José, responsável pelo acervo da Biblioteca de Livros Didáticos da Universidade  
de São Paulo (USP), pela presteza e atenção;  
Ao Sr. Albino, responsável pela seção de obras raras da Biblioteca Pública Municipal de  
Piracicaba, pelo apoio;  
À Sueli, à Andreia, à Marisa e a todos os funcionários do Departamento de Educação, pela  
presença constante;  
À memória viva de Clarice Lispector, cujas palavras ecoam libertadoras;  
À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo suporte  
financeiro.  
Muito obrigado!

*Já que se há de escrever, que pelo menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas.*

*O melhor ainda não foi escrito. O melhor está nas entrelinhas.*

*Clarice Lispector*

## RESUMO

O período representativo da Primeira República (1889-1930) significou para o Brasil o esforço de construção de uma ideia de nação e de uma identidade nacional, até então bastante difusos para o brasileiro. Por meio dos livros, didáticos ou não, e por meio de uma cultura escolar nascente, estas ideias passaram a povoar o imaginário popular do estudante e do cidadão brasileiros, fixando símbolos e princípios para a sustentação de um território genuinamente nacional. Neste sentido, o propósito deste estudo concentrou-se em investigar a expressão do conteúdo relacionado à identidade nacional na formação geográfica do estudante de nível primário da escola do período republicano, associando os conhecimentos veiculados pelos livros didáticos utilizados à época aos conhecimentos geográficos expressados na *Geografia de Dona Benta* (1935) de Monteiro Lobato. Buscando responder às questões que perguntam: “quais são as concepções de conhecimento geográfico expressadas na obra em questão?” e “quais as contribuições da obra para a construção das representações do espaço geográfico e para a produção da identidade nacional no período da Primeira República no Brasil?” desenvolvemos uma análise dos indícios textuais e gráficos trazidos por Lobato na construção da sua Geografia. Partindo do pressuposto de que a experiência funda novas perspectivas, entendemos que a Geografia proposta por Lobato cria novas espacialidades a partir da experiência vivida do espaço pelo leitor, por meio de uma literatura que resgata um poder de criação e de imaginação próprios da língua, subvertendo os padrões da escrita e dos usos da palavra em uma época de intensas e significativas transformações na vida cultural do Brasil. Na sua Geografia *desliteraturizada*, Lobato cria um novo modo de se relacionar com os espaços geográficos, funda uma geograficidade, especialmente para o Brasil, ao pensá-lo a partir de suas formas identitárias próprias, permitindo ao seu leitor imaginar e conceber estes espaços ao seu modo sem, no entanto, se esquecer do necessário retorno à crítica e ao questionamento políticos que levam à imaginação criadora.

**Palavras-chave:** identidade nacional, experiência e imaginação, literatura infantil, livro didático de Geografia, Monteiro Lobato.



## ABSTRACT

The representative period of the First Republic (1889-1930) meant to Brazil the effort to build a sense of nation and national identity, hitherto quite diffuse for the Brazilian. Through books, textbooks or not, and by means of a spring school culture, these ideas began to populate the popular imagination of students and Brazilian citizens, setting symbols and principles for support of a genuinely national territory. In this sense, the purpose of this study focused on investigating the expression of content related to national identity in shaping the geographical student primary school Republican period, combining the knowledge conveyed by textbooks used at the time to the geographical knowledge expressed in *Geografia de Dona Benta* (1935) by Monteiro Lobato. Seeking to answer the questions they ask: "what are the conceptions of geographical knowledge expressed in the work in question?" and "what are the contributions of the work for the construction of representations of geographic space and the production of national identity in the period of the First Republic in Brazil?" develop an analysis of textual and graphic evidence brought by Lobato in the construction of its geography. Assuming that the fundamental experience new perspectives, understand that geography proposed by Lobato creates new spatialities from the experience of space by the reader, through a literature that rescues a power of creation and imagination own language, subverting standards of writing and uses of the word in a time of intense and significant transformations in the cultural life of Brazil. In his Geography *desliteraturizada*, Lobato creates a new way of relating to geographical spaces, founds a geographicity, especially Brazil, to think of it from their own identity forms, allowing your reader to imagine and design these spaces to their so without, however, forgetting the necessary return to political criticism and questioning that lead to creative imagination.

**Keywords:** national identity, experience and imagination, children's literature, Geography textbook, Monteiro Lobato.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Geographia Elementar</i> – capa e folha de rosto junto à listagem das bandeiras dos “principaes paízes” - 11 ed., 1913.....	39
Figura 2 – <i>Geographia Elementar</i> – capa e folha de rosto junto à listagem das bandeiras dos “principaes paízes” - 11 ed., 1913.....	39
Figura 3 – Listagem das “Superfícies dos estados do Brazil” e comparativo das superfícies dos cinco continentes. <i>Geographia Elementar</i> , 11 ed., 1913.....	39
Figura 4 – Listagem das “Superfícies dos estados do Brazil” e comparativo das superfícies dos cinco continentes. <i>Geographia Elementar</i> , 11 ed., 1913.....	39
Figura 5 – <i>Praticas de Geographia</i> – capa da 2ª edição e página interna ilustrando o “Dispositivo para reproducção da experiencia de Plateau”, [192?].	40
Figura 6 – <i>Praticas de Geographia</i> – capa da 2ª edição e página interna ilustrando o “Dispositivo para reproducção da experiencia de Plateau”, [192?].	40
Figura 7 – “Estreito de Magalhães”.....	50
Figura 8 – Território do Alasca.....	50
Figura 9 – Rosa dos Ventos.....	51
Figura 10 – Pontos cardeais e o clássico sentido de orientação pelo Sol.....	51
Figura 11 – “Maneiras de orientar-se”.....	51
Figura 12 – “Orientação”.....	51
Figura 13 – “Sonda do Araquá”. Torre de exploração de petróleo em território brasileiro.....	56
Figura 14 – Sonda de exploração de petróleo em território americano.....	56
Figura 15 – “Arranha ceus”.....	57
Figura 16 – “Entrada de Nova York”.....	58
Figura 17 – “O Pessoal do sitio na Broadway”.....	58
Figura 18 – “Baía de Guanabara”.....	59
Figura 19 – “Botafogo”.....	59
Figura 20 – A foz do rio Amazonas.....	64
Figura 21 – “Pinheiro, pinha e pinhão”.....	65
Figura 22 – “Pico do Itatiaia”.....	65
Figura 23 – “Cachoeira de Paulo Afonso”.....	65
Figura 24 – “Boca do Amazonas”.....	66
Figura 25 – “Vista Japonesa”.....	67
Figura 26 – “A Grande Muralha da China”.....	68

Figura 27 – “Cidade Holandesa”.....	68
Figura 28 – Tipos humanos representados na obra de Lobato: o branco europeu, o negro africano, o amarelo asiático e o vermelho indígena.....	78
Figura 29 – “Raças brancas, vermelha, amarela, prêta”.....	78
Figura 30 – “O Rabicho”.....	79
Figura 31 – “Cena de Matadouro”. O gaúcho como tipo humano brasileiro.....	79
Figura 32 – “Capítulo II – Raças e povos da terra – etnogenia”.....	80
Figura 33 – Tipos humanos. Na legenda dos rostos uma confusão conceitual, substituindo a raça por espécime.....	80
Figura 34 – Tipos humanos representando a importância do estudo da raça como determinante no bom desenvolvimento da nação.....	81

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1</b> - Organização dos conteúdos em livros didáticos de Geografia do período da Primeira República.....	37
<b>QUADRO 2</b> – Organização dos conteúdos na Geografia de Dona Benta (1935).....	38

## **LISTA DE ANEXOS**

<b>ANEXO A – LOBATO NO SUPREMO.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO B – O BRASIL VISTO DO SÍTIO.....</b>	<b>113</b>

## SUMÁRIO

	<b>Página</b>
ENTRE PRECEITOS E PRECONCEITOS: CAMINHOS E DESCAMINHOS DA CONSTRUÇÃO TEXTUAL.....	1
LITERATURA, IDENTIDADE E NAÇÃO: UM ESTADO DA ARTE DO TEMA DE PESQUISA.....	4
SOBRE CULTURA, LITERATURA E A FORMAÇÃO DA NAÇÃO.....	8
A GEOGRAFIA DE DONA BENTA, O LIVRO DIDÁTICO DO INÍCIO DO SÉCULO XX E A REVISÃO DE UMA CULTURA ESCOLAR INFANTO-JUVENIL.....	22
Aproximações entre a organização dos conteúdos de Geografia da literatura didática do início do século XX e a Geografia de Dona Benta.....	35
O conteúdo de Geografia na República.....	45
As ilustrações na Geografia de Dona Benta: uma visão gráfica de um mundo contado.....	48
Construindo uma identidade: os tipos humanos na Geografia de Dona Benta.....	69
O IDEÁRIO DA NAÇÃO POSITIVA NA ESCRITA DE LOBATO E OS SÍMBOLOS DO NOVO TEMPO POLÍTICO BRASILEIRO.....	82
FINALIZANDO.....	90
REFERÊNCIAS.....	98
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	101
OBRAS DIDÁTICAS CONSULTADAS.....	103
APÊNDICES.....	106
Apêndice A - Listagem de fontes consultadas – Estado da arte do tema de pesquisa.....	106
ANEXOS.....	111
Anexo A – Lobato no Supremo.....	111
Anexo B – O Brasil visto do sítio.....	113

## ENTRE PRECEITOS E PRECONCEITOS: CAMINHOS E DESCAMINHOS DA CONSTRUÇÃO TEXTUAL

Este trabalho tem suas raízes em 2009, quando fui convidado a dar os primeiros passos no mundo acadêmico. Nesta época, andava às voltas com a incerteza que atinge a todos os estudantes de ensino superior quando se deparam com as obrigações que a vida acadêmica impõe. Que fazer? De quem se aproximar? E o mais terrível: como fazer tudo isso!

Neste mesmo ano aproximei-me do professor João Pedro Pezzato, de quem havia ouvido falar algum tempo antes por uma aluna sua de pós-graduação e que o havia me recomendado; esta aproximação veio em função das aulas de estágio supervisionado para o ensino de Geografia, que passaram a fazer parte do currículo de licenciatura a ser cumprido.

Quatro meses depois de nos conhecermos, os laços se estreitando e as afinidades tornando-se mais claras, resolvi expor minha vontade de trabalho para o professor, que me ofereceu apoio e disposição para orientação. Lembro-me que naquele instante meu desejo era trabalhar a escrita de Clarice Lispector, minha autora predileta na literatura brasileira, associando seu conteúdo com o conteúdo geográfico que em seus escritos poderia haver.

Entretanto, como nos caminhos e descaminhos da vida acadêmica nem tudo são flores, o trabalho com a escritora preferida teria que ser adiado:

- Sugiro que trabalhemos com Monteiro Lobato, já que temos alguns professores no Departamento de Educação que também têm trabalhos com este autor, não seria legal? – disse João.
- Claro, seria interessante trabalhar com Monteiro Lobato! – disse o aluno escangalhado que nem se iniciara no mundo acadêmico e já tinha no currículo a primeira frustração.

Tempos depois, alguns textos lidos, frustrações superadas, um desejo plantado de querer conhecer os caminhos da pesquisa acadêmica e alguma sabedoria de mundo e de vida a mais, resolvi iniciar meus trabalhos com a temática das representações de espaços geográficos na *Geografia de Dona Benta*, obra de Monteiro Lobato dirigida para o público infantil brasileiro da década de 1930 e posteriores. Quem era este autor de quem só ouvira falar durante as aulas de língua portuguesa no Ensino Médio (e de um modo torto, porque tudo que sabia era que tinha se contraposto a pintora Anita Malfatti, ícone da Semana de 22) e que só escrevia livros para crianças? Quem era este homem de sobrelhas marcadas de quem só conhecia o Sítio do Pica-pau Amarelo? Eis as dificuldades que encontrei logo no início de minha pesquisa. E mais ainda: como associar um conhecimento superior, onipresente e

onipotente, como se supõe ser o científico, ao conhecimento literário que, ao menos para o brasileiro contemporâneo, em sua generalidade, é tido como passatempo?

Estas e outras muitas questões que surgiram ao longo de mais de três anos de pesquisa, estudos, eventos, trocas e bate-papos, foram o impulso para a construção deste trabalho que está, formalmente, finalizado, mas que tem um perfil inacabado, eternamente em construção, atravessador do tempo e do espaço, como um produto cultural, como o esforço pela tentativa de pontuar no infinito do tempo uma trajetória de sujeitos que se renovam a cada instante de suas existências.

Lembro-me que um dos grandes obstáculos que tive que enfrentar para a construção desta pesquisa foi o (pré)conceito, típico de estudantes que querem ganhar o mundo com meia dúzia de livros lidos e algumas participações em seminários e encontros acadêmicos. Para mim, Monteiro Lobato não passava de mais um escritor do vasto rol de intelectuais brasileiros, fruto de seu tempo e “chato de galochas”, porque teimava em se debater com o movimento modernista que – aos olhos do iniciante – era nada menos que a panaceia para um Brasil culturalmente estagnado.

Foi com a experiência da pesquisa acadêmica, após um Trabalho de Conclusão de Curso formalizado em 2011, que intitulei *Monteiro Lobato e a Geografia de Dona Benta* e de alguns escritos relacionados ao tema, que este e muitos, muitos outros preconceitos se me foram desconstruindo e dando lugar a um mundo de possibilidades e de interpretações que, se não são a panaceia, podem ser um caminho alternativo para algo melhor ou mais importante ainda. Nada mais frutuoso que uma mente aberta, disposta ao novo e ao desconhecido, observadora, sempre atenta aos detalhes mais íntimos e, acima de tudo, questionadora!

Depois de finalizada esta trajetória que nossa cultura intitula “Curso de Mestrado”, levo comigo algumas impressões e alguns resultados que me servirão de escora para o que o porvir me reservar. Dentre eles, o ganho de ousadia para sugerir, menos medo de errar e a certeza de que o que parece ruim, talvez tenha sido nos apresentado de um modo diferente e que outras óticas são sempre possíveis; que a Geografia e Monteiro Lobato formam um par belo, rico, infinito e, sobretudo, indispensável para quando quisermos compreender o nosso tempo e o nosso Brasil atuais; e principalmente, que um querer somente se realiza quando há vontade, coragem, força para lutar e uma boa dose de paciência!

Para encerrar este breve memorial descritivo da pesquisa, em algumas palavras, cabe adiantarmos o propósito investigativo do texto; considerando o caráter político e de divulgação de um conhecimento nacionalista, a *Geografia de Dona Benta* apresenta uma



narrativa que relaciona os conhecimentos da Geografia escolar com o conhecimento literário, que nos leva a indagar sobre dois pontos fundamentais, os nortes de nossa pesquisa:

- 1) Quais são as concepções de conhecimento geográfico expressadas na *Geografia de Dona Benta*?
- 2) Quais as contribuições da obra para a construção das representações do espaço geográfico e para a produção da identidade nacional no período da Primeira República no Brasil (1889-1930)?

Na sequência, apresentamos o nosso pensamento.

## LITERATURA, IDENTIDADE E NAÇÃO: UM ESTADO DA ARTE DO TEMA DE PESQUISA

O olhar geográfico sobre o tema da literatura não é recente. Os caminhos que cruzam o conhecimento literário derivado das literaturas romanescas, regionalistas ou mesmo poéticas sempre se encontraram com os caminhos que os saberes de teor geográfico traçaram ao longo dos tempos, tendo a História e a própria Geografia como campos de conhecimento científicos como testemunhas. Ambos estes conhecimentos estiveram umbilicalmente ligados entre si pela fatalidade da língua e da linguagem, no sentido de que o conhecimento geográfico como expressão de uma espacialidade não pode manifestar-se concretamente como conhecimento sem o suporte de uma linguagem que forneça a materialidade para a sua expressão.

Em função da necessidade de conhecer o que já foi produzido em termos do tema escolhido para o trabalho, como ato de valorização e de reconhecimento do pensamento nacional e de seus desdobramentos, elaboramos uma pesquisa nos moldes de *estado da arte*, percorrendo e investigando algumas fontes de organização dos trabalhos elaborados no Brasil sobre a temática selecionada.

O universo de fontes selecionadas para a pesquisa restringiu-se aos bancos de dados eletrônicos de duas universidades paulistas (USP – Universidade de São Paulo e UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas), de duas universidades fluminenses (UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro e UFF – Universidade Federal Fluminense), do portal SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*), da ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação) e ao banco de teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em pesquisa elaborada no mês de maio de 2013. À exceção dos bancos de dados da ANPED e da UFF, em todas as fontes investigadas houve trabalhos referentes ao tema da pesquisa, selecionados 42 títulos entre dissertações de mestrado e teses de doutoramento, por melhor se aproximarem do propósito do nosso estudo, qual seja, o da relação entre literatura e espaço.

As palavras-chave utilizadas na pesquisa em todas as fontes consultadas foram: *identidade nacional*; *identidade nacional e literatura*; *identidade nacional e geografia*; *identidade nacional e literatura infantil*; *geografia e literatura*; *geografia e literatura infantil*. Destes termos os mais acessados foram *identidade nacional* e *identidade nacional e literatura*, sobretudo nos campos relativos aos programas de pós-graduação em Letras (Literatura Comparada), Filosofia e Ciências Humanas, Educação e História. Nos programas de pós-graduação em Geociências, nos quais frequentemente esteve inserida a Geografia, e no

banco de dados do portal SCIELO foram encontrados cinco trabalhos, que associaram os temas da *identidade nacional e geografia* e da *literatura e geografia*<sup>1</sup>.

Dentre os documentos investigados somente os referentes ao conteúdo de conhecimentos da Geografia trabalharam a temática da identidade nacional a partir da sua espacialização e não temporalização, estudando a difusão e a organização de uma identidade para a nação brasileira a partir da organização espacial - local, regional ou territorial e de seus usos, e de um senso de brasilidade (valores e políticas do homem brasileiro) na construção das relações formadoras do espaço geográfico brasileiro.

Também, nos trabalhos de teor biológico-ecológico ou que remetam ao naturalismo/biologicismo característicos do período inicial do século XX que buscava uma identidade para o Brasil pautada nos elementos da natureza e da exuberância do meio natural brasileiro, o espaço geográfico aparece como elemento de forte centralidade na construção de uma identidade tropical para o país. Quanto aos demais trabalhos a identidade nacional se coloca a partir de um viés verticalizado, com foco na psicologização dos personagens e de suas filosofias e ideologias, ou seja, os tipos brasileiros, para os casos dos trabalhos com obras literárias; como exemplos, foram frequentes os estudos envolvendo as obras Macunaíma, de Mário de Andrade, o personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato e textos de Sérgio Buarque de Holanda, todos pensadores de um Brasil em formação de uma identidade cultural.

Houve também estudos que versaram sobre a literatura, especialmente o gênero da crônica, como formadora de uma identidade brasileira, adquirindo um tom de trabalho com as manifestações e evoluções da língua portuguesa como contribuinte para a formação desta identidade. Além disso, esta identidade vem tratada como resultado de grupos que compuseram a nação na sua construção temporal, atendo-se principalmente aos aspectos da raça, das etnias e dos grupos culturais, com foco nas falas dos regionalismos culturais.

Especialmente em relação às palavras-chave *identidade nacional e geografia* e *identidade nacional e literatura infantil* houve maior frequência no aparecimento de trabalhos que versaram sobre as obras ou sobre o pensamento de Monteiro Lobato, inclusive tratando da *Geografia de Dona Benta*, objeto de nosso estudo. Em uma visão geral, estes trabalhos buscaram na literatura infantil e adulta deste autor os aspectos da identidade brasileira ao brasileiro a partir de seus personagens, especialmente o Jeca Tatu, que por muito tempo sustentou a personificação do povo brasileiro, em diferentes tempos e em diferentes faces.

---

<sup>1</sup> No Apêndice A encontra-se a listagem com as referências de todas as fontes consultadas.

Houve também teses que discutiram a relação de Lobato com o modernismo e com a produção e circulação editorial de suas obras, mas somente um trabalho<sup>2</sup> tratou especificamente da investigação do pensamento geográfico, associando-o a três de suas obras infantis (*Geografia de Dona Benta* - 1935, *O poço do Visconde* - 1937 e *A chave do tamanho* - 1942), desenvolvendo a análise deste pensamento a partir da ideia de espaço geográfico com fundamento na história do pensamento geográfico.

No referido trabalho - *Monteiro Lobato e o Sítio do Picapau Amarelo: uma análise do pensamento geográfico* (2008), Giaretta aproxima-se muito daquilo que propomos para nosso estudo; no entanto, à diferença do que apontou a autora no trato do tema do espaço geográfico na *Geografia de Dona Benta*, nosso propósito investigativo teve como fundamento o pressuposto do espaço geográfico como experiência vivida, como sentimento de pertencimento ao lugar pelo leitor, experiências que estão permitidas pela linguagem fantástica que fundaram uma literatura infantil de exploração ainda hoje, na atual modernidade, pertinente para a formação de um raciocínio geográfico pelo jovem leitor.

À pergunta sobre a relevância de nosso estudo para o campo da educação, fundamenta-nos a colocação de Resende (1986) para quem a definição do conceito de espaço a ser trabalhado diz muito sobre o nosso pensamento e sobre o modo como trabalharemos a Geografia que pretendemos difundir. Na direção apontada por Monteiro Lobato na sua obra não poderíamos deixar de atender ao propósito por ele lançado para o pensamento geográfico, o de fazer uma Geografia para a infância que não fosse descompromissada com um pensamento de crítica e que ao mesmo tempo partisse da linguagem mágica de espaços inventados, além de valorativa da educação pela experiência criativa do jovem leitor.

Também como fez Lobato, nosso entendimento de educação passa pela perspectiva do estudante como um sujeito de ação política, um sujeito pensante e portador de inquietações próprias, vindas de sua experiência criadora e inventiva; entendemos que nosso estudo importa ao campo da educação pelo viés de sua análise, o da experiência geográfica iniciada por Lobato para o desenvolvimento de uma relação de invenção espacial, que conduz à crítica e ao questionamento geográfico. A fórmula mágica de sua escrita, a da relação de experiência do espaço pela imaginação do infantil, refunda a lógica tradicional dos cânones do ensino de Geografia, que ultrapassa os limites do meramente descritivo; a oralidade assume o lugar da descrição e da nomenclaturização, mas não as nega nem as

---

<sup>2</sup> GIARETTA, Liz Andreia. **Monteiro Lobato e o Sítio do Picapau Amarelo: uma análise do pensamento geográfico**. 2008. 158f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 2008.

diminui em importância pedagógica, apenas institui o diálogo como parceiro na tarefa de educar.

Lobato apresenta-se a nós leitores como um narrador e, no caso da obra que estudamos, narrador de um espaço em formação. Sua obra, que surge em meio à presença ainda viva do romantismo literário regionalista, coloca-se como um monumento à resistência da narrativa em uma época de rápido desenvolvimento tecnológico e de aceleração dos contextos; é aí que a sua Geografia se faz importante como obra pedagógica, ao permitir que a narrativa persista entre aqueles que mais experienciam: as crianças. E diferente do romancista, que escreve isolado e que não sabe dar nem receber conselhos, o narrador escreve a partir da experiência sua e também da experiência de outrem, porque sua função é a de fazer sugestões “sobre a continuação de uma história que está sendo narrada” (BENJAMIN, 1996, p. 200) mais do que continuá-las ao seu modo, bem na direção do pensamento de Lobato, ao sugerir um caminho para a história do Brasil.

É neste sentido também que a importância da obra de Lobato e a deste estudo para o campo da educação, formal, informal ou o que ela venha a representar, acontece: no sentido de que o espaço construído com a narrativa é um espaço de experiências geográficas que esbarram unicamente em sua natureza, abstraídas do bem e do mal, do verdadeiro e do falso, um espaço mítico que abre um leque que tende a um infinito de questionamentos sobre a sua construção.

Tal como a figura do narrador, Lobato se move “para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada. Uma escada que chega até o centro da terra e que se perde nas nuvens [...]” (BENJAMIN, 1996, p. 215). Nesse movimento de idas e vindas pela memória nosso autor resgata o conceito de artesanidade do conhecimento e a maneira como ele se dispõe na sociedade, chamando a responsabilidade do processo educativo para a própria criança leitora, para seus familiares, seus amigos e para a própria sociedade, num momento da história em que a abertura democrática da escola abdicava para si a responsabilidade da formação humana que antes cabia à oralidade presente mais nas relações familiares.

O fundamento de nosso estudo, bem como sua importância, apoia-se nas palavras de José Sérgio de Carvalho (2011) para quem algumas experiências não respondem à pergunta “- para que servem?” Nosso estudo não tem uma utilidade imediata nem prescreve um modelo a ser seguido, mas intenta sugerir, criar sentido no leitor para minimamente enriquecer-lhe em sua experiência imaginativa: “[...] as experiências são formativas não pelo que nos permitem fabricar como fruto de seu aprendizado, mas pelo fato de que operam transformações naqueles que por elas passam.” (CARVALHO, J. S., 2011, p. 320).

## **SOBRE CULTURA, LITERATURA E A FORMAÇÃO DA NAÇÃO**

Tão antigos quanto a própria literatura, os saberes geográficos, como expressão espacial, estiveram alocados nas diversas linguagens utilizadas pelo gênero humano para fins de comunicação e de socialização. Se recuperarmos nossos conhecimentos sobre a pré-história, facilmente notaremos a presença dos saberes geográficos nas linguagens desenvolvidas pelos povos a princípio nômades, e posteriormente sedentários, de quem a História nos fala. As pinturas rupestres representativas das cenas do cotidiano destes grupos humanos carregam consigo a espacialidade vivida no decorrer de suas ações, narrada por meio de uma linguagem gráfica anterior a qualquer manifestação da capacidade racional da espécie humana em gerar e interpretar códigos e símbolos, a que chamamos de língua.

Para a linguagem desenvolvida no ocidente, recupera Geraldi (2000) que o seu percurso se deu a partir de sua característica sonora criadora do alfabeto e aprimorada com a capacidade de segmentação pelo homem do *continuum* da fala em elementos cada vez menores: as palavras, as sílabas, os fonemas. É neste sentido que a construção do alfabeto se aproxima da oralidade, de modo a obter os elementos gráficos capazes de melhor representar a fala, no entanto, retirando dela a sua voz e distanciando assim sempre mais a oralidade da escrita. Como nos aponta este autor, “[...] a escrita, exigindo aprendizagem formal e transmissão social marcada, sofreu um processo de apropriação social por certas camadas da população que nela foram imprimindo seus modos de apreciação do mundo, seus modos de falar, suas palavras – no sentido de lógos.” (GERALDI, 2000, p. 105).

Assim posto, a linguagem e a literatura surgem no contexto do discurso proferido pelas camadas que se apropriaram do artefato coletivamente construído – a escrita, de modo que qualquer outra escrita que não se conforme ao discurso proferido pelas camadas que se apropriaram deste artefato são consideradas não escritas; daí o grande poder que reside na língua e na linguagem, um poder de determinação de discursos e de seus sujeitos sociais. Barthes (2010) nos chama a atenção para o poder que a linguagem traz consigo através do tempo, sendo a linguagem correspondente a uma legislação, um rol aglutinador de regras para o bom uso da língua, que se inscreve como o seu código, de acordo com a necessidade da expressão humana. Deste formato emoldurador da expressão humana que identifica a linguagem “não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva [...]” (BARTHES, 2012, p. 12).

Temporalmente, com o aprimoramento da capacidade de raciocínio e de lógica do pensamento, e já com o desenvolvimento da literatura como manifestação do ato

comunicativo do gênero humano, os saberes geográficos que antes se codificavam em traços débeis em paredes de cavernas e em blocos de rochas, passam a se constituir em objeto de estudo e a chamar a atenção de intelectuais do mundo contemporâneo.

Se desde os inícios da escrita formal a representação do espaço era vivificada apenas como suporte para o desenvolvimento da ação cotidiana, o que não significa que para as linguagens anteriores caiba esta interpretação, como em trechos dos livros sagrados que povoam o imaginário religioso da humanidade por séculos, por exemplo, com o desenvolvimento da literatura como expressão de um sistema representativo de uma cultura, esta perspectiva de espaço geográfico como materialidade pura ao acontecimento da vida - o suporte das ações - passa a se dar de maneira integrada ao desenvolvimento da ação cotidiana ou dos fatos narrados, e também integrada ao próprio acontecimento da vida. O espaço, agora geográfico, passa então a ser não apenas receptáculo, mas protagonista da trama apresentada, funcionando como agente mobilizador e atribuidor de poderes às ações no encaminhamento dos fatos.

Os romances regionalistas, junto à literatura científica de explicação dos fenômenos sociais e geomorfológicos, por exemplo, no campo da Geografia científica, representam esta revisitação do papel do espaço na literatura, este logro magnífico que permite sair-se ao poder da língua e da linguagem. Tão magnífica é a ação da literatura que somente ela é capaz de submeter a língua e a linguagem às circunstâncias espaciais, temporais, culturais ou de qualquer outra natureza: é a literatura que liberta o pensamento da razão formal e estética para a emoção e a criação, ingredientes que na escrita de Lobato são nada menos que o centro nevrálgico de toda uma ideologia de vida.

No entanto, em Lobato, esta literatura que liberta não se engessa por ela mesma: para as crianças era preciso contar, sair-se aos limites da literatura que submete língua e linguagem mas que delas depende para se firmar, usar do artifício da oralidade e dar vida àquilo que ele próprio denominara de desliteraturização, a escapada da forma-padrão de pensar a infância, o conhecimento, os lugares, o espaço, um movimento novo na história brasileira, de importância não só literária, mas cultural, de modo mais abrangente.

Na língua, que para Barthes não é nem reacionária nem progressista, mas simplesmente fascista, porque obriga a dizer, servidão e poder se confundem: “se chamamos de liberdade não só a potência de subtrair-se ao poder, mas também e sobretudo a de não submeter ninguém, não pode então haver liberdade senão fora da linguagem.” (BARTHES, 2010, p. 15-16).

Na língua está a grande magia e a grande importância do discurso reacionário de Monteiro Lobato. Em seu pensamento é a língua - portuguesa, guarani, tupi, pomerana, enfim, as muitas convivências linguísticas, para o caso do Brasil – a que atribui a identidade para a nação, para os grupos regionais, para os grupos minoritários; se à literatura ou à linguagem escrita se pode escapar, à língua nada escapa. Se a escrita e a leitura engessam, padronizam ou circunscrevem, a língua permite escapar-se a estes moldes, porque ela é o que resta: é o produto primeiro mais direto da relação de experiência do ser social, cotidiano, mesmo por aqueles não a dominam.

Daí que a oralidade em Monteiro Lobato, que é a representante mais imediata da língua, admite uma força inexprimível: o contado, que nada mais é que o exercício da língua falada, revela aquilo que a língua escrita não é capaz de realizar por completo: a captura dos indícios e dos sinais particulares e próprios que corporificam as identidades, os regionalismos – que são as identidades circunscritas ao espaço, os mitos. Tal como o estrangeiro que em terras desconhecidas se vê perdido, desconectado de suas raízes, só o que permite reconhecê-lo fora de seu território é a sua língua, que passa a ser a sua identidade.

Ao recuperarmos o diálogo que viemos mantendo com a defesa da literatura não como redentora, mas como contorno ao poder da língua, Barthes, na suposição da extinção de todas as disciplinas dos cânones do magistério, argumenta com a vital e necessária salvação da disciplina da literatura, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário; e com a Geografia não poderia ser diferente:

[...] a literatura, quaisquer que sejam as escolas em nome das quais ela se declara, é absolutamente, categoricamente realista, ela é a realidade, isto é, o próprio fulgor do real. Entretanto, e nisso verdadeiramente enciclopédica, a literatura faz guiar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso. [...] a literatura trabalha nos interstícios da ciência: está sempre atrasada ou adiantada com relação a esta, semelhante à pedra de Bolonha, que irradia de noite o que aprovisionou durante o dia, e, por esse fulgor indireto, ilumina o novo dia que chega. (BARTHES, 2010, p. 18-19).

Corrêa e Rosendahl (2007) elaboram uma reflexão que nos resume o teor dos estudos geográficos que se debruçam sobre a literatura como campo de conhecimento auxiliar na investigação das tramas do espaço geográfico. Para estes autores, a visão geográfica sobre a literatura:

[...] constitui-se em um olhar distinto daqueles que há mais tempo dedicam-se à análise da literatura e da música, críticos e pesquisadores das áreas de



letras, música, ciências sociais e comunicação. A distinção inicia-se pela própria seleção das obras a serem analisadas. Ao geógrafo interessam aquelas nas quais o espaço e o tempo não sejam meros panos de fundo, necessários e insubstituíveis, mas parte integrante da trama, sem os quais esta não poderia ser construída, tornada inteligível e identificável. (CORRÊA e ROSENDAHL, 2007, p. 8).

Ainda que o espaço e o tempo não sejam elementos nucleares no desenvolvimento de certas narrativas, ainda assim a Geografia está presente, e mesmo nestas circunstâncias as amarras que unem conhecimento literário e conhecimento geográfico mantêm-se vivas, sustentando a tese de Barthes. Neste processo de distinção de olhares, resulta ao geógrafo “descobrir espacialidades e temporalidades em textos que aparentemente não abordam as dimensões espacial e temporal.” (CORRÊA e ROSENDAHL, 2007, p. 8-9).

Embora a relação Geografia-literatura seja tão antiga quanto os próprios campos de sistematização destes conhecimentos, somente a partir da década de 1970, com o desenvolvimento dos estudos culturais, humanistas e historicistas nas ciências humanas, que saíam de um longo período de investigações caracterizadas pela precisão numérica dos dados quantificáveis, é que o interesse pela temática da literatura crescerá entre os geógrafos anglo-saxões. Bray (2008) nos fala que a presença do historicismo na ciência geográfica intensificou-se significativamente após a década de 1970, com o ganho de força dos discursos marxistas, sendo pouco presente como método e fundamento nos estudos brasileiros das décadas anteriores em função, dentre outros aspectos, da atmosfera de pensamento positivista que não encarava a História como verdadeira, mas como uma descrição cronológica de fatos particulares e isolados. Neste sentido, o método histórico “[...] é uma forma de dominar e sistematizar os demais métodos científicos e transportar ao conjunto, a progressão ordenada de que não existe hoje, senão para os detalhes.” (BRAY, 2008, p. 2).

Se admitirmos que a ciência geográfica, em função de seu teor conceitual, troca experiências com outras ciências e campos de conhecimento, temos aí o que Oliveira (2008) coloca como a experiência telúrica da Geografia, a Geograficidade, que liga o material ao imaterial, o homem a terra. Nesta troca, o humanismo, que é marcado pela interdisciplinaridade, sempre esteve presente como vanguarda da crítica e da negação das tiranias acadêmicas, “como o positivismo, o cientificismo e o economicismo, apregoando como valor para a ciência o homem em sua condição humana, tanto como indivíduo (ser) quanto como coletividade (cultura).” (OLIVEIRA, 2008, p. 6-7).

No Brasil, a dificuldade na expansão da produção geográfica de conhecimentos científicos voltados para a literatura como campo de aproximação conceitual ocorreu

principalmente em função da posterior inserção dos geógrafos na tarefa de interpretação textual, prática já bastante difundida na França humanista, cuja análise de discurso, de fundamento analítico da ideologia expressa pelas diversas linguagens, ainda que em seu gérmen, começava a figurar entre as técnicas de interpretação mais frequentes e usuais entre os estudantes franceses, desde o ensino médio ao ensino superior. Para Corrêa e Rosendahl (2007) a crítica literária e os estudos realizados por pesquisadores de diversas áreas, como da música, das letras, da História, vêm de longa data:

[...] Os geógrafos brasileiros chegaram atrasados a essa tarefa interpretativa. As razões parecem ser múltiplas, como o desenvolvimento tardio da geografia acadêmica, iniciado na década de 1930, e o seu lento crescimento até 1970. A expansão dos cursos de geografia nos anos de 1970 e 1980 não foi acompanhada pela adoção de investigações de natureza interpretativa, mas, ao contrário, calcada em perspectivas positivistas e marxistas: a interpretação de textos, em geral, foi vista como irrelevante. Apenas a partir da década de 1990 aparece algum interesse pela interpretação de textos. (CORRÊA e ROSENDAHL, 2007, p. 13-14).

Não só em termos de avanço do conhecimento científico da Geografia, mas sobretudo em termos do atraso na inserção do pensamento político de crítica na ciência geográfica brasileira é que reside a importância deste período marcante da Geografia brasileira, cuja identidade se firmou sobre um terreno intelectual já bastante desgastado e carente de avanços na perspectiva de reflexão sobre o objeto geográfico. Em uma ciência puramente descritiva e reprodutivista evidentemente só resta a negação da atividade interpretativa, cujo poder discursivo, fatal à permanência do modelo de pensamento positivo, traria consigo o abalo das estruturas solidamente colocadas pelo simples fato de forçar o pensamento sobre os conceitos postos.

Considerando-se o período político vivenciado no Brasil desde meados da década de 1930 até os finais da década de 1990, qual seja o do militarismo e da obstrução intencional do pensamento criativo, libertário ou mesmo coerente com um propósito de expansão do pensamento a respeito do papel do homem sobre o espaço geográfico, este atraso do geógrafo brasileiro na tarefa de interpretar, para além de apenas identificar fenômenos do espaço, trouxe consigo uma identidade tecnicista e estrategista para a Geografia brasileira, circunscrevendo o espaço geográfico como um objeto de orientação teórica puramente utilitária, um espaço como mero suporte para o desenvolvimento das ações.

Nesta perspectiva utilitarista do espaço geográfico promovida pela ciência geográfica brasileira, bastante interessante para um Brasil em fase de expansão econômico-financeira,

havia pouco lugar para a tarefa interpretativa do espaço tido como cultura, como meio ambiente, como criação humana, e a seriedade ou mesmo a gravidade da implicação desta constatação está justamente no seu desenvolvimento temporal, cujo tempo e pensadores da Geografia brasileira foram os responsáveis por interiorizar no pensamento geográfico nacional uma ideia de espaço como uma plataforma para a validação do poder do discurso estrategista de planejamento político e econômico, muitas vezes mascarado pelo rótulo do social.

Na esteira deste processo lacunoso de inserção da produção científica brasileira na prática da interpretação de textos, nos arriscamos a assumir que o processo de inculcação e de criação de uma identidade nacional por meio de um senso patriótico no brasileiro teria sido facilitado, ou tivesse tomado contornos diferentes, caso houvesse sido aplicado no momento de voga da política ideológica nacionalista da Primeira República.

Na Geografia de Dona Benta, Monteiro Lobato não faz uso propriamente da interpretação de texto na elaboração de sua escrita, mas convida o leitor a lançar-mão desta prática para captar os indícios sublinhados em seus diálogos, recheados de críticas ácidas ao sistema político da época, e a algumas práticas culturais condenadas pelo autor, a exemplo da produção de alimentos e de sua armazenagem. Na ocasião, Lobato refere-se às abelhas e às formigas como exemplos de sociedades organizadas em prol do bem-estar coletivo, e seu sistema de organização o leva a argumentar que o homem ainda não soube viver em harmonia com a natureza nem consigo mesmo, e rebate a afirmação com a ideia de que os progressos alcançados com as ciências são significativos na trajetória do desenvolvimento dos grupos humanos<sup>3</sup>.

Para Brosseau (2007) a valorização da literatura situa-se sobre um terreno limitado pela qualidade da escritura dos escritores, qualidade esta que no campo da Geografia traduz-se pelo poder de evocação de paisagens, de lugares e dos homens. Nosso propósito de estudo, para tanto, escora no argumento de Brosseau que admite para a pesquisa em literatura, a partir dos aspectos geográficos da escrita, uma aproximação metodológica àquela dada pelas palavras de Carlo Ginzburg em *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, capítulo de sua obra *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (1999). Neste capítulo Ginzburg nos apresenta uma proposta metódica baseada em suas investigações literárias, em que nos aponta

---

<sup>3</sup> Consultar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que originou esta dissertação: GRACIOLI, Filipe Rafael. **Monteiro Lobato e a Geografia de Dona Benta**. 2011. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 2011.

a insurgência de um paradigma nas ciências humanas em fins do século XIX pouco percebido pelos pensadores à época e de imediato desprezado.

Em linhas gerais, os fundamentos deste paradigma remetem à publicação de relatos de crítica da arte pelo médico e especialista de arte italiano Giovanni Morelli entre 1874 e 1876, cuja técnica investigativa de atenção aos detalhes de obras artísticas consagradas, assemelhada mesmo a uma investigação criminal rendeu, à sua época, a distinção precisa de obras de arte originais e copiadas, levando à reorganização de exposições em vários museus da Europa. As palavras do autor revelam alguns aspectos deste propósito:

Vejamos rapidamente em que consistia esse método. Os museus, dizia Morelli, estão cheios de quadros atribuídos de maneira incorreta. Mas devolver cada quadro ao seu verdadeiro autor é difícil: muitíssimas vezes encontramos-nos frente a obras não-assinadas, talvez repintadas ou num mau estado de conservação. Nessas condições é indispensável poder distinguir os originais das cópias. Para tanto, porém (dizia Morelli), é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. Dessa maneira, Morelli descobriu, e escrupulosamente catalogou, a forma da orelha própria de Botticelli, a de Cosmè Tura e assim por diante: traços presentes nos originais, mas não nas cópias. Com esse método, propôs dezenas e dezenas de novas atribuições em alguns dos principais museus da Europa. Frequentemente tratava-se de atribuições sensacionais: numa Vênus deitada conservada na galeria de Dresden, que passava por uma cópia de uma pintura perdida de Ticiano feita por Sassoferrato, Morelli identificou uma das pouquíssimas obras seguramente autógrafas de Giorgione. (GINZBURG, 1999, p. 144).

O paradigma indiciário ou Método Morelliano, desenvolvido a partir da investigação atenta aos detalhes contidos nas obras artísticas, justifica-se pela noção de que há sinais, indícios, que permitem compreender os pontos pouco luminosos da realidade, competindo à intuição – a intuição mesma permitida pelos sentidos – captar tais indícios. Nos termos de Ginzburg:

Se as pretensões do conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.

Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. (1999, p. 177).

Na continuidade da argumentação sobre o paradigma por ser “descoberto”, Ginzburg assinala ainda que os saberes captáveis a partir da atenção aos indícios se apresentam como formas de saber tendencialmente mudas, de modo que não constituem saberes modulados por regras formais. “Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.” (GINZBURG, 1999, p. 179).

Ainda, o autor aponta para a existência daquilo que ele próprio denomina intuição alta e intuição baixa, e interpreta a intuição a partir da condição animal, logo entendendo o homem também como possuidor de uma natureza animal. O paradigma indiciário relaciona-se com a intuição no sentido de que:

Essa “intuição baixa” está arraigada nos sentidos (mesmo superando-os) – e enquanto tal não tem nada a ver com a intuição supra-sensível dos vários irracionalismos dos séculos XIX e XX. É difundida no mundo todo, sem limites geográficos, históricos, étnicos, sexuais ou de classe – e está, portanto, muito distante de qualquer forma de conhecimento superior, privilégio de poucos eleitos. [...] Une estreitamente o animal homem às outras espécies animais. (GINZBURG, 1999, p. 179).

Ao perguntarmos sobre a validade do paradigma indiciário quanto ao seu rigor, encontramos em Ginzburg um argumento tecido a partir da recuperação da história do conhecimento científico, remetendo à questão do método sistematizada por Galileu no século XVII:

Mas pode um paradigma indiciário ser rigoroso? A orientação quantitativa e antropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância. Só a linguística conseguiu, no decorrer deste século, subtrair-se a este dilema, por isso pondo-se como modelo, mais ou menos atingido, também por outras disciplinas.

Mas vem a dúvida de que **este tipo** de rigor é não só inatingível mas também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana – ou, mais precisamente, a todas as situações em que a unidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos. (GINZBURG, 1999, p. 178-179, grifo do autor).

No que se aproxima ao argumento de Brosseau, este autor admite que convém, portanto, sair em busca de passagens descritivas especialmente evocadoras, “[...] fazer uma

colagem comentada e destacar seus grandes significados. Isso dá lugar a uma **casual ransacking** (inspeção casual) de belos “trechos escolhidos” que nos encaminham diretamente para as intenções profundas do autor.” (BROSSEAU, 2007, p. 33 - grifo do autor).

Em nossa análise da Geografia de Dona Benta procedemos ao modo defendido por Brosseau de seleção de trechos e de passagens significativas do ponto de vista geográfico, expressivas do teor nacional-nacionalista associado a um conteúdo de Geografia, para o objetivo deste estudo. Logicamente, na denominação “trechos significativos” está implícita a escolha pessoal do pesquisador, cujos valores, orientação metódica e metodológica e interesses de estudo definem a seleção das passagens a serem trabalhadas e definidas como objeto de reflexão. Isto significa que outras análises e outras possibilidades de interpretação são e devem ser pertinentes para o enriquecimento do estudo sobre a temática, para a qual este trabalho figura como colaborador.

Para o contexto intelectual latino-americano, no qual se inclui o Brasil, no percurso que aproxima a literatura e a sua contribuição para a formação de identidades nacionais, Candido (1989) afirma que o estado de euforia entre seus intelectuais, quanto à noção criada para uma América que havia sido predestinada a ser a pátria da liberdade, transformou-lhes em instrumentos de afirmação nacional e em justificativa ideológica: “a literatura se fez linguagem de celebração e de terno apego, favorecida pelo Romantismo, com apoio na hipérbole e na transformação do exotismo em estado de alma. O nosso céu era mais azul, as nossas flores mais viçosas, a nossa paisagem mais inspiradora que a de outros lugares [...]” (p. 1). Era o poder da língua exercendo sua opressão e determinando discursos...

A ausência ou a insuficiência de um aparelho institucional forte, sinalizada pelo Estado, no caso brasileiro e de outros países sul-americanos, constituía elemento não favorável à formação de uma identidade nacional sólida, o que levava os autores e intelectuais do Brasil a se voltarem para uma ideia de pátria com vínculos estreitos com a natureza, extraindo dela, em partes, a sua justificativa de pátria e de nação. Tanto a ideia de pátria como a de natureza conduziam a uma literatura “que compensava o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social.” (CANDIDO, 1989, p. 1).

Estes aspectos da associação pátria-natureza como alternativa à má formação do corpo institucional político, cultural e econômico brasileiros do início da República encontram amplo espaço de discussão na Geografia de Dona Benta, assim como em outras obras de Lobato, como *Cidades Mortas* (1956), compilação de contos escritos durante sua fase de estudante quando colaborava com alguns jornais da época e que foram reunidos em 1919.

Nesta obra, o autor discute à luz da consciência das mazelas sociais do período pós-republicano temas do cotidiano da região do Vale do Paraíba, na porção oriental do estado de São Paulo, abocanhada pela estagnação econômica e pelo marasmo da vida rural exclusivamente agrícola, incluindo a debilidade das instituições nacionais.

Em Candido (1989) encontramos a afirmativa de que a ideia de país novo, e por extensão a de formação pátria e de criação de identidades nacionais produzem na literatura “[...] algumas atitudes fundamentais derivadas da surpresa, do interesse pelo exótico, de um certo respeito pelo grandioso e da esperança quanto às possibilidades.” (p. 1). Neste sentido, a Geografia de Dona Benta se interpõe como uma obra cuja textualidade caminha nesta direção de formação de um país a partir de uma identidade que busca respaldos na grandiosidade da terra, tanto pelas dimensões territoriais quanto pelas maravilhas naturais a serem descobertas e, sobretudo, tornadas economicamente úteis, donde a esperança quanto às possibilidades, que em Lobato encontram a ratificação do Brasil como o país do futuro, *slogan* que por séculos acompanhou a sua formação.

Apontando um panorama da escrita e da leitura nos anos finais do século XIX e anos iniciais do século XX, Candido (1989) coloca que a penúria cultural do brasileiro fazia os escritores voltarem-se para os padrões metropolitanos europeus e, na medida em que não havia um público leitor local suficiente ou brasileiro cultural, escrevia-se como se na Europa estivesse o seu público ideal, deixando de lado a terra brasileira, originando obras de alto teor de requinte, porém alienantes quanto ao trato de uma cultura nacional, exatamente aquilo que Monteiro Lobato chamara de deslitteraturização – o enlevo da forma e da estética e o descompromisso com os contextos. Aliás, é na deslitteraturização e na ressalva da língua que reside toda a magia do pensamento de Monteiro Lobato, para quem a revisão da língua é o único movimento capaz de fornecer e manter a identidade nacional tão procurada pelo brasileiro no início do século XX e por ele afora.

Se por um lado Candido nos leva a concordar com seu posicionamento, por outro esta constatação não carece a Monteiro Lobato, para quem exaltar a terra pátria e a nação era tarefa de toda uma vida. Escreve Pereira (2010) que Lobato não defendia apenas uma sociedade moderna e dinâmica, reprovadora de um Brasil rural e arcaico, mas que:

Sua modernidade incluía também o combate contra o “ranço” da linguagem literária tradicional, importada da França e referendada pela Academia. Muitos textos de Lobato constituem críticas candentes à busca de palavras raras, à gramatiquice e ao empolamento da linguagem em que se traduzia a literatura oficial brasileira na passagem do século XIX para o século XX. (p. 3).

Escrever transgredindo muitas das regras ortográficas da língua portuguesa à época era um dos modos pelos quais Lobato provavelmente encarnava a crítica ao fastio da língua, carregada de acentos e grafos por ele considerados desnecessários. Neste sentido e no sentido apontado por Candido quanto à preferência do intelectual sul-americano pelas “coisas da terra”, a produção literária de Monteiro Lobato influi para a valorização e a valorização da cultura brasileira, que no início do século XX esteve no centro das atenções de intelectuais como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, impulsionadores de um modo de pensamento da cultura brasileira a partir do próprio brasileiro e de sua maneira de se relacionar com sua terra, iniciando um movimento de ruptura com o modelo eurocêntrico de valorização cultural, em que o meio natural, o pitoresco e o bucólico, grandes identificadores da nação, prostravam-se como omissores do conflito político brasileiro.

Este movimento de ruptura com o eurocentrismo cultural predominante na produção literária brasileira do início do século XX atinge também o pensamento lobatiano desde suas primeiras manifestações:

Considerando sua biografia, existe o incômodo com a distância entre os brasileiros cultos e as coisas da terra, que se reflete na ignorância daqueles que nada sabem (e não querem saber) sobre outros “brasis” em detrimento de uma cultura importada que deveria ser acréscimo e não objetivo ou meta. (PEREIRA, 2010, p. 3).

Monteiro Lobato prostrando-se ao lado destes intelectuais, contribuindo para a promoção do movimento de ruptura com o eurocentrismo literário do romance brasileiro e com a criação de obras direcionadas para o público infanto-juvenil, imprime uma força expressiva sobre uma relação pouco experimentada na literatura brasileira até então, ao apresentar uma forma de criação textual pautada no desvio da tradição de uma sociedade acostumada a encarar a oralidade e a escrita como parcelas antagônicas do ato de educar. “A transferência dos processos da oralidade para a linguagem escrita revelou-se um dos sucessos da prosa lobatiana, que ganha viveza e naturalidade, envolvendo o leitor e aproximando-o do autor” (PEREIRA, 2008, p. 27); é o caso da Geografia de Dona Benta e de toda a compilação das obras infantis de Monteiro Lobato, que sistematiza em palavras os contos de uma avó típica do Brasil interiorano, semelhante ao processo que corporifica o mito em mitologia.

Ainda que a expressão de seu pensamento estivesse conformada por princípios relativos ao positivismo e voltada a uma noção de cultura brasileira claramente impregnada de elementos exógenos, sobretudo ingleses e norte-americanos, Lobato, que também fora



produto de seu tempo, via na exaltação do que nas terras brasileiras havia a chave para o entendimento de sua própria situação cultural, com respostas para as indagações e tentativas de criação da psicosfera representativa de uma cultura genuinamente nacional.

Além disso, que cultura poderia ser não penuriosa para Candido se a exaltação do que aqui havia era tida como prática cultural atrasada, como ele próprio escreve em relação ao romance regionalista brasileiro do início do século XX? Certamente que nossos pensadores ressaltavam suas referências de origem – europeias – porque assim foram educados, seja em terras brasileiras, por livros didáticos e compêndios de autores franceses e alemães, traduções de obras do velho mundo, seja em terras do estrangeiro, numa Europa embebida nas tradições culturais francesa e inglesa.

Para Candido, a “imitação servil” dos autores brasileiros em relação ao estilo, às atitudes e usos literários denota um “ar risível ou constrangedor de provincianismo, depois de ter sido aristocracismo compensatório de país colonial.” (p. 11); no seu entender, o nativismo mais sincero “arrisca tornar-se manifestação ideológica do mesmo colonialismo cultural que o seu praticante rejeitaria no plano da razão clara, e que manifesta uma situação de subdesenvolvimento e conseqüente dependência.” (p. 11).

O nativismo e o regionalismo literário, em algumas de suas formas, segundo Candido, reduzem os problemas humanos a elementos pitorescos “[...] fazendo da paixão e do sofrimento do homem rural, ou das populações de cor, um equivalente dos mamões e abacaxis” (p. 11), atitude que redundava em fornecer a um leitor europeu ou europeizado a “realidade quase turística que lhe agradaria ver na América” (p. 11). Esta afirmação, um tanto dura e perversa, frente a décadas de exaltação de obras e de autores comprometidos, à primeira vista, com a construção e a formação de uma identidade cultural para um país culturalmente imberbe, choca com a produção literária de Lobato.

*Urupês* (1918) e *Cidades Mortas* (1919), obras lobatianas para um público adulto, impõem-se como interstícios frente à constatação de Candido. Ainda que não sejam representativas do romance, estas duas obras reúnem contos de uma escrita carregada de elementos da cultura nacional brasileira dos fins dos anos 1800 e início dos 1900, que trazem consigo aspectos do chamado regionalismo literário em que a “paixão e o sofrimento do homem rural” vão para além de simples causos ou ações do seu cotidiano.

Nestas obras, paixão e sofrimento são tratados como questões sociais, culturais, políticas e econômicas de um país em formação a partir de uma sociedade rural, recém saída de um regime escravocrata e ainda sequelada por seus resquícios, produto de toda uma história de colonização e de dependências. Nestas obras, o regionalismo aparece como o

elemento aglutinador de uma cultura que se tornaria central em poucos anos, longe de representar um panorama pitoresco da sociedade e do homem brasileiro, mas muito elucidativo de uma situação política de homem marcado pelas agruras da história de sua nação, que é também a sua história.

Podemos nos arriscar e insistir que o intelectual brasileiro do início do século XX, fruto de seu tempo e de sua educação, retratava o Brasil ao modo de ver pelo qual fora educado, um olhar europeizador, colonizador, aristocrático, olhar que vê uma terra natural, ainda por ser descoberta e, sobretudo, por ser explorada, elementos que contribuíram para reforçar a presença do Romantismo como o estilo literário mais bem desenvolvido no país até então, já que trazia em sua constituição os requisitos que forneceriam os elementos necessários para a formação e a consolidação da tão esperada nação brasileira. Não podemos nos esquecer, no entanto, que o romancista, à diferença do narrador, prefere a continuação individual da história à sua construção coletiva, o que leva à formação de um pensamento que obriga, que impõe, exatamente como nos lembra Barthes, ao chamar-nos a atenção para o poder que reside na língua e que no caso do romancista, engessa-lhe a literatura.

Já nos anos 1930 e 1940, período denominado por Candido de “fase de pré-consciência do subdesenvolvimento”, a produção literária brasileira salta para aquilo que vinha despontando anteriormente: uma literatura de denúncia social, de revelação de mazelas, dando lugar ao indianismo que por anos caracterizara a escrita do intelectual brasileiro. Esta fase, em que toma corpo o regionalismo problemático, também denominado de “romance social”, “indigenismo” ou “romance do nordeste”, interessa-nos, conforme Candido (1989) “por ter sido precursora da consciência do subdesenvolvimento”.

É neste contexto que a Geografia de Dona Benta insere-se como produto cultural e pode ser considerada como um objeto portador de ideologia, cultura e valor, inserido na história cultural, considerando que “as formas de vida de uma sociedade moldam seus produtos e obras.” (CEVASCO, 2003, p. 65). E ainda que direcionada para um público pouco vislumbrado e esquecido até então, esta obra de Monteiro Lobato vem para resgatar os elementos formadores da cultura política e econômica brasileira e instituir-se, se não como precursora, certamente como vanguardista na exposição da consciência do subdesenvolvimento para a criança letrada e em letramento brasileiras, na continuidade de um projeto de formação de uma nação e de uma pátria.

## **A GEOGRAFIA DE DONA BENTA, O LIVRO DIDÁTICO DO INÍCIO DO SÉCULO XX E A REVISÃO DE UMA CULTURA ESCOLAR INFANTO-JUVENIL**

Como qualquer objeto, o livro didático também pode ser encarado como uma mercadoria, carregada de valores de uso, de troca, pessoais, universais, e também de intencionalidades, uma mercadoria expressiva de ideologias e de propósitos pessoais de quem o traz à luz. Bittencourt (1993) o define como um produto do mundo da edição obediente à evolução das técnicas de fabricação e comercialização características do mercado,

... mas é também um depositário dos diversos conteúdos educacionais, suporte privilegiado para se recuperar os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais por uma sociedade em uma determinada época. [...] E, finalmente, o livro didático deve ser considerado como **veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura.** (p. 3, grifo nosso).

Em nossa discussão, o grifo da citação anterior nos norteará naquilo que propomos. A ideia inicial será identificar as possíveis relações existentes entre a produção literária didática de Geografia do início do século XX no Brasil, direcionada para a escola pública brasileira da primeira república (1889-1930), e a literatura da Geografia de Dona Benta, obra ficcional contemporânea à produção didática elegida. Nossa intenção será investigar se os conhecimentos de Geografia veiculados pelas obras didáticas encontram semelhante sistematização e organização na Geografia de Dona Benta e vice-versa, para que possamos afirmar o teor didático atribuído à literatura de Monteiro Lobato, ainda que não orientada para o propósito inicial da sala de aula.

Para isto, será necessário recorrermos a uma breve introdução à história do livro didático no Brasil, cujo auxílio será dado por Circe Bittencourt com sua tese de doutoramento desenvolvida no campo de conhecimentos da História como disciplina escolar, no período histórico que selecionamos para investigação. Para a autora, a “origem do livro didático está vinculada ao poder instituído” (BITTENCOURT, 1993, p. 16), e assim no Brasil também sua inserção esteve ligada à produção intelectual de pensadores estrangeiros, de culturas não-brasileiras, fato que lhe atribui o teor de objeto portador de ideologia, cultura e valor, inserido na história cultural.

No período imperial da história do Brasil (1822-1889), nos fala Bittencourt que os livros didáticos, por ora denominados de manuais, constituíam puras transladações de obras estrangeiras, principalmente alemãs e portuguesas, e que não expressavam nada de

brasileirismos, sendo este o principal reclame do intelectual brasileiro: a falta, e mesmo a ausência, de expressão de uma cultura nacional.

Para solucionar esta questão, instituíram-se medidas imperiais como a abertura de concursos voltados a professores e escritores que desejassem traduzir e/ou escrever compêndios e obras didáticas escolares, com premiações em dinheiro e titulações (honorárias). Importa ressaltar que a educação escolar de nível primário e a de nível secundarista eram de atribuição direta do império, havendo pouca intervenção provincial ou municipal nas decisões do ritmo da instituição escolar; na prática, interessa-nos a aporia<sup>4</sup> deste fato pela valoração atribuída à educação escolar como veículo poderoso na propagação de uma cultura nacional e de um Brasil a ser defendido por seus filhos, educados em instituições diretamente vinculadas ao poder imperial.

Como não podia deixar de ser, a obra didática veio a importar ao ideal nacionalista brasileiro em implantação como veículo incontestado na validação de um sentimento de pró-brasilianidade, em que a imagem de Brasil dentro e fora das fronteiras nacionais fosse sendo criada e difundida pelo próprio povo, povo este restrito a uma classe econômica privilegiada por alfabetizar-se e instruir-se numa sociedade recém tornada independente e organizada para a exploração econômica do território. A autora de uma de nossas principais referências assim nos fala:

No decorrer do século XIX e anos iniciais do século atual [XX], os textos oficiais incentivavam transformações no que se refere ao processo de “nacionalização” da obra didática. Este “espírito nacionalista” se verifica pelos apelos quanto ao aperfeiçoamento da linguagem a ser utilizada. As críticas aos livros estrangeiros, sobretudo portugueses, recaíam no uso de termos desconhecidos do público brasileiro, insistindo na necessidade de produzir livros com temas sobre o país, sua natureza e costumes. (BITTENCOURT, 1993, p. 30 – adaptado).

O livro didático, ou compêndio escolar, serviu aos interessados no poder político do império e posteriormente da república, ou seja, à aristocracia rural - classe transitória a uma aristocracia industrial - e também à comunidade católica, cujo poder de interferência e de decisão sobre a vida política e cultural do Estado brasileiro chegava ao ponto de vetar

---

<sup>4</sup> O conceito de aporia utilizado refere-se ao apontado por Luiz Costa Lima em **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, com o significado de “verdade contida em um fato”, entendendo-se fato como qualquer acontecimento posicionado no tempo e no espaço, passível, portanto, de temporalização e de espacialização pelo contador da História, revelador de um evento que possa ser compreendido como único e não-fantasiado.

quaisquer conhecimentos por tais julgados subversivos e ameaçadores ao *status* conseguido no decorrer de séculos de monopólio político, econômico e cultural-religioso.

A importância do livro didático estava aí posta: a consciência da aproximação das classes dominantes a um produto cultural era politicamente vantajosa e se fazia necessária para a manutenção do poder adquirido e consolidado, de modo que a sua presença em sala de aula significava a tomada das rédeas da situação de transformação cultural por que passava o império, com a independência da corte e a construção de uma cultura própria, aliada a um poder moderador atribuído ao imperador frequentemente negligente às decisões eclesiásticas e aristocráticas. Nesta situação, a presença do livro didático em sala de aula, expressando conteúdos controlados, evitava que os estudantes levassem para o ambiente escolar “textos impressos quaisquer ou mesmo manuscritos que poderiam tratar de assuntos ‘subversivos’ aos desígnios educacionais, além de causarem problemas metodológicos.” (BITTENCOURT, 1993, p. 63).

Concordamos com a autora quando ela se posiciona sobre o livro didático quanto ao seu caráter de instrumento de poder:

O livro escolar foi concebido pelo poder instituído como um poderoso instrumento para fixar e assegurar uma determinada postura educacional, veículo privilegiado para inculcar normas e ortodoxias. O livro didático proposto a partir da instalação de instituições escolares públicas deveria se encarregar de uniformizar o saber escolar, de construir uma forma de pensar a ciência e de reforçar a disseminação de crenças religiosas oficiais. (BITTENCOURT, 1993, p. 77).

A passagem do século XIX para o século XX trouxe consigo a necessidade de construir e de consolidar a imagem de Brasil como país democrático e interessado em posicionar-se como potência econômica em escala, a efeito de seu reconhecimento como potência mundial. Parte dos dirigentes brasileiros, para tanto, estava atenta a esta necessidade de um Estado nacional moderno e de teor progressista, para o que a educação escolar veio a contribuir de maneira significativa: havia a necessidade de garantir a unidade linguística, aperfeiçoando a língua nacional; a educação escolar precisava de “novos métodos e disciplinas escolares, tendo que enfrentar as exigências das denominadas ciências modernas – Física, Matemática, Química para aperfeiçoamento dos exércitos, novos meios de comunicação, toda uma tecnologia para o aparelhamento material da nação.” (BITTENCOURT, 1993, p. 30).

Estudar e saber a Geografia, neste ínterim, estava para o conhecimento do espaço físico do país e os seus potenciais pontos de exploração e rendimento econômico, teor bastante explorado em Monteiro Lobato, não apenas na Geografia de Dona Benta, mas em muitas de suas obras, tanto as dirigidas ao público infantil quanto ao público juvenil-adulto.

A inclusão de um saber científico no conteúdo do livro didático só veio a ocorrer na passagem do século XIX para o século XX, quando a urbanização e a industrialização passaram a configurar o cenário político, econômico e cultural brasileiro, ajudadas por uma intelectualidade fundamentada no positivismo e no neopositivismo.

[...] A História apresentava-se necessariamente associada a Geografia. Tempo e espaço eram percebidos como um conjunto, tornando-se visível esta concepção pelos primeiros programas do Colégio Pedro II onde as duas disciplinas eram objeto de um estudo integrado, a Corografia Brasileira e a História Nacional, ministrado por um único professor. Os estudos geográficos separaram-se dos de História apenas em 1876, havendo, a partir desta data, um professor para cada disciplina. (BITTENCOURT, 1993, p. 201).

Nesta época, em que o poderio militar exercia domínio sobre a vida pública brasileira, inclusive nos principais postos da política do Estado, era comum que o interesse pela conquista do território nacional se manifestasse na produção didática e literária do período. Assim, eram frequentes as produções escolares feitas por militares cujo interesse estava no “conhecer para dominar”, princípio do *utti possidetis*, que posteriormente, ainda no século XIX, deu lugar à ideia de “fronteiras naturais”, justificativa para a incorporação de terras conquistadas em episódios de guerras.

Segundo Bittencourt, a questão do nacionalismo manifestada pelos autores provenientes do setor militar voltava-se para o reconhecimento da pátria como “corpo” da nação em seus aspectos físicos, em sua tradição de lutas e conquistas, ao passo que o povo era percebido segundo a visão europeia: “mestiços que resistiam a se submeter à civilização. Era um nacionalismo que se curvava diante da europeização.” (BITTENCOURT, 1993, p. 224). Defensores do nacionalismo como busca por uma identidade, como meio de reconhecimento da especificidade da população e da cultura brasileira, este grupo de intelectuais esmerou-se na divulgação de um nacionalismo entendido como amor ao bem-comum, “[...] festejando as belezas e as riquezas de uma jovem pátria que se abria para o mundo. Mas, contraditoriamente à admiração que expressavam pelo mundo civilizado além-mar, temiam o imperialismo que podia tornar o Brasil alvo das ambições expansionistas européias.” (BITTENCOURT, 1993, p. 225).

Embora distanciado da cultura e dos valores militares, Monteiro Lobato expressa aproximação com o ideal nacionalista do “amor ao bem-comum”, traduzido por indícios trabalhados pelo tema da exploração das riquezas naturais do Brasil com vistas ao progresso, e também festeja a possibilidade de ascensão do Brasil como país do futuro, reforçando o *slogan* caracterizador da política getulista de 1930, cujo espaço nacional, defendido por seus heróis e figuras próprias, poderiam torná-lo apto a posicionar-se em pé de igualdade com outros países do então chamado “primeiro mundo”.

Na Geografia de Dona Benta a passagem dos personagens pelas terras brasileiras vem, ao modo como Barthes (2010) nos chama a atenção, ilustrada por uma linguagem que representa o “próprio fulgor do real”, que exprime poder, esperança e exaltação de seu povo, que fazem desta produção, senão uma literatura oficialmente didática, ao menos uma obra de ficção-factual, cuja aporia revela-se pela veracidade dos fatos deslumbrados pelo autor como possibilidade de um espaço-devir. São significativos desta constatação os trechos sobre:

- o Rio Grande do Sul, em que Lobato evidencia um dobra do tempo sobre o espaço, anulando o segundo em detrimento do primeiro:

- Ah, o Rio Grande do Sul é uma das partes mais interessantes, mais ricas e de **mais futuro do Brasil**. Tem todas as condições de clima e topografia para desenvolver-se cada vez mais. O povo é sadio e corajoso. E entusiasta. Um povo feliz. As culturas são variadíssimas; produz até trigo; e as indústrias se desenvolvem com muita força. Em matéria de vinho o Rio Grande está na ponta. Conheço vinhos de Caxias que são absolutamente perfeitos. (LOBATO, 1988, p. 24-25, grifo nosso).

- O estado do Mato Grosso:

- E é grande, Mato Grosso?

- Grandíssimo! Tem um território de 1.230.000 quilômetros quadrados, imagine! A população hoje ainda é muito pequena pois não chega a um milhão e meio de habitantes – e cabem lá 200 ou 300 vezes mais do que isso.

- Mas por que não aparecem esses milhões de habitantes?

- As razões são muitas. Ainda não chegou o tempo. Tudo vai devagar. **Mas a grandeza futura desse Estado é coisa certa**. Sobretudo quando vier o petróleo e essa nova riqueza der um arranco no desenvolvimento de Mato Grosso.

- E há lá petróleo?

- Claro que há minha filha. Se na vizinha Bolívia há tanto petróleo, por que não há de haver em Mato Grosso também? O que há dificultado o desenvolvimento de Mato Grosso é a sua situação bem lá no centro da América do Sul, muito longe dos portos. (LOBATO, 1988, p. 26, grifo nosso).

- A cidade do Rio de Janeiro, com a ressalva de suas belezas naturais:

- Lá está o **Rio de Janeiro**, antiga capital do Brasil, antes de ser construída a cidade de Brasília<sup>5</sup>. É uma das mais interessantes do mundo pela sua situação num ponto em que o Acaso reuniu todas as belezas naturais possíveis – praias das mais lindas, montanhas com florestas tropicais pelos flancos, pedras gigantescas como o Corcovado e o Pão de Açúcar, ilhas em quantidade. A natureza do Rio de Janeiro é um puro esplendor. (LOBATO, 1988, p. 29, grifo do autor).

- E, entre outros, o trecho referente à passagem pela Amazônia, em que Lobato faz menção à grandiosidade do Rio Amazonas e ao potencial produtivo da região pelas suas riquezas naturais, do que ressalta o extrativismo vegetal:

[...] O Amazonas governa. Governava os outros rios, recebendo-os em seu seio e levando-lhes as águas ao mar; governava os homens, dando-lhes meios de comunicação e alimento. Governava o clima. Governava tudo. [...] Nas matas cresce uma árvore enorme, que também fornece alimento e dá dinheiro a ganhar aos homens. É o Castanheiro, produtor das famosas e gostosíssimas castanhas-do-pará, conhecidas no mundo inteiro como “Brazil Nuts”, ou Castanhas do Brasil. Os amazonenses juntam as castanhas que caem das árvores e levam-nas pelo rio até a cidade de **Belém**, capital do **Pará**. Em Belém os navios as tomam para transportá-las aos países consumidores. (LOBATO, 1988, p. 41, grifo do autor).

Nestes locais visitados pelos personagens e pelo leitor da sua Geografia Lobato recupera uma importante faceta da formação da identidade brasileira; nestes espaços visitados a paisagem, como categoria espacial, se coloca como a máscara que ao mesmo tempo identifica a nação pela exuberância do meio e ao mesmo tempo oculta a situação precária da política brasileira, carente de figuras de potencial memorável para o país, denúncia que há muito vinha se delineando entre a classe intelectual do país, e que em Lobato se deu por meio da literatura infantil, inclusive.

De certo modo, está presente também na obra de Lobato a admiração pelo estrangeiro que caracterizava a concepção geral de cultura do povo brasileiro pelo intelectual brasileiro do início do século, curvando o pretendido nacionalismo diante da europeização. Nosso autor não esconde a sua predileção pelas culturas inglesa e norte-americana, sobretudo, a ponto de reificar estas “raças” como puras, tradução do eugenismo cultural que parece infiltrar-se no discurso lobatiano.

---

<sup>5</sup> Por uma questão de adequação temporal, na versão de 1988 da Geografia de Dona Benta o trecho em questão fora modificado em vista da construção e alteração da capital nacional, Brasília, em 1960, substituída da antecessora Rio de Janeiro, no extinto estado da Guanabara.



A noção de identidade nacional pretendida por Lobato certamente passa pela égide dos costumes e hábitos ingleses e principalmente pelo *american way of life* (estilo, jeito americano) importado dos Estados Unidos, sobretudo, pelo mundo ocidental, mesmo o autor se valendo de uma matriz de pensamento que condenava a busca por referências culturais externas, o que confere um paradoxo ao seu discurso.

O trecho em que a viagem dos personagens remete à passagem pelo continente oceânico, em especial a Austrália, no Capítulo XXII – Oceânia [*sic.*], põe em evidência o pensamento nacionalista de Lobato a respeito do “primeiro mundo”, ao comentar o atraso das civilizações daquele continente e revelar com sua escrita a evidência da perspectiva de tempo sobre o espaço e também sobre o humano, além de uma demarcação explícita entre o civilizado e o “bom selvagem”:

[...] Muitos anos depois, em 1770, um cientista inglês, Capitão Cook, foi mandado num navio observar nestes mares a passagem do Planeta Venus, com ordem de pegar alguma terra encontrada pelo caminho – e Cook pegou a Austrália. E como inglês é como o tal sapo que quando agarra não larga mais, a Austrália ficou sendo o que hoje é – membro da Comunidade Britânica.

**Os nativos encontrados lá davam dó – de tão selvagens, de tão atrasados.** Nunca se vira no mundo homem mais animalesco do que o australiano. Não conheciam o arco de lançar flechas, nem a lança, nem o machado de pedra; não sabiam construir cabanas para morar; não tinham a menor idéia da agricultura. **Os mais puros bichos do mato que você possa imaginar.** [*sic.*] (LOBATO, 1988, p. 93, grifo nosso).

Neste sentido, Lobato continua com a exaltação do que ele próprio denomina raça inglesa em uma referência efusiva à ocupação da Austrália pela coroa britânica, evidenciando um geocentrismo desempenhado pelos lugares e pelas pessoas e uma hierarquia de paisagens naquela espacialidade:

Logo que o brigue ancorou no porto, Dona Benta desceu com os meninos. Todos se admiraram de encontrar naquele fim de mundo uma cidade moderníssima, com mais de 2 milhões e duzentos mil habitantes (contando todos os arredores), edificação de primeira ordem, jardins públicos em quantidade, otimamente calçada e habitada só por **gente da mais pura raça inglesa.** (LOBATO, 1988, p. 93, grifo nosso).

Na escrita da Geografia de Dona Benta, os saberes vão sendo expressos por Dona Benta de maneira livre, sem a interposição de métodos, sem o rigor do ambiente escolar disciplinador e dos procedimentos de condicionamento do corpo e da mente do estudante,

característicos de um período em que a escola reproduzia à maneira das instituições políticas militares do império um ideal de educação baseado no comportamento e na disciplina.

E ao mesmo modo do Sítio do Pica-pau Amarelo, também na escola imperial e mesmo na escola republicana brasileira, pelo menos até a formação da primeira turma do curso de graduação em Geografia na Universidade de São Paulo, por volta de 1938, o professorado não possuía formação acadêmica ou mesmo especializada na área em que lecionava; esta situação se estendia inclusive ao renomado Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, centro modelo de educação e cultura escolar oficializada do país.

Segundo Bittencourt (1993) os professores assemelhavam-se a oráculos falsos, sem erudição, formados com base no autodidatismo; inclusive, passava-se facilmente da condição de aluno a de professor. Estes professores-autores, se assim os podemos denominar, foram os responsáveis por desenvolver a didatização dos saberes escolares, de maneira a torná-los assimiláveis aos estudantes, donde se recuperam os métodos mnemônicos e de reprodução de conteúdos, clássicos na assimilação de conhecimentos no âmbito escolar. Neste ínterim de profissionalização, a Geografia escolar “surge não como uma vulgarização ou uma adaptação de conhecimentos geográficos científicos, mas como uma forma de conhecimentos particular e original *da* instituição escolar e *para* a instituição escolar.” (BOLIGIAN e ALMEIDA, 2011, p. 89 – grifo do autor).

A figura de Dona Benta como mentora intelectual do grupo traz para a discussão conceitual na obra de Lobato o rigor necessário para a aceitação do que é pretendido como verdade pelo leitor, associando à imagem do professor ou do mentor a figura do velho sábio e experiente. Dona Benta aparece-nos aí como um nó especial da vida de Monteiro Lobato, já que nos leva à analogia com sua avó postiça Anaclea, amante de seu avô, o Visconde de Tremembé; Lobato, que teve os primeiros contatos com as letras com Anaclea, por ocasião da morte de seus pais, possivelmente inspirou-se na figura de seus parentes, sobretudo, das mulheres, para a criação dos personagens de suas obras. Além de manter a figura do professor - velho sábio e experiente - Dona Benta mantém ainda a generalidade do conhecimento pelo autodidatismo, uma vez que é fato a condição de professora de sua avó postiça, enquanto sua avó de laço sanguíneo sustentava apenas o título de viscondessa.

Na escrita literária de Monteiro Lobato, a mulher e a experiência sensível da leitura e pela leitura são os elementos indiciários da revolução de seu pensamento, especialmente porque representam uma resistência ao modo tradicional positivista de olhar para a cultura escolar infanto-juvenil brasileira do início do século XX, o que atinge de maneira considerável o conceito do didatismo das obras escolares do período. Podemos dizer até que a

mulher supõe um mito na obra e na vida de Lobato, uma vez que as mulheres com quem conviveu, desde sua avó, passando por sua mãe e irmãs até chegar a sua esposa, estiveram sempre destoadas de seu tempo, sobretudo quando visadas pelo aspecto da inserção no mundo das ideias, em plenos tempos de predomínio de uma cultura patriarcal.

Lobato explicita [...] o desejo de criar uma literatura infantil que surge da preocupação com os próprios filhos. A figura de sua mulher contando histórias às suas crianças parece ser uma grande fonte de inspiração para o autor, destacando-se o fato de as crianças ouvirem as histórias contadas por uma figura feminina, além de elas ouvirem e não lerem. Além disso, Lobato acrescenta que elas apenas prestam atenção às aventuras, deixando de lado a moralidade, o que talvez já aponte para o projeto do autor de preencher a necessidade de fantasia comum a todo ser humano, porém manifesta de forma mais aberta na infância. (VIEIRA, 1999, p. 46).

À diferença do professorado anterior às reformas do sistema escolar da primeira década do século XX, Dona Benta organiza a sua narrativa fundamentando-se no critério da escala espacial indutiva como ponto de referência e de sistematização do seu pensamento, à maneira como os livros didáticos viriam a ser organizados posteriormente, seguindo uma ordenação já encontrada em obras didáticas de outros países e autores. É interessante notar o quanto a vivência de garoto influenciou a posteridade literária de Lobato, já que o conjunto de conhecimentos expressados por Dona Benta, que são os seus próprios conhecimentos, possivelmente foi adquirido nas suas fases de infância e de adolescência ainda na biblioteca de seu avô, quando de suas primeiras investidas no mundo das letras.

Segundo Ferraz (1995), os conteúdos de Geografia no ensino secundário eram “colocados de forma aleatória, sem nenhuma preocupação mais rigorosa de discussão de conceitos ou de sequência destes” (p. 82), situação que veio a se alterar com Delgado de Carvalho com a obra *Geographia do Brasil*<sup>6</sup>, de 1913, expressando os anseios intelectuais progressistas da época, trabalhando os conteúdos de modo mais atento ao rigor do método de pesquisa e de ensino, numa distribuição mais lógica, conduzindo as publicações posteriores a uma linha de pensamento e de expressão didática semelhantes a da sua proposta.

Com a adesão intensificada de intelectuais aos saberes geográficos escolares em vista de sua cientificidade conteudística, a própria Geografia foi definindo o seu perfil oficial e institucional,

---

<sup>6</sup> CARVALHO, Carlos Manuel Delgado de. **Geographia do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

... via elevação de métodos científicos de pesquisa e ensino, como trabalhos de campo, aulas práticas, uso de recursos didáticos como mapa e globos, passou a tentar estabelecer relações entre os diversos componentes de dada paisagem estudada, não se atendo ao meramente taxonômico e nomenclatural; introduziu novos temas e conceitos como a questão do urbano, do rural, da industrialização, etc, bem em sintonia com as mudanças por que passava o país e conforme almejavam muitos intelectuais da época. [sic.] (FERRAZ, 1995, p. 84-85).

Sobre a gradativa alteração na composição dos conteúdos da Geografia escolar em função das sucessivas reformas educacionais do período da Primeira República, sem dúvida a Reforma Francisco Campos, de 1931, foi a primeira reforma criada a partir de um projeto de ensino para o país pelo Ministério da Educação, instituído por Getúlio Vargas: “[...] pela primeira vez a questão da educação fazia parte de toda uma política estabelecida e coordenada pelo Estado visando fins e objetivos específicos.” (FERRAZ, 1995, p. 84).

A década de 1930 foi significativa para a Geografia brasileira em função da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e da Universidade de São Paulo - USP, com a respectiva criação do curso de Geografia para a formação de professores, levando a disciplina a ganhar um peso maior junto ao Estado. Neste mesmo período, posterior a Reforma Francisco Campos, a Reforma Capanema, de 1942, veio a significar um aprimoramento da reforma anterior, “[...] deixando mais claro o papel da educação como ‘formadora de personalidade’ e de ‘adaptação’ do ser humano às exigências da sociedade” (TOBIAS, 1969, apud. FERRAZ, 1995, p. 85), o que direciona a partir dos estudos de Geografia escolar para a produção e a reprodução de uma consciência patriótica e de consolidação da integridade nacional.

A exigência de maior cientificidade no conhecimento escolar trouxe à Geografia como disciplina o aprimoramento necessário que a posicionou entre as disciplinas mais visadas para a promoção do ideal desenvolvimentista pretendido no período. Nesta época, a preocupação com o nacionalismo a partir da contribuição dos saberes científicos...

[...] era a palavra de luta de inúmeros discursos e textos da época (não só os de caráter geográfico), mas, paulatinamente, as forças oficiais do Estado brasileiro foram se sensibilizando e se apercebendo da importância dos referenciais geográficos não só para melhor entender a complexidade territorial da nação, mas também como forma de divulgar este conhecimento segundo determinados objetivos. (FERRAZ, 1995, p. 88).

Em função da atmosfera cultural de expansão econômico-produtiva pretendida ao país pelo corpo político brasileiro do final do século XIX e início do século XX, o livro didático

veio a representar uma via importante para a consolidação deste ideal por meio da educação infantil e juvenil. No entanto, o mercado e mesmo a indústria editorial no Brasil do *fin de siècle*, praticamente inexistentes em virtude dos monopólios franceses, ingleses e alemães, condicionavam à estrutura editorial brasileira a tarefa de importação das obras requisitadas e consumidas em terras brasileiras, donde a situação de extroversão da cultura escolar nacional, irreconhecível nos aspectos e assuntos de brasilianidade. Como contorno a esta situação, serão os próprios professores das escolas brasileiras – leiam-se cariocas e paulistanas – os primeiros autores de livros didáticos para ensino escolar no Brasil, traduções de compêndios europeus, o que nos leva à aceitação de que a Geografia científica teve suas origens “[...] apoiadas em um *saber erudito clássico*, baseado no espírito das *humanidades*” (BOLIGIAN e ALMEIDA, 2011, p. 88 – grifo do autor), alicerce para a formação e estruturação do ensino escolar antes mesmo da fundação das primeiras universidades no país.

Na esteira dos acontecimentos desta fase da história escolar e da produção didática brasileira, o papel dos militares destaca-se novamente como vanguardista, embora se tratando de uma vanguarda ideologicamente orientada e intencional quanto ao seu propósito de domínio geopolítico como estratégia de controle territorial.

A Escola Militar do Rio de Janeiro, desde sua instalação, teve igualmente que se haver com a questão dos compêndios a serem adotados. Esta Escola de difícil definição entre escola superior ou escola secundária, foi responsável pela elaboração de obras de ensino da Matemática e da Geografia, traduções realizadas pelos seus docentes. Entretanto, no início da década de quarenta, durante as disputas políticas e sociais da fase regencial, com a questão da unidade nacional e a nova configuração do papel político dos militares, houve a necessidade de uma produção de obras didáticas locais que se encarregaram de esboçar os contornos territoriais da nação independente. A Escola Militar foi o lugar institucional responsável pelo aparecimento dos primeiros compêndios nacionais de Geografia e de História.

O primeiro livro didático de Geografia que temos notícias foi de Pedro de Alcântara Bellegarde, major imperial do corpo de engenheiros e “lente da academia militar”. (BITTENCOURT, 1993, p. 265).

Se atualmente, na sociedade ocidentalizada contemporânea, o livro didático compete com a imagem e com as suas extensões, como o cinema, a televisão ou mesmo com as tecnologias da informação de alcance rápido de conhecimentos, na sua origem o livro didático competia diretamente com a oralidade: cabia ao professor apresentar o conteúdo do livro, selecionar o que deveria ser lido e tecer a sua própria interpretação a respeito do texto.

Além disso, com a difusão do livro didático pela instalação e pela expansão da imprensa nacional, favoreceu-se a “privatização” da leitura e da capacidade de ler com os olhos, de maneira solitária. Ler, a partir do século XV, para o mundo ocidental, passou a constituir-se num ato cada vez mais individualizado; as antigas práticas de leitura, reservadas apenas aos eclesiásticos leitores das escrituras sagradas, passaram lentamente a se socializar como um direito do cidadão, conquistado, sobretudo, com a Revolução Francesa e com a expansão do conhecimento científico.

Rockwell (2001) na sua interpretação sobre o historiador da leitura Roger Chartier, nos coloca que as maneiras de ler variam a cada época, relacionam-se com a disposição do corpo, com o uso da voz, com o tempo e o ritmo de leitura, com as palavras e/ou passagens sublinhadas, as dedicatórias, as anotações nas margens dos livros, o conteste de questionários, os espaços, a iluminação, o mobiliário, e que podem ser coletiva, silenciosa, pública etc. Em Chartier, segundo Rockwell (2001), a leitura é uma prática cultural, realizada em um espaço intersubjetivo, conformado historicamente, no qual os leitores compartilham dispositivos, comportamentos, atitudes e significados culturais em torno do ato de ler: “as práticas de leitura conduzem a determinada relação com os materiais escritos e abrem espaços para a apropriação da cultura escrita.”<sup>7</sup> (ROCKWELL, 2001, p. 13, tradução nossa).

Ler um livro didático, à época da origem de sua difusão como obra escolar, assemelhava-se à leitura de um objeto de valor: lê-lo exigia o aprendizado de pontuar, entonar a voz, segurá-lo corretamente, para somente depois, manuseá-lo. Neste sentido, entendemos que o livro didático coloca-se neste jogo de revolução do ato de leitura como um democratizador do saber escrito, ainda que perversor da linguagem oralizada, já que leitura e escrita não têm, necessariamente, correspondência entre si.

No contexto da lida com o livro didático como obra de valor, como obra de arte, era de se esperar sua colocação no imaginário social como depositário de um saber exclusivo e, principalmente, redentor:

[...] O saber transmitido oralmente perdurava ainda e nos livros encontramos textos que expressavam a necessidade dos jovens ouvirem os mais velhos. Entretanto, a figura do velho como detentor e transmissor do saber foi desaparecendo, cabendo a ele apenas narrar experiências sobre condutas morais ou velhas histórias. A mãe, como educadora, deveria incutir a retidão, cultivar a bondade, o asseio e cuidar para que os filhos estudassem os temas impostos pela escola. O saber “verdadeiro” só seria obtido pela escola, pelo professor e principalmente pelos livros. (BITTENCOURT, 1993, p. 282).

---

<sup>7</sup> “las prácticas de lectura conducen a determinada relación con los materiales escritos y abren espacios para la apropiación de la cultura escrita.”

As práticas de leitura, como práticas culturais, variam com o tempo e com o lugar-ambiente de sua situação, e assim, também se torna variável a importância da leitura e da sua materialidade, o livro, de acordo com as circunstâncias históricas de sua colocação. Para Chartier, ora o livro texto passa a ser interessante, ora é visto como mero auxiliar no desenvolvimento da formação leitora. Interessa-nos aqui a resistência da literatura de Lobato ao que a constatação de Chartier atesta, pois o livro, para Monteiro Lobato, é um espaço de experiência: “Ainda acabo fazendo livros onde as nossas crianças possam morar.” (Carta a Godofredo Rangel, 1926). Este espaço de experiência de Lobato funda uma definição para o espaço científico até então ainda não construída, que preza pela sensibilidade que envolve a sua vivência; tal como nos coloca Benjamin, a experiência [do espaço] é aquela que nos passa, que nos transforma, quando ligada a nós, e a sua importância vem do resgate do passado ou das origens como modo de manter sempre viva a identidade.

Na literatura da Geografia de Dona Benta, Monteiro Lobato captura os elementos universais da Geografia tradicional de sua época e a reconta com auxílio dos artifícios do humor e da fantasia, tecendo uma Geografia própria, narrada por ele mesmo pela voz de Dona Benta, resgatando a prática da oralidade e do contar pelo faz-de-conta. Em contraposição à escola convencional, os personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo colocam-se como o tipo ideal de estudante pretendido por Monteiro Lobato, um estudante dotado de senso crítico e, sobretudo, questionador. O próprio Sítio surge como uma escola alternativa: “Nela, conhecimentos de gramática, matemática, geologia e até rudimentos de uma política nacionalista do petróleo são veiculados e assimilados de forma crítica, independente e sempre questionadora [...]” (HAAG, 2012, p. 256).

O tom de novidade que é dado pelo autor pela voz de Dona Benta está justamente na manutenção do modo tradicional de organizar o conhecimento de Geografia face às exigências burocrático-institucionais responsáveis pelos programas de ensino da época associado a uma crítica pautada na sua organização – uma revisitação do fazer oficial da Geografia na escola para o jovem estudante, contornando a reprodução do sistema escolar e inspirando-se no projeto de renovação escolanovista da década de 1930, que confirma o quanto a cultura escolar “[...] está atravessada por processos sociais e políticos originados fora da escola.”<sup>8</sup> (ROCKWELL, 2001, p. 24, tradução nossa).

---

<sup>8</sup> “[...] está atravessada por procesos sociales y políticos originados fuera de la escuela.”

Por este motivo, a Geografia de Dona Benta se nos apresenta como uma literatura de teor didático que se expande para públicos-alvo além da escola ou do meio infanto-juvenil, e alcança a dimensão do universo adulto ao sugerir a transgressão da tradição do pensar geográfico tornado obrigatório à criança e ao jovem do início do século XX.

*Aproximações entre a organização dos conteúdos de Geografia da literatura didática do início do século XX e a Geografia de Dona Benta*

Couto (2002) analisando uma obra didática em particular e extrapolando a sua análise para outras obras, conclui pela matematização do espaço geográfico na literatura didática escolar, herança da racionalidade moderna, que está presente, inclusive, na Geografia de Dona Benta. Assim coloca o autor:

[...] a obra parte do estudo da orientação e localização no espaço terrestre, através dos pontos cardeais, das linhas imaginárias, das coordenadas geográficas e dos mapas. Logo após [...], a obra apresenta as formas de medir o tempo através dos movimentos da Terra e da Lua. Ou seja, a obra parte daquela concepção de espaço matemático, [...] onde se encontram pontos, linhas e figuras geométricas, e não do espaço como produto da ação humana. (COUTO, 2002, p. 328).

Ser ou posicionar-se em favor de um pensamento político de compromisso com o pobre em recursos financeiros é uma constante na expressão literária de Monteiro Lobato, e na Geografia de Dona Benta este posicionamento também se apresenta. No entanto, como fruto da ideologia política de seu tempo, Lobato não foge à regra em sua construção literária, e parte também de uma concepção matemática para um espaço que se propõe geográfico.

A disposição e a organização do pensamento expressado pelo autor na sua Geografia corroboram com a organização do pensamento escolar geográfico de sua época, salvo o tratamento mais humanizado de determinados temas de sua escrita, especialmente os relacionados à possibilidade de uso e exploração do território brasileiro. Partindo da dimensão astronômica do espaço, e corroborando com o pressuposto pelo positivismo de que a ciência astronômica detém papel de destaque entre as disciplinas previstas para a formação geográfica do cidadão positivo, Lobato apresenta e discute algumas leis físicas relativas ao universo como espaço de concepção humana, apresentando aos seus meninos temas como o da disposição dos planetas em função da gravidade e da disposição dos continentes a partir da observação da Terra do espaço sideral. Pelo interior da Terra, numa sequência de pensamento



indutivo de escala geográfica, Lobato apresenta e investiga alguns aspectos geológicos do planeta, citando vulcões, gêiseres, e se utilizando do artifício da comprovação matemática – recurso positivo – como finalidade de validação do seu pensamento:

[...] Ora, os homens mediram a circunferência da Terra e acharam 40.000 quilômetros. Logo, o diâmetro tem aqueles 12.800 quilômetros, ou seja um terço e um tico da circunferência.

Pedrinho, na dúvida, resolveu tirar a prova daquela matemática. Cortou pelo meio várias laranjas e uma grande abóbora bem redondinha. Mediu a circunferência e o diâmetro de todas as “cuias” e achou que era sempre um terço e um tico da circunferência, qualquer que fosse o tamanho das frutas. [...] (LOBATO, 1988, p. 16).

E após percorrer o externo e o interno da Terra, Lobato sugere a sua viagem imaginária pela superfície do planeta, passeando pelos continentes e territórios de todo o mundo, exceto pela África subsaariana, bem ao modo da organização dos conteúdos dos livros didáticos da época. De modo geral, os livros didáticos contemporâneos a Geografia de Dona Benta estão estruturados da forma como segue, no quadro 1<sup>9</sup>, e os conteúdos discutidos na Geografia de Dona Benta estão apresentados no quadro 2, na sequência:

---

<sup>9</sup> Os livros didáticos utilizados nesta investigação estão à disposição para consulta na Biblioteca de Livros Didáticos do Departamento de Educação da Universidade de São Paulo (USP), na Cidade Universitária, em São Paulo. Consta no final deste estudo, junto à seção de referências, a listagem com todos os títulos selecionados e analisados.

<b>QUADRO 1 - ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS EM UMA SÉRIE DE LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO PERÍODO DA PRIMEIRA REPÚBLICA*</b>					
<b>1ª PARTE</b>		<b>2ª PARTE</b>	<b>3ª PARTE</b>		<b>GEOGRAFIA PARTICULAR**</b>
GEOGRAFIA FÍSICA		GEOGRAFIA FÍSICA DOS CONTINENTES	GEOGRAFIA POLÍTICA		
<i>a) Definições geográficas e geométricas</i>	- definição da ciência Geografia; - medidas escalares; - localização geográfica (pontos cardeais, localização pelo Sol); - estações do ano; - chuvas e sistemas atmosféricos; - instrumentos de averiguação de fenômenos da natureza.	<i>Os cinco continentes tratados em seus aspectos físicos e fisiográficos</i>	<i>a) Formas sociais; Estados; formas de governo</i>		<i>Descrição e nomenclaturização de aspectos políticos dos principais países separados por continentes</i>
<i>b) Noções de cosmografia</i>	- o universo e o sistema solar.		<i>b) Noções de etnografia, raças humanas, línguas e religiões</i>	- tipos humanos; - lugares que habitam e suas ocupações.	
<i>c) A constituição geofísica do Planeta Terra</i>	- a parte líquida da Terra; - a parte sólida da Terra.		<i>d) Definições de Geografia econômica</i>		
<i>d) Os continentes e as cinco partes do mundo</i>	- os cinco oceanos e seus principais mares; - as correntes oceânicas.				

\* Consta no final desta pesquisa, na seção Referências, a listagem dos 35 livros didáticos consultados.  
 \*\* O conteúdo *Geografia Particular* não esteve presente com esta denominação em todas as obras analisadas, ocorrendo naquelas com orientação menos técnica quanto ao teor do conteúdo geográfico pretendido.

<b>QUADRO 2 – ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS NA GEOGRAFIA DE DONA BENTA (1935)</b>
<b>CAPÍTULOS</b>
I - O Universo. Bailado das estrelas no espaço
II - A Terra vista da Lua
III - A Terra é redondinha
IV - O miolo da Terra
V - A grande parada
VI - O “Terror dos Mares”
VII - O Sul do Brasil
VIII - São Paulo
IX - Rio de Janeiro. Minas. Espírito Santo. Baía
X - O Nordeste
XI - A Amazonia
XII - Pela America Central
XIII - México. Mar de Sargaço. Gulf Stream. Estados Unidos
XIV - Os Andes. Vulcões. Nova York
XV - Nova York e Hollywood
XVI - Terra Nova. Canadá. Circulo Artico
XVII - Groenlandia
XVIII – Asia
XIX – Japão
XX - A velha China
XXI – Malasia
XXII - Oceania
XXIII – India
XXIV - Mar Vermelho e Africa
XXV - No Mediterraneo
XXVI - Os rios da Europa
XXVII – Italia
XXVIII - Peninsula Iberica
XXIX - Inglaterra e França
XXX - Norte da Europa

Elaboração: Filipe Gracioli, 2013.

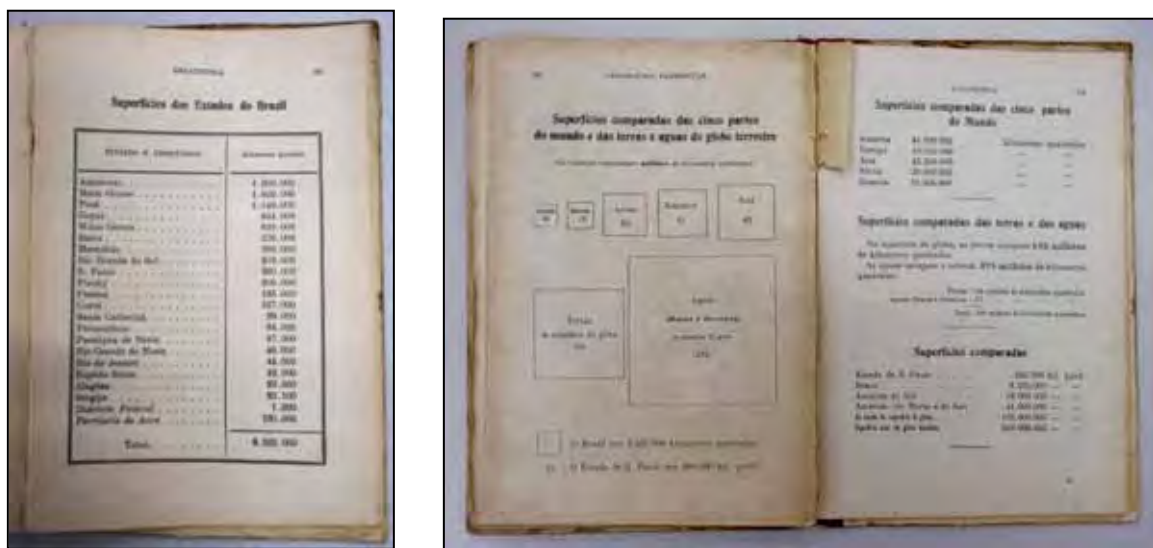
Dos quadros 1 e 2 apresentados, vemos que o tratamento dado ao conhecimento de Geografia nos livros didáticos do início do século XX restringia-se ao físico do planeta, modulado e compreendido a partir de fórmulas que tendiam ao determinismo ambiental. Os aspectos humanos ou sociais, quando presentes, orbitavam sempre em torno da perspectiva determinista de causa e efeito: o lugar e as condições ambientais como causas para os mais variados tipos humanos. Já na Geografia de Dona Benta estes mesmos conteúdos aparecem trabalhados a partir de uma perspectiva menos descritiva e mais crítica e mais reflexiva que nos seus contemporâneos, atenta aos problemas sociais, econômicos e políticos dos espaços visitados com o auxílio da fantasia e da imaginação criativa; esta é a palavra diferenciadora de

Monteiro Lobato, a língua explorada naquilo que ela melhor pode oferecer em qualidade, ou seja, a permanente incitação da autonomia e da libertação do pensamento para os indícios do tempo vivido, uma autonomia que conduz à captura do poder que a língua permite quanto à formação de identidades.

Nos livros didáticos a descrição e a nomenclaturização são condições para a sua formulação e para a estruturação curricular; listagens de nomes de países, de continentes, de mares e de eventos atmosféricos ou geológicos, por exemplo, são abundantes e estão em todos os livros investigados. Nas figuras seguintes, ilustrativas da *Geographia Elementar* de Arthur Thiré, estão representados alguns destes aspectos:



Figuras 1 e 2 – *Geographia Elementar* – capa e folha de rosto junto à listagem das bandeiras dos “principaes paizes” - 11 ed., 1913.  
Crédito das imagens: Filipe Gracioli, 2012.

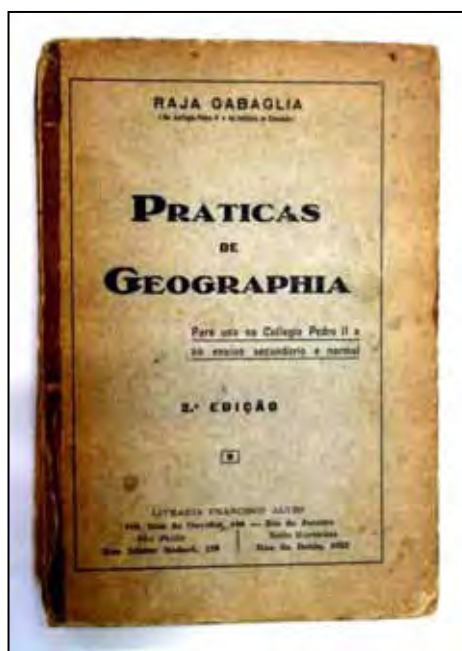


Figuras 3 e 4 – Listagem das “Superfícies dos estados do Brasil” e comparativo das superfícies dos cinco continentes. *Geographia Elementar*, 11 ed., 1913.

Crédito das imagens: Filipe Gracioli, 2012.

A única exceção à nomenclaturização, mas que ainda assim não foge ao padrão descritivo da época corresponde ao livro de Raja Gabaglia, *Praticas de Geographia*<sup>10</sup>, exclusivamente orientado para o ensino da prática em experimentos geográficos, fazendo uso de ilustrações de instrumentos de aferição e de exercícios práticos como forma de fixar o conhecimento adquirido. Segundo o autor, corresponde ao propósito da obra, pelo desenvolvido na seção introdutória que:

O ensino da Geographia deve ter sempre um cunho pratico. Para attender a este objectivo é que organizamos o presente livro, que servirá de guia nas aulas practicas para os professores e os alumnos de Geographia Geral e Chorographia do Brasil do Collegio Pedro II, dos institutos a elle equiparados e, em geral, de todos os estabelecimentos de ensino secundario e normal do paiz. (GABAGLIA, [192-]).



Figuras 5 e 6 – *Praticas de Geographia* – capa da 2ª edição e página interna ilustrando o “Dispositivo para reprodução da experiência de Plateau”, [192-]  
Crédito das imagens: Filipe Gracioli, 2012.

Na proposta da escrita da Geografia de Dona Benta, Monteiro Lobato apresenta-nos um conteúdo de Geografia que se aproxima do presente no ambiente escolar da época pela organização lógica da sequência temática, tal como demonstrado no quadro 2, não abdicando

<sup>10</sup> GABAGLIA, Raja. **Praticas de geographia**. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves. [192-].

da descrição e, em alguns momentos, do determinismo social; porém, não se restringe a eles somente, como único caminho para a construção do ideal de criticidade ao *status* da vida de relações do período. Para a construção deste ideal, Lobato encontra nos recursos do maravilhoso e do questionamento das ações e da organização humana sobre o espaço o caminho para a fixação de sua palavra pelo leitor.

É inegável a força e a pertinência do *maravilhoso* presente em seu pensamento; na perspectiva do maravilhoso, espaço e tempo são construções trabalhadas pelo autor de uma maneira renovadora, sobretudo em se considerando o momento histórico relativo à sua produção literária, dominado por uma elite intelectual conservadora e essencialmente racional. A aliança do fantástico e do maravilhoso...

[...] resulta de uma relação efetiva e primordial entre os espaços e os homens; ela incita a distinguir, imaginariamente, os lugares reais a partir de seus prolongamentos oníricos. O imaginário espacial vai nascer das variações perceptíveis e sensíveis que uma experiência concreta e irreduzível, mas bastante geral, inscreve na nossa prática cotidiana. Uma geografia sentimental das ruas e das edificações, dos parques, dos cafés, de um quarteirão vem, então, se sobrepor àquela dos usos calculados e das obrigações. (LEGROS et al. 2007, p. 88).

Como a escrita de Lobato rumo para uma experiência leitora a partir da construção de livros onde se possa morar, podemos dizer que esta escrita se distancia da proposta dos livros didáticos contemporâneos a sua obra, elaborados, a princípio, para a qualificação instrumental do jovem estudante de sua época. É assim que a sua obra se torna didaticamente relevante, ao assumir a postura de crítica frente à situação política e econômica vivida pelo povo brasileiro e a sua passividade quanto ao agir em prol de uma pátria e de uma nação.

Este atestado vem para reforçar a crença na força do livro didático como instrumento de reprodução cultural e, no contexto de sua criação, de uma identidade nacional para um país que jamais se situara culturalmente quanto a uma homogeneidade que atestasse a sua singularidade perante as demais nações já constituídas pelo aspecto cultural, ao passo que convive com uma face perversa, a da sua concepção como produto da indústria cultural.

[...] O livro didático tem sido um dos raros objetos culturais possíveis de veicular um conhecimento organizado e sistematizado com certo rigor e em condições de circular em meio a um público leitor heterogêneo cujo saber é fortemente construído pela intervenção das mídias. É evidente que o livro, pelo seu caráter de mercadoria inserido na lógica da indústria cultural, tem sido objeto mais de **vulgarização** do conhecimento do que **divulgador** de um saber capaz de auxiliar os alunos em seu processo de domínio de leituras críticas. (BITTENCOURT, 1993, p. 346, grifo do autor).

Dissertando sobre as características mais marcantes da institucionalização do discurso geográfico a partir das diversas mudanças na política educacional brasileira nos anos iniciais do século XX, impactantes diretamente na concepção do livro didático, Ferraz (1995) nos aponta que o momento político deste período voltava seus esforços para a construção de um nacionalismo, possibilitado pela via do discurso positivista de promoção do progresso e do crescimento econômico como panaceias para o futuro brasileiro.

Segundo o autor, “a elaboração científica e pedagógica do nacionalismo era a fundamentação necessária para que o país saísse do atraso e da ignorância.” (FERRAZ, 1995, p. 76); Deste modo, teria a Geografia uma função central junto a este propósito justamente por permitir a exploração dos dados obtidos da tomada de conhecimento do território nacional, além de possibilitar a divulgação dos conhecimentos elaborados no nível de disciplina escolar.

A procura pelo conhecimento de Geografia inicia-se muito antes da institucionalização do conhecimento geográfico científico no Brasil, na década de 1930; já no século XIX as conhecidas expedições de botânicos, floristas e paisagistas europeus, especialmente de franceses, em incursões ao território brasileiro, percorriam o território em busca de informações para a construção de dados com teor geográfico, principalmente por meio de exaustivas expedições de campo e suas respectivas catalogações.

Na construção de um corpo conceitual de Geografia, as tentativas mais remotas que conhecemos no Brasil são as do padre português Aires de Casal, que residiu na cidade do Rio de Janeiro por volta dos anos 1790, autor da famosa *Corografia Brasílica*<sup>11</sup>, obra em que descreve as paisagens e a fauna e flora brasileiras a partir da recolha e da sistematização de informações dadas por viajantes e exploradores naturalistas do século XVIII e XIX.

Concede-se a Aires de Casal o título de “pai” da Geografia brasileira, cuja contribuição veio a significar o início da sistematização de saberes de teor geográfico dispersos em um território ainda por ser conhecido, e que fundamentaram a elaboração dos primeiros compêndios e livros didáticos no Brasil. Caio Prado Jr., a respeito do rigor de seu trabalho, assim o descreve:

---

<sup>11</sup> Ver: CASAL, Aires de. **Corografia Brasílica**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. Nesta obra estão reunidas as principais informações coletadas de anotações e observações de exploradores e naturalistas estrangeiros, que visitaram as terras brasileiras nos séculos XVIII e XIX, e organizadas pelo padre Aires de Casal, que viveu no Brasil entre os finais do século XVIII e início do século seguinte, quando em 1821, a pedido do rei de Portugal, D. João VI, retorna à sua terra natal.

Mas não são apenas rudimentos da ciência que faltam ao novo autor. Não se percebe nele vocação ou instinto científico algum, isto é, qualidade de observação, análise, comparação e síntese, que fazem a base do pensamento nas ciências. Nada disto ele possui; é um simples colecionador e registrador de fatos. (1979, p. 166).

Embora carregue consigo o estigma do primeiro geógrafo brasileiro, à diferença de seus contemporâneos Humboldt, Ritter, von Spix, von Martius e Saint Hilaire<sup>12</sup>, a obra de Aires de Casal caracteriza-se como exclusivamente bibliográfica, de cunho não-presencial quanto à busca por informações ditas “de campo”, ao passo que as contribuições daqueles enquadravam-se no chamado naturalismo, exploratório por definição e por prática. Tal fato, no contexto da apreciação da obra de Casal, levará alguns pensadores a descreditar sua contribuição como científica, tal como Caio Prado Jr., reconhecendo-a como um “[...] excelente manancial de notícias sobre o conjunto do país [...]” (1979, p. 182).

Segundo este autor,

As fontes de que Aires de Casal se utilizou para a confecção da **Corografia** são abundantes. Já assinalei que ele não parece ter sido um viajante e observador de primeira mão que descreve *de visu*. Seu trabalho foi antes de gabinete, coligindo pacientemente suas informações em livros e manuscritos. (PRADO JR., 1979, p. 178, grifo do autor).

Aires de Casal orienta seus estudos para os legados de Ptolomeu e de Estrabão, referência clara a uma Geografia clássica<sup>13</sup>, dividida em política e matemática. Em Casal, no entanto, esta divisão se fará entre política (a Geografia da divisão territorial com base natural – cursos d’água, cumes e acidentes geográficos) e em natural, a da Geografia expressamente física; à Geografia política soma-se ainda a divisão política de território estabelecida pela corte e influência portuguesa, sem uma “significação concreta”, nos dizeres de Prado Jr. (1979).

Na Corografia, a parte designada aos estudos do humano, mais extensa, apresenta também informações coletadas por terceiros, segundo Prado Jr., em referência aos indígenas

---

<sup>12</sup> Alexander von Humboldt (1769-1859), Carl Ritter (1779-1859), Johann Baptiste von Spix (1781-1826), Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e Auguste de Saint Hilaire (1779-1853) naturalistas voltados à exploração do espaço geográfico em seus aspectos naturais, contribuiram com a sistematização de um corpo conceitual de Geografia a partir da pesquisa *in loco*, fornecendo os elementos para a construção da Geografia científica moderna.

<sup>13</sup> Ptolomeu (Alexandria, 90-168) e Estrabão (Amasya, Turquia, 63 a.C - 24) considerados os primeiros pensadores gregos cujo legado influenciou o desenvolvimento do conhecimento geográfico, a partir de obras de cunho descritivo sobre lugares, povos que os habitam, seus costumes e história, reunidos sob um tom de “regionalização” espacial, rudimentos de uma Geografia clássica.



brasileiros, classificados por Casal na seção relativa à zoologia, sempre entre os animais: “[...] seus dados são visivelmente todos de segunda, quando não de terceira mão; e falta-lhe por completo espírito crítico.” (PRADO JR., 1979, p. 177).

Embora distem mais de um século entre si, as obras de Casal e de Monteiro Lobato coligem em textualidades que se reconhecem uma na outra quanto ao aspecto da sua composição descritiva, resultado da herança de séculos de tradição oral da passagem de saberes, cujo respaldo esteve na descrição do lugar. Logicamente, em Lobato se percebe um tom de crítica infinitamente mais acentuado, de que a obra de Casal parece se distanciar, em virtude de não haver antes de sua publicação trabalho semelhante na arte da organização e da sistematização de informações de conteúdo geográfico no Brasil; além disso, arrisca-se aferir que a posição social de clérigo e não de homem de ciência de Aires de Casal contribuiu para o teor reduzido de crítica de sua obra.

Entretanto, Lobato possivelmente tenha se visto às voltas com a *Corografia* de Casal em sua formação pessoal, já que a leitura da obra manteve-se por muito tempo obrigatória na formação intelectual do brasileiro letrado:

O sucesso da **Corografia** no estrangeiro se manteria por muito tempo. É com certeza nela, ou em seus repetidores, que na parte relativa ao Brasil se inspiraram todos os compêndios de Geografia geral publicados em grande número por esta época nos diferentes países da Europa. (PRADO JR., 1979, p. 182, grifo do autor).

Ainda no século XIX, em 1838, posteriormente, portanto, a Aires de Casal, são criados os IHGBs – Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros, “[...] como forma de atender as necessidades gerais de ‘informações sobre o território’ e também de ‘subsidiar as ações governamentais’” (FERRAZ, 1995, p. 77), além das Sociedades de Geografia, de iniciativa privada, porém, com forte apoio do governo monárquico, por se tratar de uma iniciativa de utilidade pública.

Os estudos realizados por estas instituições elaboravam as chamadas *Corographias*, compêndios de conteúdos sobre determinado assunto extensamente catalogados. A ausência de professores de Geografia formados oficialmente era preenchida com a utilização destes compêndios, ministrados por professores de outras áreas de conhecimento, posição já duramente criticada por alguns intelectuais da educação no Brasil, como Delgado de Carvalho, nos anos iniciais do século XX.

Ao longo de todo o período imperial brasileiro serão fundados os liceus e as chamadas escolas secundárias voltadas à educação da elite imperial, como o Colégio D. Pedro II, no Rio

de Janeiro, sendo que somente nos anos finais do regime imperial “alguns intelectuais brasileiros passam a elaborar livros escolares, numa maior frequência e com melhor qualidade de informações.” (FERRAZ, 1995, p. 78), abdicando dos primeiros compêndios escolares importados da Europa.

### *O conteúdo de Geografia na República*

Com o advento do regime republicano de governo, as investidas do sistema político brasileiro na formação escolar no Brasil passam a ocorrer de modo mais sistemático; a Constituição federativa de 1891, por exemplo, estabelece como função do município o nível escolar de ensino básico, ao passo que aos estados federativos e à união caberiam os níveis secundário e superior.

Com a criação do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, cujo primeiro ministro a ocupar a pasta fora Benjamim Constant Botelho de Magalhães, estabelece-se a “primeira reforma de ensino no período republicano que, vislumbrando as medidas constitucionais a serem implementadas [em 1891], já delineava os objetivos e estruturas das competências educacionais como forma de controlar o novo sistema político.” (FERRAZ, 1995, p. 79 - adaptado).

Constant prioriza então os conhecimentos científicos em detrimento dos conhecimentos de formação humana, estabelecendo as disciplinas do rol de disciplinas positivistas como as novas promotoras do saber nacional: as ciências físicas e naturais, a matemática, a astronomia, a sociologia e a moral passam a ser privilegiadas, nesta ordem. Na Geografia de Dona Benta, Monteiro Lobato reproduz esta prioridade iniciando a obra com a discussão em torno da espacialidade expressa pela dimensão do universo e dos planetas, não deixando de lado a preocupação com o teor humanista da história.

Nos anos iniciais da Primeira República no Brasil, várias reformas na organização do sistema escolar brasileiro implantaram-se, com a disciplina Geografia ganhando espaço de destaque, beneficiada pelo caráter democratizador da Reforma Rivadávia Correa, de 1911, representativa de uma ameaça a várias facções da classe político-econômica dominante, fato que a reprimiu rapidamente, descontinuando-a em função da preocupação que imprimia a situação dos estudantes em nível local.

Posteriormente, com a Reforma Carlos Maximiliano, de 1915, a Geografia escolar brasileira sofre a perda de um ano na grade de formação dos estudantes, acompanhada da supressão de horas-aula. Nesta reforma, “o ensino de Geografia era considerado de caráter

essencialmente aquisitivo-verbalista, teórico e livresco – se desenvolvendo por meio da exposição e recitação” (NAGLE, 1976, p. 149, apud. FERRAZ, 1995, p. 82).

Segundo Ferraz (1995), os conteúdos da Geografia escolar do Brasil da Primeira República constituíam:

[...] uma soma infindável de nomes e dados descritivos que atendiam à necessidade de entender a astronomia da Terra no sistema solar, passando pelas características físicas e econômicas dos municípios, territórios e países. O peso dos aspectos nomenclaturais e a superficialidade dos dados e números a serem decorados definiam o perfil deste conteúdo. (p. 82).

Não distante desta realidade, a obra de Monteiro Lobato, ainda que não utilizada didaticamente no contexto da escola da Primeira República, também se apoderou desta fórmula para as discussões do conteúdo de Geografia previsto, ao exemplo dos livros didáticos veiculados no ambiente escolar. As descrições dos aspectos econômicos, sociais e culturais de alguns municípios brasileiros, de alguns territórios e dos países visitados pelos personagens correspondem ao modelo de escrita vigente à época, de certo modo linear quanto à escala de localização dos fenômenos e das hierarquias definidas culturalmente, que em Lobato ganham fôlego ao reproduzirem a ânsia do autor pelo progresso econômico do país, frequentemente associado ao estrangeiro, sobretudo aos Estados Unidos, pelo qual o autor não esconde sua predileção.

No limite, não podemos compreender o método ou a prática descritiva como menor ou de menos importância no cenário das técnicas de assimilação do conhecimento escolar, mesmo porque esta prática veio substituir outra técnica já bastante desgastada no meio escolar, a da memorização; além disso, a relação do povo brasileiro com o ambiente escolar era distante<sup>14</sup>, e tenderia a se estreitar somente nos anos seguintes ao movimento escolanovista da década de 1930.

Neste momento, o ensino primário era visto como problema pela administração política do país, principalmente por representar um ensino estagnado e de pouca contribuição para a promoção do ideal de nacionalismo que vinha se construindo desde a tenra república. Conforme Costa (2011):

Na década de 1930, o ensino primário é visto como grande problema. A iniciativa do então diretor-geral de instrução pública, Carneiro Leão, de reformular o ensino da Geografia, - adotando como método os círculos

---

<sup>14</sup> Segundo SILVA (2011), estavam matriculados pouco mais de dois milhões de alunos no ensino primário em 1932, para uma população total de cerca de 37 milhões de habitantes.

concêntricos, nos quais o conteúdo vai se tornando gradualmente complexo, passando sempre do conhecido ao desconhecido - foi recebida com entusiasmo por Delgado de Carvalho. Esta foi vista como um grande impulso à transformação do nosso ensino, um passo para a construção da nossa nacionalidade [...]. (p. 271).

A disposição dos conteúdos explorados por Lobato na Geografia de Dona Benta nos revela uma aproximação com o método dos círculos concêntricos proposto como alternativa a estagnação do ensino primário da Primeira República: do supostamente mais e melhor conhecido território “nacional”, passa-se à exploração do território regional-continental e assim para o mundial, a ser descoberto pelos personagens do Sítio e pela criança ou jovem leitor. Torna-se clara neste íterim a referência à expressão francesa de produção de conhecimento didático escolar, cujos estudos sobre a região como escala espacial passavam a protagonizar nos manuais científicos da França pós-primeira guerra mundial, renunciando as teorias de regionalização<sup>15</sup> que viriam a influenciar a disposição da economia de mercado em escala mundial.

O ideal nacionalista a ser atingido no período em discussão, além das tradicionais descrições e das extensas listas nomenclaturais, valeu-se também dos recursos gráficos, especialmente as ilustrações de revistas e folhetins de alcance popular da época. Costa (2011) asserta que, para o caso da Geografia escolar, este ideal recebeu a significativa contribuição do recurso didático dos mapas, que segundo a autora, passaram a ser um recurso fundamental para a transmissão da noção de nacionalidade:

[...] Assim, o desenho do território, com suas fronteiras e acidentes geográficos, passava a ilustrar selos oficiais, cabeçalhos, capas de revistas, paredes, e, como não podia deixar de ser, manuais e livros escolares. A possibilidade de visualizar o traçado do país por toda parte auxiliava a incutir na imaginação popular a imagem de uma nação. Através da cartografia era possível destacar não só a particularidade de um território, mas uma história que se desejava transmitir. (p. 269-270).

Na Geografia de Dona Benta, a pobreza de significação e de correspondência com o ideal nacionalista expresso pela representação cartográfica nos inquieta nos seguintes pontos: como era possível transmitir um conhecimento de teor altamente visual, como é o geográfico, através de uma obra de linguagem predominantemente textual? Quais as razões para a pobreza das representações cartográficas dos territórios e dos lugares em uma obra destinada a

---

<sup>15</sup> Nesta época foi notável a tese dos lugares centrais, desenvolvida pelo alemão Walter Christaller (1893-1969), que postulava sobre a distribuição e a hierarquização dos lugares centrais em um espaço isótropo (igual em todas as direções).

expressar um conhecimento que se traduz visualmente e materialmente pelo mapa? Não pretendemos responder a estas questões neste estudo; aquieta-nos por ora a exploração do argumento da viagem imaginária pretendida por Lobato para seus personagens através do recurso do maravilhoso, pelo qual podemos identificar as relações espaço-temporais na Geografia de Dona Benta como, no limite, subversivas das concepções lineares moduladoras da então produção literária infantil brasileira, cujo equivalente na literatura nacional só era encontrado em Machado de Assis, especialmente nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881).

### *As ilustrações na Geografia de Dona Benta: uma visão gráfica de um mundo contado*

Já podemos dizer que a tentativa de Lobato com a sua Geografia era a de veicular um ideal nacionalista de progresso e de crescimento econômico aliado a uma instrumentalização cultural do povo brasileiro do início do século XX. Assim como a linguagem textual expressada na Geografia de Dona Benta nos permite esta constatação, também as ilustrações que narram graficamente as situações vividas pelos personagens nos deixam concluir por esta interpretação. Neste tópico de nosso estudo, analisaremos como a linguagem gráfica da Geografia de Dona Benta - compreendida pelas ilustrações, desenhos e mapas - se aproxima ou se distancia deste ideal de nação, recuperando, da primeira edição da obra, publicada em 1935, as representações que deram corpo à imaginação das muitas gerações que com ela tiveram contato.

Figurando ao lado de obras de teor didático voltadas para o público escolar de um Brasil recém república, porém não oficialmente utilizada com este intento, a Geografia de Dona Benta traz nas suas ilustrações a tentativa de concretizar o espaço contado, oralidade traduzida pela linguagem escrita. Mais adiante, travaremos uma discussão entre a obra de Monteiro Lobato e as suas aproximações com a produção didática escolar do período republicano brasileiro da primeira fase, trilhando rotas que nos auxiliem nesta empresa. No entanto, por ora, convém que prestemos atenção ao que nos esclarece Bittencourt (1993) em sua tese de doutorado, sobre a ilustração contida no livro didático da época em questão.

Segundo a autora, a ilustração no livro didático, a depender dos conteúdos das disciplinas, tornava-se uma necessidade, tal como nos livros de Geografia, que traziam uma “dificuldade complementar com a questão das representações espaciais, condição que tornava imprescindível a apresentação de mapas.” (BITTENCOURT, 1993, p. 297). Assim nos escreve a autora:

As ilustrações dos livros didáticos favoreciam, portanto, dentro das concepções de aprendizado, uma forma do aluno ter contato com situações mais concretas. Entretanto, pelas condições em que ocorreu o processo de construção da obra didática, as ilustrações serviram como um instrumento a mais na veiculação da cultura européia.

A marca estrangeira nos textos didáticos é bastante visível pelas ilustrações, registrando-se cenários, vestimentas e animais europeus. Gestos e posturas “civilizadas” eram divulgados pelos livros escolares, e tanto na forma quanto nos conteúdos, os livros didáticos prestavam-se a difundir o “ideal” europeu como padrão a ser incorporado pela nossa juventude. As ilustrações reforçavam e impunham o consumo de um “estilo francês de ler” embora pudessemos detectar algumas poucas resistências a tais imposições. (BITTENCOURT, 1993, p. 297).

Se por um lado a obra de Lobato subverte a maneira tradicional de relação do leitor com a situação espacial e temporal de sua escrita e o modo como ela se desprende da linearidade típica do pensamento racional predominante no meio científico e intelectual da época, por outro, a linguagem gráfica vista pela ótica das ilustrações da Geografia contada por Dona Benta não se distancia deste pensamento e, pelo contrário, tanto dele mais se aproxima na medida em que expressa uma visão de espaço limitada pelo estereótipo dos tipos humanos – os povos que o habitam – e pelos estereótipos do próprio espaço, dados pelos seus pontos universalmente reconhecíveis. Não nos esqueçamos, no entanto, de que Lobato pensava e concebia o mundo à maneira e pelas limitações de seu tempo.

No bojo do conteúdo expressado pela ilustração na obra em discussão, interessa-nos um tipo especial, o mapa, ao qual reservamos a constatação da pobreza de seu uso, escorados na Geografia científica atual, técnica e informacional, para a qual o mapa pode ser entendido como a ponte responsável por expressar a comunicação entre a realidade e a representação, sendo assim instrumento didático eficiente na divulgação de uma informação espacial, ainda que nem sempre digna de expressar uma espacialidade.

Se atualmente o uso do mapa como linguagem é uma constante indispensável e fundamental na produção do conhecimento de teor geográfico, possivelmente na época de elaboração da Geografia de Dona Benta a utilização de mapas era ainda restrita aos meios acadêmico, científico e, sobretudo, militar. Ainda que as discussões sobre o que venha a ser o mapa, qual a sua intenção e sua real validade no contexto da expressão de espacialidades e de mediação com a realidade vivida no espaço, esta ferramenta que é também instrumento de averiguação de fenômenos das mais diversas ordens, não denota valor significativo na obra de Lobato, posicionando-se mais como mero recurso ilustrativo, pouco trabalhado no sentido de

seu valor didático expressivo<sup>16</sup>. Nas figuras 7 e 8, seguintes, estão duas das representações cartográficas que ilustram os itinerários da viagem imaginária dos personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo, representativas de uma linguagem ainda pouco explorada em seu viés técnico no meio escolar, a julgar pela ausência dos elementos constituintes de um mapa, como título, escala e orientação:



Figura 7 – “Estreito de Magalhães”.  
(LOBATO, 1935, p. 39)  
Crédito da imagem: Filipe Gracioli, 2012.



Figura 8 – Território do Alasca.  
(LOBATO, 1935, p. 139)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.

Já de antemão, entendemos que a obra de Lobato não veio a representar didaticamente uma fonte de conhecimento memorável à posteridade quanto ao aspecto da representação cartográfica. O mesmo, no entanto, não se pode dizer sobre as demais ilustrações, que certamente ocupam lugar significativo na memória dos que pela obra se iniciaram geograficamente. Ainda que a Geografia de Dona Benta não tenha servido ao propósito de alfabetizar cartograficamente ou mesmo geograficamente a infância e a juventude escolar do início do século passado, dado que este possivelmente não tenha sido o propósito inicial para o qual a obra tenha sido concebida, ainda assim figura como uma produção de teor significativo quanto à tentativa de posicionar o estudante e o leitor infante-juvenil da aurora do século XX quanto a uma consciência a respeito da situação no espaço geográfico.

<sup>16</sup> Segundo BOLIGIAN e ALMEIDA (2011) o mapa vem para reforçar o conteúdo textual e, para o caso dos livros didáticos, a sua ausência pode ser apontada como “resultado dos altos custos de impressão com imagens” (p. 73), que entendemos estender-se para o caso da Geografia de Dona Benta, embora a quantidade de ilustrações na obra seja expressiva.

O referencial de localização e situação geográfica trabalhado na Geografia de Dona Benta está presente na obra didática de uso escolar que lhe é contemporânea. Inclusive, algumas ilustrações figuram tanto em uma quanto em outra produção, o que nos permite concluir que a construção da Geografia de Dona Benta foi inspirada nos compêndios e livros didáticos da época, resgatando e reforçando um conteúdo de Geografia universal no contexto da educação escolar brasileira. Além disso, é-nos permissível também concluir pela didatização que contém a obra lobatiana, pelo uso que faz de elementos clássicos no ensino de localização e orientação no espaço, como o uso da bússola e do corpo como ponto de referência em relação ao Sol, tidos tradicionalmente como as únicas maneiras de orientação possíveis veiculadas pelos materiais didáticos no ambiente escolar.

As figuras 9, 10, 11 e 12 que seguem, trazem as ilustrações contidas na Geografia de Dona Benta e as figuras contidas em livros didáticos contemporâneos a ela, e nos asseguram as conclusões que viemos apontando:



Figura 9 – Rosa dos Ventos.  
(LOBATO, 1935, p. 50)

Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.



Figura 10 – Pontos cardeais e o clássico sentido de orientação pelo Sol.  
(LOBATO, 1935, p. 17)

Crédito da imagem: Filipe Gracioli, 2012.



Figura 11 – “Maneiras de orientar-se”.  
(FTD, 1923, p. 2)

Crédito da imagem: Filipe Gracioli, 2012.



Figura 12 – “Orientação”.  
(THIRÉ, 1913, p. 1)

Crédito da imagem: Filipe Gracioli, 2012.



À diferença das ilustrações expressas nos livros didáticos, a ilustração presente na Geografia de Dona Benta (figura 10) destoa quanto ao posicionamento do personagem em relação ao Sol. Nas ilustrações dos livros didáticos mantém-se o *norte* sempre à frente da cabeça do observador, ao passo que na ilustração da obra de Lobato o *leste* mantém-se à frente do observador. Seriam as imagens contidas na Geografia de Dona Benta apenas representações situacionais, sem o compromisso com o respeito aos conteúdos veiculados oficialmente nos livros de teor didático? Entendemos que não.

Se de alguma maneira podemos constatar uma fragilidade no conteúdo cartográfico veiculado pela obra de Lobato em função da ausência das tecnologias para a execução de representações de qualidade técnica apurada e mesmo em função de uma escrita cujo teor foge ao ensino de um conhecimento de Geografia com base cartográfica, o mesmo, no entanto, não se pode dizer sobre as ilustrações. A figura 10 chama-nos a atenção para um indício especial que corrobora com a negativa que demos como resposta à questão lançada: no pensamento reticente de Lobato o norte não tem necessariamente correspondência com o referencial magnético do geoide Terra, mas sim o significado de retorno e de valorização da experiência geográfica da vivência do espaço, uma aporia espacial.

Miranda (2007) nos traz à discussão a ideia de indefinição ou incerteza que envolve as formas como os conteúdos da localização e da situação espacial, integrantes da vulgata da Geografia escolar brasileira, nos são apresentados nas publicações geográficas, inclusive quanto à pertinência ou adequação ou mesmo à necessidade de se ensinar e aprender a determinação das direções cardeais no lugar através das direções corporais. Segundo este autor:

Essa idéia equivocada de que o norte é ou está em cima e o sul embaixo pode se dar também pelo uso comum de mapas colocados na vertical, como na lousa e nas paredes da sala de aula [...] Mas, mesmo com o mapa colocado na horizontal, essa idéia pode se originar ainda pela orientação convencional dos mapas com o norte correspondendo à parte superior do suporte que, no uso convencional da folha de papel, corresponde a **para cima** e, a parte inferior, **para baixo**, como empregamos essas direções na folha quando desenhamos. Portanto, relacionar os hemisférios do globo com lados e partes do corpo [...] só pode reforçar aquela associação rígida e equivocada com norte-sul e em cima-embaixo e também entre direita-esquerda com leste-oeste, como se os hemisférios do globo e as direções cardeais existissem ou fossem definidas no próprio corpo, contribuindo para uma “incorporação” das direções geográficas pelo aluno. (MIRANDA, 2007, p. 8-9, grifo do autor).

A contribuição de Miranda nos permite desenvolver um raciocínio envolvendo a noção de orientação espacial dada em Lobato. No nosso entendimento o que ocorre é, na verdade, uma interpretação equivocada da situação tradicional de orientação pelo sistema de posicionamento corpo-Sol, decorrente da criação e do uso de um referencial de localização que não satisfaz a universalização da prática porque não correspondente a uma incorporação dos pontos no próprio corpo, embora não possa ser descartado. No contorno desta incerteza os livros didáticos, como as demais vulgatas da Geografia escolar e também a própria Geografia de Dona Benta, recorrem ao recurso da observação das estrelas ou da técnica da bússola como pontos de orientação fixados pelo referencial do norte magnético do planeta Terra, prática que assegura ao homem a localização precisa a partir de um referencial estabelecido como propósito à sua sobrevivência mais facilitada no planeta.

Mesmo assim, o fato de a Terra localizar-se num espaço cósmico, entendido como Universo, até então impossível de ser representado cartesianamente porque racionalmente desconhecido quanto às suas dimensões, inviabiliza qualquer tentativa de estabelecer referenciais fixos – ora, a Terra mantém-se suspensa em um espaço supostamente tendente ao infinito. Sendo assim, não se é possível estabelecer razões de orientação para um sistema que se expande para “todos os lados”; no entanto, como saída à imediata sobrevivência humana no espaço concebido pela técnica, o referencial passa então a representar uma questão necessária, de ordem prático-teórica.

Talvez, diante da constatação destes indícios surge a concepção artística para o referencial espacial trabalhado por Lobato, e que vem para reforçar a ideia do espaço-mito: o inalcançável, o eterno, o ilimitado e, sobretudo, indecifrável espaço. Na concepção artística da obra talvez a preferência pelo uso da casa além do Sol como ponto de partida para o exercício de localizar-se (o dar sentido à existência do lugar que se ocupa no espaço) e da presença dos seres vivos do “lado de cá” da imagem, junto aos olhos do leitor, venham a simbolizar a importância da vida vivida, no lugar de origem, do centro de todas as coisas, a experiência geográfica que nos orienta e que nos leva a todo lugar, inclusive para o lugar que ocupamos dentro de nós mesmos.

Nossas origens, contidas em nosso passado, único, pessoal e alcançável somente por nós mesmos, interpretam-se como o próprio espaço-mito, e assim como o universo cósmico, independem de orientação ou de situação, pois são elas mesmas, a própria orientação. Vigotski (2009) assim nos coloca sobre o signo da casa, exaltando o seu poder mitificador, independentemente do sentido e do lugar geográfico que ela tenha em nossas experiências: “quando me lembro da casa onde passei a infância ou de países distantes que visitei,

reproduzo as marcas daquelas impressões que tive na primeira infância ou à época das viagens.” (p. 12).

Tão forte na obra e no pensamento de Lobato, a casa se nos mostra como o signo do retorno a nós mesmos, a certeza da infalibilidade da experiência que levamos conosco tempo e espaço afora e que nos assegura a certeza do chegar, do caminho certo a percorrer. A casa “muito mais do que um espaço concreto, assume um significado de uma imagem que remete à infância, a entrada num universo próprio diferenciado, mas ao mesmo tempo próximo do leitor.” (GOUVÊA, 1999, p. 18). Ao escrever para a criança, numa linguagem de evasão do cotidiano adulto e de aversão aos cânones da literatura infantil de sua época, Lobato transporta o leitor a um universo interno ao texto, recriando uma Geografia com fundamento na literatura do imaginário, da fantasia lúcida, mas, sobretudo, da experiência que toca a formação do leitor, ou seja, uma questão de localização a partir das raízes de nossa consciência de humanos, de retorno e de deslumbre da casa que é a nossa experiência, e também a nossa luz-guia, como é o Sol.

A sensibilidade para a questão que possivelmente advém desta seção do texto de Lobato revela o teor do seu pensamento: os sinais, os indícios, os lugares ocultos que a sua escrita traz e que imprime uma identidade ao seu texto, povoado de regras que só a fantasia e o maravilhoso conseguem explicar, que nos transportam para um mundo de repensares e de refazereres, são os sinais da necessária revisitação dos saberes sobre o espaço. Como nos coloca Miranda (2007) o encaminhamento mais adequado não seria abandonar ou evitar a relação entre as direções cardeais e corporais, mas fazer compreender que os eixos de orientação espacial norte-sul e leste-oeste correspondem a um sistema de coordenadas definidas pelo movimento de rotação do planeta Terra, e não necessariamente às direções cima-embaixo e direita-esquerda.

De modo que a própria cartografia, em seu desenvolvimento técnico, incutiu a ideia do sistema corporal de orientação com fundamento nas direções cardeais, não há sentido em negar esta prática no ensino da orientação e da localização no espaço; tornar sensível ao estudante, e mesmo ao leitor, o conhecimento adquirido de uma operacionalização técnica, é uma possível chave para o entendimento da relação geográfica que envolve o estudo do espaço.

E como nos escreve Dardel (2011) desde sua infância, “nas primeiras civilizações, o homem se municia de marcadores para se orientar: a casa da família, a torre da vila natal, uma colina, as árvores.” (p. 11). Pelo levante, pelo poente, pelo meio-dia são fornecidas as posições do Sol e essas referências nos desenham as regiões do espaço terrestre que têm um

sentido primeiramente do vivido e um valor afetivo, sentidos que nos fornecem a possibilidade da experiência geográfica, que “[...] convida o homem a dar à realidade geográfica um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê sua experiência humana, interior ou social.” (DARDEL, 2011, p. 6).

Também Lobato não exclui ou diminui a importância desta prática de referência espacial, utilizando-se dela para ensinar a sua Geografia; no entanto, como sua linguagem não se restringe ao meramente técnico, torna-se possível conceber um sentido de localização espacial que foge à razão da cultura escolar de seu tempo, e que verbaliza uma possibilidade de relação com o espaço até então apenas experimentada na individualidade de cada um. É desta maneira que Lobato nos faz lembrar do poder que reside na língua e da sua força para determinar discursos, em seu caso, formadores de uma mentalidade de imaginação.

Ao aproximar literatura, geografia, técnica e fantasia em uma linguagem para crianças e também para adultos, Monteiro Lobato promove um pensamento que modifica não somente as maneiras do relacionar-se com o espaço vivido, mas com o espaço sentido, imaginado, o espaço telúrico que permite o olhar para dentro de si mesmo e compreender o significado da experiência geográfica do espaço, aquela experiência orgânica do saber-se como o próprio meio. Lobato aborda um tema que Walter Benjamin, tempos depois, tratará como o movimento necessário e vital de fuga da *cultura de vidro* para a sobrevivência do humano em face de uma pobreza das experiências comunicáveis e vivenciáveis, uma escapada da frieza, da dureza e da lisura das relações com o conhecimento, com o espaço e com a própria vida, e fundamenta com a questão crucial que interroga: “[...] qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” (BENJAMIN, 1996, p. 115).

Ainda na esteira da discussão sobre a expressão de um ideal nacionalista a partir da imagem, encontramos em Moraes (2005) um argumento que resgata a noção de nacionalismo e aplica-a ao conceito de território:

Como processos político-culturais, os nacionalismos se alimentam de símbolos e de discursos, necessitando criar representações que impulsionem sua existência, reiterando os elementos identitários que lhes deram origem. Aqui, o território/pátria cumpre importantes funções: seja como referência objetiva e física de construção da própria identidade (ao localizar/delimitar a nação no espaço terrestre); seja como objetivo aglutinador de interesses nos pleitos territoriais e nas situações de ameaça externa à soberania nacional; seja ainda diretamente como elemento de mitificação, como nas teorias que fetichizam o território (por exemplo, nos discursos históricos que lhe dão uma existência imemorial, ou nas ideologias geográficas que o naturalizam). (p. 58-59).

As figuras 13 e 14 seguintes, representativas de torres de extração de petróleo, repetem-se constantemente nas páginas da Geografia de Dona Benta, indícios do ideal nacionalista promovido por Monteiro Lobato ao longo de sua vida como intelectual e cidadão brasileiro. Acompanhando as figuras, o discurso de Lobato ressalta o poder desempenhado pela técnica em território norte-americano, onde passou parte de sua vida como observador e de onde tomou inspiração para promover o seu ideal desenvolvimentista no Brasil. São comuns explanações de como o petróleo pode tornar-se a salvação do país, como no texto que faz correspondência à figura 14:

[...] Não ha o que eles não tirem desse oleo preto e de mau cheiro que sai das entranhas da terra. Depois de obter todos esses produtos, eles o consomem. Transformam a gasolina em corridas de automoveis e vôos de aviões. Os oleos lubrificantes vão engraxar os eixos das maquinas. O oleo combustivel vai fazer rodar os motores de oleo – os navios, as locomotivas. Com o flit se libertam da bicharia miuda. Com o asfalto e o pixe constroem estradas sem pó, ótimas.

O segredo da grandeza americana está na sua tremenda industria do ferro e do combustivel. [...] [sic.] (LOBATO, 1935, p. 100).



Figura 13 – “Sonda do Araquá”. Torre de exploração de petróleo em território brasileiro. (LOBATO, 1935, p. 53)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.

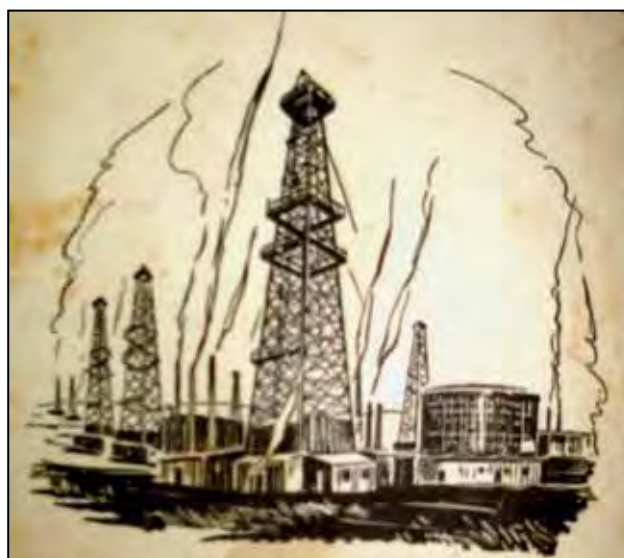


Figura 14 – Sonda de exploração de petróleo em território americano. (LOBATO, 1935, p. 100)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.

Junto às torres de petróleo, figuram também as ilustrações de edifícios de cidades importantes da época, expressivas da grandiosidade alcançada com o aprimoramento das técnicas na arte da construção, símbolo de mitificação do poder, de domínio da natureza a

partir dela própria, representações de um empoderamento que Lobato via como necessário ao destaque do Brasil como potência econômica e cultural.

A representação da grandiosidade das construções é característica marcante do período vivido por Lobato. As obras didáticas contemporâneas ao autor também expressam essa marca em suas representações gráficas, como modo de fazer presente uma atmosfera de poder pelo domínio e modificação da natureza. Inclusive, o período getulino, correspondente ao do exercício intelectual mais refinado de Monteiro Lobato, sobretudo no primeiro governo de Vargas (1930-1945) empenhou-se em construir verdadeiros monumentos arquitetônicos para abrigar edifícios públicos, com pés-direitos grandiosos, colunas frontais, janelas amplas e escadarias que dão a impressão de ascensão pelo usuário, usufruindo do poder institucional e extrapolando os seus limites de influência espacial. As figuras 15, 16 e 17 seguintes ilustram a grandiosidade da capacidade intelectual humana, conforme acreditava Lobato:



Figura 15 – “Arranha ceus”.  
(LOBATO, 1935, p. 113)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.



Figura 16 – “Entrada de Nova York”.  
(LOBATO, 1935, p. 107)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.



Figura 17 – “O Pessoal do sítio na Broadway”. (LOBATO, 1935, p. 109)  
Crédito da imagem: Filipe Gracioli, 2012.

*Seria a admiração dos personagens frente ao novo uma crítica de Lobato ao obsoleto conceito de desenvolvimento do Brasil do início dos anos 1900?*

As figuras que remetem ao Brasil, que ocorrem em número reduzido comparadas às demais representativas de outros povos, nações e territórios do mundo, dão destaque às belezas naturais do país, que de fato carregam consigo uma grandiosidade titânica. Muitas vezes apelativas quanto à proporção dos elementos envolvidos na representação, como no

caso da figura que representa o Pão-de-açúcar em relação ao entorno da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro (figura 18), são figuras que expressam uma ideia de Brasil como país tropical, lugar ideal para a prática naturalista de pesquisa científica, e servem como reforço ao modelo conceitual de Brasil exportado ao longo de séculos para as civilizações europeia e norte-americana, que serviriam para pintar o país como o lugar por excelência onde reina o meio natural. Não só na Geografia de Dona Benta, mas também nos livros didáticos contemporâneos, a presença da grandiosidade paisagística natural do Brasil aparece ilustrada, envolvida por uma atmosfera de nacionalidade em construção (figura 19):



Figura 18 – “Baía de Guanabara”.  
(LOBATO, 1935, p. 59)

Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.



Figura 19 – “Botafogo”.  
(SCROSOPPI, 1908, p. 127)  
Crédito da imagem: Filipe Gracioli, 2012.

A imagem de Brasil natural, forte nas ilustrações contidas na Geografia de Dona Benta, não aparece de modo veemente na textualidade desenvolvida pelo autor, o que de certo modo vai na contramão do movimento vanguardista da literatura nacional brasileira do período, cuja Semana de 22 veio a representar o marco fundamental, com a construção de um Brasil *de dentro para fora* pensado a partir do brasileiro.

E mesmo que pensado a partir do brasileiro, o estigma de natureza que por séculos marcou a face do Brasil para o mundo, permaneceu vivo e atuante; obras de grande importância como *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade e *Cacau* (1934), de Jorge Amado, ou pinturas como *Tropical* (1917), de Anita Malfatti e *Abaporu* (1928), de Tarsila do Amaral, concebidas no clímax de um movimento de renovação paradigmática, vêm significar esta teima na reafirmação de um Brasil-natureza, ainda que a estética literária, por exemplo, há tempos vinha tentando se livrar desta marca com a incitação de um movimento literário



pró-regionalista, que consumiria grande parte da atenção do intelectual brasileiro do momento, produzindo os clássicos da literatura romanesca nacional.

Carregada de ambiguidades, a palavra “modernista”...

[...] almejava ser a representação das transformações que aconteciam naquele início de século. Na tentativa de torná-la legítima, a Semana de Arte Moderna de 1922, promovida de antagonismos, aspirou ser o ponto de convergência dessas tendências, não apenas artísticas e literárias, mas também de ascensão nacional, sobretudo pelo desejo de conectar o país ao compasso do mundo. [...] Nesse sentido, os símbolos e os signos da tecnologia, sob o amparo do Futurismo, serviam como fonte inspiradora e como representação do avanço e do progresso. (VITTE e COUTINHO, 2010, p. 220).

Com a influência dos movimentos modernistas na cultura brasileira, expandem-se as investidas na propulsão de um progresso científico e econômico territoriais, em que o futurismo se coloca como o seu combustível. No Brasil, foi São Paulo a primeira cidade a receber o movimento, que rompia com o passado simbolista e parnasiano que já não encontrava tanto respaldo no pensamento do intelectual brasileiro em vista da intensificação e da aceleração de tempos e espaços; essa ruptura, inclusive, recebeu os esforços de Lobato que, com o seu movimento de desliteraturização da linguagem, provocou um resgate da oralidade como propósito à formação do jovem leitor:

A expressão usada por Lobato, **desliteraturizar** a linguagem, pode ser vista como uma crítica ao conceito de literatura como primazia da forma, tese defendida pelos parnasianos e da larga vigência na tradição bacharelesca das primeiras décadas do século XX. [...] a cena doméstica de Purezinha contando histórias aos filhos parece ter sido decisiva para a poética infantil lobatiana e, por isso, seu projeto de criar uma linguagem desliteraturizada talvez corresponda, na verdade, à criação de uma linguagem mais oral, ou oralizada, compreensível para seu pequeno leitor. (VIEIRA, 1999, p. 47, grifo do autor).

Interessante é o paradoxo que contém o discurso de modernidade expresso pelo movimento modernista, que busca pelo rompimento dos velhos padrões a partir de elementos de correntes de pensamento arcaizadas, como o culto à ciência, típico do positivismo.

Monteiro Lobato, que também promovia ideais desenvolvimentistas para sua terra, como filho de seu tempo, será um grande contribuinte para esta intensificação e aceleração, lançando, com o maravilhoso de sua escrita, alguns dos elementos do novo movimento estético literário e da maneira de literaturizar a realidade, trabalhando por meio da personalidade expressa por seus personagens, a crítica aos diacronismos do espaço e da vida do

homem brasileiro, a polarização entre o urbano desenvolvido e o rural estagnado. O diferencial desta trajetória, em relação aos demais intelectuais de seu tempo, vem significar-se em seu público preferido, as crianças, para quem era preciso contar as modernidades possíveis; em outras palavras, apresentar o futuro ao próprio futuro.

Neste íterim, Lobato não pode ser alocado como intelectual interessado na manutenção da imagem do Brasil consumida no exterior, nem tampouco seu estilo literário pode ser situado junto à tendência pró-regionalista da época. Ainda que em *Urupês* e em *Cidades Mortas* o tema retratado seja o do cotidiano experimentado pelos habitantes da região do Vale do Paraíba, diferente do movimento regionalista de exaltação da região como fonte de vida, Lobato se contrapõe à atmosfera de estagnação da vida nesta porção do espaço paulista, em todos os seus aspectos; defendendo o progresso e o crescimento econômico para esta região como possível solução aos problemas do declínio humano, rompe com o movimento regionalista no sentido da sublimação do “romantismo” apaixonante dos intelectuais de exaltação da região.

Nas ilustrações da Geografia de Dona Benta, as referências simbólicas utilizadas na legitimação de uma identidade genuína à recém formada república brasileira traduzem-se pela necessidade da criação daquilo que Carvalho J. M., (1990) aponta como a elaboração do imaginário social. Remetendo ao modelo de república originado no pensamento iluminista do século XVIII, modelo este identificado pela perspectiva liberal de economia, positiva de pensamento e jacobina de política, o imaginário social responsável pela construção de referências pátrias no Brasil dos anos 1930 incumbia-se de expressar as ideologias e utopias pretendidas pelas dirigências políticas brasileiras e, no limite, pelo próprio povo brasileiro. Nas palavras do autor:

A elaboração de um imaginário social é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. (CARVALHO, J. M., 1990, p. 10).

Em complemento à noção de imaginário social apontada por Carvalho, J. M. podemos adicionar a definição de Taylor (2010), para quem o imaginário compreende algo muito mais vasto que os esquemas intelectuais que as pessoas podem criar quando pensam acerca da

realidade social. Neste sentido, o imaginário refere-se aos modos como as pessoas imaginam a sua existência social, como se relacionam umas com as outras, com as imagens que subjazem às suas expectativas, aquilo que dá sentido às práticas particulares, o modo como chegamos até onde chegamos. (TAYLOR, 2010).

O território brasileiro, bem como alguns dos elementos naturais que o caracterizam, são representantes exemplares do que Carvalho J. M. e Taylor nos mostram. A grandiosidade do território e das riquezas naturais do país, como o rio Amazonas e a floresta amazônica, além das espécies nativas, como os majestosos Pinheiros do Paraná (*Araucaria angustifolia*), por exemplo, carregam consigo o peso de representarem uma nação sem a necessidade de seu povo recorrer à criação de lendas e de mitos em profusão para reforçar sua identidade. Esta fórmula, bastante utilizada pelos romancistas indianistas do século XIX, foi a responsável pela criação de uma identidade para o Brasil em que o espaço se posicionara como o grande mito, sem a necessária intervenção do homem-herói.

Lobato, entusiasta de uma nação brasileira para os brasileiros, teve uma função importante neste processo de construção do espaço nacional que de mito fez-se mitológico, especialmente para aqueles que com a Geografia de Dona Benta tiveram algum contato. Em trecho de *Monteiro Lobato. Furacão na Botocúndia* (2001), biografia que retrata os passos de nosso autor, percebe-se em seu pensamento a necessidade de mudança do paradigma literário e cultural que promovia com seus textos, inclusive resgatando para o espaço brasileiro uma ontologia cultural. Ao resgatar os elementos do folclore nacional, pela primeira vez na história literária brasileira se faz conhecer a genuinidade de nossa cultura, que até então permanecia limitada pelo regionalismo, mais geográfico que cultural.

Uma visita ao Jardim da Luz, em São Paulo, instiga seu lado inconformista. No parque decorado com esculturas de anõezinhos **nibelúngicos** – trajados à moda alemã, tremendo de frio sob roupas grossas e pesadas, a despeito do calor tropical – ele percebe a urgência em resgatar o elemento nativo brasileiro, fosse ele um papagaio, curupira, macaco, bicho-preguiça, tico-tico ou o... saci.

---

[...] Em “A criação do estilo”, publicado em 6 de Janeiro de 1917, sugere que se incorporem elementos do folclore nos cursos de arte, especialmente no Liceu de Artes e Ofícios, instituição modeladora do gosto estético. Para ele, faunos, sátiros e bacantes – representantes do imaginário europeu entre os brasileiros – poderiam ser facilmente substituídos pelas nossas ninfas correspondentes, como a Iara. “Temos Marabá, a perturbadora criação indígena – mulher loura de olhos azuis, filha de estrangeiro e mãe aborígine [...]. Temos caiporas, boitatás e outros tantos monstros, cujas formas ainda

em estado cósmico nenhum artista procurou fixar.” (AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 2001, p. 64, grifo do autor).

Como na história brasileira os homens-heróis não foram abundantes e quando houve não representaram fielmente a necessidade de afirmação identitária em seu tempo, ou porque deslocados ou porque pouco valorizados pelo homem nacional, foi o espaço geográfico natural que assumiu o lugar de mito, de herói e de vilão ao mesmo tempo. Com a transformação da literatura infantil na década de 1920, impulsionada pela presença criativa de Monteiro Lobato, o espaço geográfico natural assume o caráter de mártir em nossa história, com a criação, por exemplo, do Sítio do Pica-pau Amarelo, uma notória metáfora do Brasil.

É neste sentido que o espaço brasileiro se faz mito pela lógica de Monteiro Lobato, ao permitir que o jovem leitor, assim como ele próprio experimentou em Robinson Crusóé, se transportasse para um universo paralelo ao universo por ele vivido ou estudado dos livros didáticos e o recriasse ao seu modo. Escrever para o leitor infante, “[...] era situar a narrativa para além dos tempos e espaços reais [...] onde animais assumem características humanas, figuras se transformam, rompem-se o espaço e o tempo real, criam-se mundos onde as possibilidades são definidas pela imaginação do autor.” (GOUVÊA, 1999, p. 13-14).

A imponência do espaço natural, que por todo o século XX com a popularização do romance folhetinesco e, sobretudo, após a fase indigenista que a escola literária do romance adotou no Brasil como caminho para reforçar a identidade do povo brasileiro em fins do século XVIII, trouxe consigo a noção de um país do futuro, do país-mito, cuja natural grandiosidade serviria de plataforma para a criação de uma atmosfera de imponência e de progresso, independente do que isto significasse, frente a um mundo dominado por culturas de povos sem expressão quanto à beleza e à variedade natural de seus territórios. Na Geografia de Dona Benta as imagens que representam o Brasil reforçam este aspecto da grandiosidade prevista para o território brasileiro por meio do elemento gráfico representativo dos seus elementos paisagísticos e naturais mais significativos, símbolos de uma cultura que intentava um vir a ser ainda difuso, projetiva de interesses e de aspirações de um povo culturalmente em formação.

A foz do rio Amazonas, representada na figura 20, traz esta denotação do papel de projeção dos elementos naturais nacionalizados como construtores e mantenedores de uma concepção de nação, atribuído à imagem como ilustrativa do pensamento nacionalista proposto pela intelectualidade brasileira do início do século e pelos envolvidos com a criação de uma identidade para o povo brasileiro.



Figura 20 – A foz do rio Amazonas. (LOBATO, 1935, p. 77)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.

Além de representar a dimensão espacial do maior curso d'água do mundo, a figura 20 traz consigo também uma das marcas mais características do ensino de Geografia tradicional, ao destacar os nomes dos cursos d'água afluentes do rio. O caráter de memorização por meio da nomenclaturização de nomes, tipos e aspectos de fenômenos naturais do espaço geográfico figuraram como didática influente no ensino da Geografia clássica, servindo como ferramenta eficiente na fixação de um conteúdo de expressão orientadamente ideológica ao longo de quase um século de ensino de Geografia no Brasil.

Na figura 21, o reforço das qualidades naturais do território brasileiro, por meio do destaque do Pinheiro do Paraná e de suas importâncias econômica e natural como representante da flora endêmica brasileira, vem significar a escrita de Lobato, que chama a atenção para a importância da valorização dos produtos e dos recursos endêmicos ao país em vista do dispêndio de atenção ao exógeno:

[...] Além do pinhão, que serve sobretudo para alimento do gado, os paranaenses fazem bom comercio da madeira das araucarias. Derrubam as lindas arvores, desdobram-nas em tabuas nas grandes serrarias e vendem-nas para o resto do Brasil e tambem para alguns paises estrangeiros. A madeira do pinheiro é o pinho – madeira branca, mole, muito propria para caixões e obras leves. [...] (LOBATO, 1935, p. 48).



Figura 21 – “Pinheiro, pinha e pinhão”. (LOBATO, 1935, p. 48)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.

O Pico do Itatiaia (localizado entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais), representado na figura 22, a hoje extinta Cachoeira de Paulo Afonso (figura 23), e a “Boca do Amazonas”, na figura 24, vêm para completar o rol de imagens ilustrativas das belezas e das grandezas de alguns dos recônditos de importância cultural estratégica do território brasileiro.

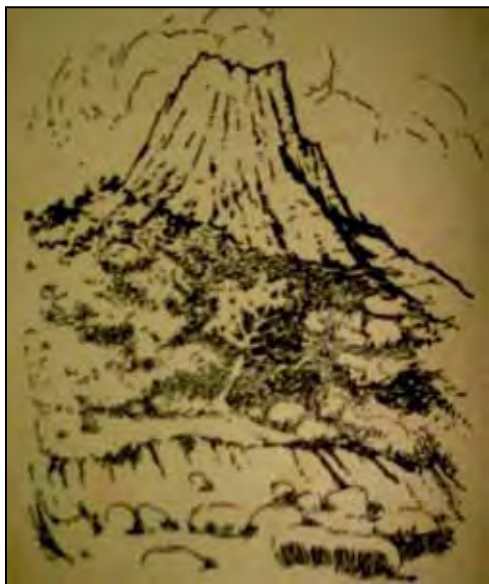


Figura 22 – “Pico do Itatiaia”.  
(LOBATO, 1935, p. 64)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.



Figura 23 – “Cachoeira de Paulo Afonso”.  
(LOBATO, 1935, p. 72)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.



Figura 24 – “Boca do Amazonas”. (LOBATO, 1935, p. 81)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.

A figura 24 interessa-nos no sentido da importância atribuída ao caráter de progresso a ser aplicado na economia brasileira para além do eixo Rio-São Paulo, já neste período da história do Brasil representativo do centro nevrálgico de decisão das vidas política, econômica e cultural do país. Levar o progresso para todo o território brasileiro é flagrante em Lobato, por isso, associar os pólos de decisão do destino do país a elementos de grandiosidade natural como a foz do rio Amazonas, funciona como mecanismo de associação entre a “o útil e o agradável”, em expressão popular.

Na ocasião da visita dos personagens à foz do rio Amazonas, Lobato reforça a grandiosidade natural deste elemento que de modo eficaz contribui para a fixação da identidade brasileira dentro e fora das fronteiras nacionais:

O “Terror dos Mares”, que havia parado por meia hora, abriu de novo as velas; mas depois de avançar alguns quilômetros, tremeu de medo. Um ronco de cachoeira! Uma ronqueira, como disse Emilia. Que seria aquilo?

- É a Pororoca, explicou dona Benta. As águas do Amazonas lançam-se no oceano com tal ímpeto que fazem o mar recuar. O barulho que estamos ouvindo vem da luta das águas, a doce e a salgada. As águas doces do Amazonas vão empurrando a água salgada até muito longe da costa – até 200 quilômetros, imaginem!

- Então a largura do Amazonas na foz deve ser um colosso!

- E é. É de quase 300 quilômetros.

- Safa! Isso já nem é mais rio, observou Pedrinho, figurando mentalmente essa distância de 300 quilômetros, ou quase a que vai de S. Paulo ao Rio de Janeiro. (LOBATO, 1935, p. 81).

Em um panorama geral, as imagens que ilustram a Geografia de Dona Benta são imagens que estereotipam, por meio da generalização, o espaço geográfico e a cultura a ele

imbricada, como nas figuras da gueixa no Japão, (figura 25) da Grande Muralha na China, (figura 26) das casas típicas holandesas (figura 27)... Neste sentido a obra de Lobato não traz uma representação abrangente do espaço nacional dos territórios visitados, e sim das feições culturais reconhecíveis como símbolos povoadores do imaginário de outros povos, ou, em outras palavras, símbolos de um *slogan* que publiciza um território para além das suas fronteiras e que acabam por se difundir no imaginário de seu próprio povo.

Nestas e em outras imagens, também a grandiosidade dos pontos eleitos pelos povos nativos de tais territórios aparece como escala de mensuração da importância espacial em função da notoriedade do meio. O monte Fuji e a figura da gueixa (figura 25) vêm como símbolos reconhecíveis de uma nação de aspectos culturais próprios, atravessando intactos o tempo, fixados no imaginário coletivo de povos ao redor do mundo, seja pela admiração, pelo medo ou por ambos, atingindo o coração e a cabeça do leitor. Eis aí um ingrediente poderoso que dá corpo à literatura de Lobato e a coloca como subversiva do paradigma literário das obras infantis de até então, rígidas no trato de seu público e de pesado teor científico.



Figura 25 – “Vista Japonesa”. (LOBATO, 1935, p. 150)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.





Figura 26 – “A Grande Muralha da China”.  
(LOBATO, 1935, p. 156)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.



Figura 27 – “Cidade Holandesa”.  
(LOBATO, 1935, p. 229)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato,  
2012.

A subversão que supõe as obras de Lobato, em especial a sua Geografia, esclarece-se na escrita de Vieira (1999); para esta autora, a tendência dos textos de Lobato é romper com a tradição dos textos didáticos de formação moral e cívica para as crianças, em um exercício de libertação e de questionamento. Na questão do espaço, Lobato inaugura um pensamento geográfico que dá margem ao mito, ao pensamento de criação geográfica e não apenas de reprodução dos lugares-estereótipo, embora a eles também se remeta. Podemos até dizer que Lobato lança as sementes de uma Geografia de crítica, que somente mais tarde será incentivada no pensamento geográfico brasileiro e mundial. “Dessa forma, podemos observar que, quando Lobato expõe seus planos de escrever para crianças, procura minimizar a assimetria inevitável na literatura infantil, escrita por adultos, comercializada por adultos, mas lida pela criança, ser passivo nesse processo.” (VIEIRA, 1999, p. 47).

Vieira conclui com a assertiva da diversão na escrita de Lobato como seu objetivo principal, antes mesmo do propósito de educar. Evidentemente, ambos os propósitos estão colocados em seus escritos, mas não podemos concordar com a maior preocupação em divertir antes de educar: em Lobato, diversão e aprendizado são universos que se misturam e não podem ser colocados em ordem de importância, porque, em nossa ótica de geógrafos, o propósito principal de nosso autor é o de transgressão do pensamento hermético sobre o espaço; sendo assim, entendemos que a transgressão supõe a associação destes dois

elementos, diversão e educação, na mesma medida, para assim podermos afirmar o propósito principal de sua escrita.

No entanto, não podemos deixar de negar a validade do que Vieira nos traz ao assumir a liberdade que possibilita a escrita de Lobato: “[...] a obra infantil lobatiana busca levar seu leitor a deleitar-se e ao mesmo tempo tornar-se mais crítico em relação àquilo que recebe: trata-se, pois, de uma poética da leitura que, não obstante sua modernidade, não está tão distante da concepção horaciana de arte, que deveria ser ao mesmo tempo ‘útil’ e ‘bela’”. (VIEIRA, 1999, p. 48).

### *Construindo uma identidade: os tipos humanos na Geografia de Dona Benta*

As raízes das ações visando a construção de uma identidade nacional no Brasil a partir de um povo de formação cultural miscigenada sustentam-se com veemência no solo fértil do pensamento do determinismo biológico, característico do pensamento e da expressão científica dos séculos XVIII e XIX. Neste período da história ocidental, admitia-se à raça uma importância basal na determinação das condições sociais e culturais de um povo, com reflexos considerados com frequência perversos em sua vida econômica e política.

No Brasil, cujo modelo de cultura científica alimentava-se do pensamento e das práticas de ciência europeias, a questão da raça veio a tornar-se central no direcionamento da formação da consciência cultural brasileira; a mestiçagem figurava como uma questão de ordem prática a ser discutida com fins de organizar o pensamento e as práticas culturais internas ao território, carregadas das tintas do secular modelo eurocêntrico de civilização.

Um Estado em formação como o Brasil, cuja marca principal de povo era exatamente a mestiçagem de raças conseguida ao longo de séculos de invasões alienígenas, tráfico de pessoas e de práticas coloniais e religiosas de padrão exploratório, não poderia constituir terreno mais fértil para a discussão das inquietações envolvendo tipos humanos, tratados antes como resultados de cruzamentos biológicos paralelos à raça branca de “origem” europeia, que como seres humanos.

Schwarcz (2004), ao elaborar estudo detalhado sobre a questão racial no Brasil no período de 1870 a 1930 aponta que a mestiçagem aqui existente, em termos científicos, não só era descrita como também adjetivada, “constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação” (p. 13), fato que em Monteiro Lobato, especialmente em suas obras dirigidas ao público infantil, adotará contornos de preconceito e de eugenismo racial, em vista do tratamento dado pelo autor ao personagem de Tia Nastácia, negra, trabalhadora

braçal e frequentemente envolvida em uma trama de contornos nebulosos criada por Lobato para caracterizar seus hábitos de pessoa distanciada do mundo do pensamento, portanto, da concepção de mundo civilizado típica dos anos iniciais da república<sup>17</sup>.

Na esteira das discussões a respeito da miscigenação racial envolvente do cenário cultural brasileiro nos finais do século XIX e inícios do século XX, Schwarcz tece uma consideração pertinente e fundamental para a compreensão das acontecimentos que marcaram a formação da civilização brasileira no período. Conforme indica a autora:

[...] Paradoxo interessante, liberalismo e racismo corporificaram nesse momento, dois grandes modelos teóricos explicativos de sucesso local equivalente e no entanto contraditório: o primeiro fundava-se no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal; o segundo retirava a atenção colocada no sujeito para centrá-la na atuação do grupo entendido enquanto resultado de uma estrutura biológica singular. (SCHWARCZ, 2004, p. 14).

Importados da Europa, os modelos teóricos raciais eram incorporados pelo intelectual brasileiro sem forte oposição; sem recursos intelectuais suficientes para se opor aos “mestres europeus”, o discurso contido nas produções científicas e investigativas destes mestres terminava por reforçar a suposta soberania racial europeia, ainda que a realidade brasileira desmentisse as teorias destes intelectuais, sobretudo em relação às questões sobre a falta de esforço despendido no trabalho pelos negros, por sua inferioridade intelectual e pela robustez de suas feições, tema este que será trabalhado em diversos romances da época, retratando a beleza do mulato brasileiro<sup>18</sup>.

Em meio a um contexto de fim da escravidão e de realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais, aponta Schwarcz (2004), se apresentavam como modelo teórico viável na justificação do jogo de interesses que se montava: “para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão-de-obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania.” (p. 18).

---

<sup>17</sup> Esta questão esteve novamente no centro das discussões sobre o suposto preconceito racial presente nas obras de Monteiro Lobato. No dia 11 de setembro de 2012, uma notícia do jornal Folha de São Paulo tornou as atenções do público leitor das obras infantis de Lobato para a questão do preconceito envolvendo a personagem de Tia Nastácia em uma das passagens de “Caçadas de Pedrinho” (1933) onde a personagem, em dado momento da trama, é tratada por Lobato como “macaca de carvão”, aludindo a sua condição de negra. Ver anexo A.

<sup>18</sup> Machado de Assis e Lima Barreto, dois representantes máximos da literatura brasileira de finais do século XIX, ambos mulatos, interpõem-se a esta condição. Machado de Assis, ainda que tenha alcançado o êxito e o reconhecimento em sua carreira como escritor ainda em vida, não escapou à política do branqueamento, esforço direcionado à formação de uma pátria de traços brancos e civilizados, ao padrão europeu.

Os modelos pessimistas de interpretação da mestiçagem, aqueles que viam na mistura das raças um mal a ser combatido para o avanço da civilização em terras brasileiras, no limite, acabavam por inviabilizar ou travar um projeto nacional de organização e de hierarquização social que acabava de se montar. Em suma, as teorias raciais, que mais se assemelhavam a teorias racistas, não eram bem recebidas pelo brasileiro porque não condiziam com a sua realidade e com as pretensões de se formar uma nação, ou seja, a mestiçagem não era problema para o brasileiro, e sim para o europeu rico, e constituía um entrave para a difusão do movimento de imperialismo cultural europeu.

Mesmo na Geografia de Dona Benta, cuja seção destinada a conhecer o território brasileiro alcança número expressivo de páginas, em torno de 30, a figura do indígena, por exemplo, não é tratada a partir de sua significação cultural ou de sua importância como nativo possuidor por excelência das terras. Inclusive, o pensamento de Lobato a respeito do nativo brasileiro é voltado para a possibilidade econômica, de progresso, que este e a região amazônica possam oferecer. No capítulo XI – A Amazônia, Lobato expressa uma visão típica do colonizador português, uma colonização aos moldes exploratórios da terra:

Os sábios consideram a Amazônia uma terra ainda em formação. Acham que ainda é cedo para a entrada ali do homem. Dia virá, porém, em que o homem há de conquistar aquela bacia para **transformá-la na mais maravilhosa das fazendas**. Um dia... hoje a Amazônia ainda assusta a gente da raça branca. Só o índio nativo lhe suporta o regime de vida. Naqueles fundões vivem tribos **de índios em estado de selvageria** muito próxima da em que estavam quando Cabral deu com o nariz em Porto Seguro. (LOBATO, 1988, p. 42, grifo nosso).

A questão racial que é componente fundamental para a construção da identidade brasileira e da identificação do Brasil como nação de brasileiros, se nos permite analisar à luz de uma possível ambiguidade do pensamento de Lobato, tal seja: sendo o pensamento do autor derivado de um posicionamento filosófico positivista, ou neopositivista, inspirado nas proposições comtianas de sociedade, de ciência e de humanidade, em que o preconceito racial é entendido como uma pedra no sapato para o ideal de progresso, como compreender o fato de sua escrita ser portadora de uma visão de hierarquia racial? Alguns trechos da Geografia de Dona Benta nos exemplificam o tom adotado por Lobato ao se referir à população negra do continente africano, às condições físicas do continente e à passagem dos personagens por sua costa.

À África, Lobato dedica seis páginas, porém de um modo diferente do que abordara até então: se nos continentes visitados anteriormente e no continente europeu, visitado após a

passagem pelo continente africano, os personagens se relacionam pessoalmente com os povos e territórios respectivos, nas terras de África os personagens estudam-na à distância. A justificativa dada por Lobato à permanência no “brigue” acusa a possibilidade de Quindim, o rinoceronte do grupo, africano, portanto, desejar ali fixar parada e se recusar a continuar a viagem, deixando Pedrinho triste com a sua partida. Assim ilustra Lobato:

O calor ia se tornando sufocante. Tia Nastácia não parava mais na cozinha, tantas vezes era obrigada a subir ao tombadilho com a bandeja de *eskimo pies*. Quindim, esse regalava-se. Além disso, andava excitado, de focinho sempre para o ar, farejando.

- É que estamos na costa da África - disse Dona Benta. - Com o instinto maravilhoso de todos os animais selvagens, Quindim já percebeu a proximidade de sua terra natal. Perigoso, isso. Se ancorarmos nalgum porto africano, é muito possível que ele deserte, fuja...

Pedrinho aborreceu-se. Desejava imenso descer na África para caçar leões e hipopótamos, mas não desejava perder o Quindim. Como conciliar os dois desejos? O amor a Quindim, que já era um membro da família, venceu afinal, e com enorme dor no coração o menino desistiu de pisar em plagas africanas. (LOBATO, 1988, p. 102-103, grifo do autor).

O capítulo XXIV - Mar Vermelho e África - é dedicado ao estudo do continente africano a partir de suas características mais depreciativas, diferente da maioria dos demais locais visitados pelos personagens, ressaltados em seus atrativos culturais e naturais. Os aspectos que caracterizam o território do continente africano são narrados por Lobato de um modo interessante, mas que não são pertinentes à pesquisa, sendo objeto de estudo importante ao entendimento da formação de um pensamento a respeito do mundo a partir da literatura infantil e sua repercussão no imaginário popular da criança e do jovem brasileiros do início do século XX. Rapidamente, sobre este tema, o trecho que segue ilustra de modo resumido a visão de Lobato a respeito do continente africano, ressaltando os piores aspectos das condições enfrentadas pelo continente, não fazendo menção a nenhuma característica das riquezas cultural, natural ou paisagística próprias do continente, que o tornam um espaço de espaços múltiplos:

Dona Benta ficou vários minutos calada, com os olhos postos na terra africana. Depois disse:

- Aquela poesia de Castro Alves, “Vozes da África”, é bem certa... Este continente parece que nasceu maldito. Além dos desertos, além da malária que assola inúmeras regiões, além da mosca tsé-tsé que propaga o bacilo da terrível doença do sono, caiu sobre ele uma desgraça pior que tudo: a cupidez da civilização européia... (LOBATO, 1988, p. 104).

A pergunta que viemos tentando responder aparece novamente aqui: como é possível compreender a posição do autor quando ele se refere de modo pejorativo ao negro (“-Reflexos da pretidão da África.” - p. 104; “[...] nem a catanga dos negros aparecia...” - p. 105) e ao mesmo tempo sai em defesa do continente criticando ferozmente os episódios da escravidão, que assolaram muitas das comunidades locais, e da partilha do continente entre potências europeias? Resta-nos concordar com a possibilidade de que Lobato não adotava tons pejorativos em sua escrita, mas que reproduzia o pensamento que o influenciara como intelectual, ainda que não tivesse a consciência do modo que os termos por ele empregados para designar o negro em sua escrita viessem, no período atual, a significar.

Sobre este tema, bastante recorrente entre os estudiosos de Monteiro Lobato, percebe-se que há uma flutuação do pensamento do autor a respeito de uma posição definitiva sobre a condição do negro no Brasil, assim como houve com o Jeca Tatu, cuja personalidade sofreu uma profunda alteração pelas mãos de seu criador. Nas histórias do Sítio do Pica-pau Amarelo, são dois os personagens negros que compõem as tramas das histórias contadas por Lobato: Tia Nastácia e Tio Barnabé, cuja relação espacial que desempenham nas tramas nos interessa, pelo teor geográfico que trazem consigo.

À diferença das demais criaturas de Lobato, Tia Nastácia e Tio Barnabé ocupam uma posição secundária nas tramas desenvolvidas, tanto em relação ao que têm a oferecer em termos de personalidade, quanto em termos do poder de despertar interesse no leitor. Como são os personagens figurativos da realidade rural, analfabeta e popular do Brasil pós-escravista, sua cultura, embora de fundamento oral e de mito, não é considerada por Lobato como fonte confiável de aprendizado, pelo modo como a compara com a hipotética superioridade cultural da civilização ocidental de teor científico.

Se Lobato era entusiasta da oralidade, inclusive saindo em defesa da deslitteraturização da literatura e da escrita, por que então diminui a importância dos contos e causos do saber popular de Tia Nastácia e de Tio Barnabé em relação aos contos e causos do saber erudito de Dona Benta, ambos de tradição oral? Talvez a resposta para esta questão esteja nas Histórias de Tia Nastácia (1937), obra em que Lobato dá voz a negra velha cozinheira, mas uma voz que não ecoa e esbarra no julgamento de valor que o próprio Lobato impõe a sua criatura, ao desqualificar o saber folclórico de Tia Nastácia por representar a literalidade, o medo e a ignorância do homem brasileiro em relação às coisas da vida.

Na questão da espacialidade simbolizada pela presença de Tia Nastácia o que se percebe é a reprodução das relações de classe que se estendem também para o Sítio, o que, dada a sua condição de mônada de uma construção chamada Brasil, não poderia deixar de ser.

Neste personagem, a limitação cultural bem como a limitação financeira, transfere-se para a espacialidade por ela desempenhada: seu *lebensraum*<sup>19</sup> é delimitado pelos espaços de transição ou de contato direto com as matérias brutas, com a rudeza das coisas:

Tia Nastácia, “negra de estimação que carregou Lúcia em pequena”, ganha as primeiras atenções: ela desfruta da afetividade da matriarcal família branca para a qual trabalha e, ao mesmo tempo, apesar de suas breves mas muito significativas incursões pela sala e pela varanda, encontra no espaço da cozinha emblema de seu confinamento e de sua desqualificação social. (LAJOLO, 1999, p. 65).

Lajolo argumenta ainda que mesmo em *O Saci* (1932), obra que adota o personagem do negrinho de uma perna só como objeto da escrita literária, o negro está condicionado ao branco na composição da trama: o saci é objeto das caçadas de Pedrinho pela mata escura, um trofeu para o instinto selvagem do homem branco, indício do primado da desliteraturização de Lobato sobre a literalidade da vida real que, se por um lado incorpora a visão de crítica a todo um sistema cultural arcaico, ao mesmo tempo exerce um efeito rebote, ao reproduzir uma atmosfera de rechaço ou de superioridade cultural.

Ainda sobre esta inesgotável temática, podemos refletir junto a Lajolo (1999) sobre o lugar que o negro teria no Brasil de Lobato, já que no Sítio são nos cafundós ou no pretume da cozinha que lhes resta permanecer. Mas aí reside a contradição do pensamento de Lobato: em *Negrinha* (1920) estão os indícios de que o então jovem escritor partilhava de uma visão de mais centralidade à condição do negro recém abolido. É também na cozinha e na senzala que se dão, quando existem, os afetos de Negrinha, menina preta, preta não, fusca, sem nome, órfã, magra, atrofiada, que “aprendeu a andar, mas quase não andava.” (LOBATO, 2001, p. 44).

Na sua espacialidade, nos enganamos quando pensamos que Negrinha não tem um lugar só seu na casa e na vida de sua senhoria, Dona Inácia. Assim como Tia Nastácia e Tio Barnabé, Negrinha reproduz as mesmas condições de classe de seu tempo – “mas a dura lição da desigualdade humana lhe chicoteou a alma. Beliscão no umbigo, e nos ouvidos, o som cruel de todos os dias: ‘Já para o seu **lugar**, pestinha. Não se enxerga?’” (LOBATO, 2001, p. 46, grifo nosso). Para além da cor da pele e da ingratidão da situação econômica, o que aproxima Negrinha de Tia Nastácia e de Tio Barnabé é exatamente a ausência de democracia

---

<sup>19</sup> O conceito de espaço vital (em alemão, *lebensraum*) foi concebido pelo geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel (1884-1904) como o espaço de vida dos agrupamentos humanos de modo que toda sociedade, em um determinado grau de desenvolvimento, deve conquistar territórios onde as pessoas são menos desenvolvidas e assim expandir seus limites de domínio.

espacial a que aspiram; a estas personas só resta a consciência de que seu espaço é de empréstimo.

Além disso, sobretudo em *Negrinha*, este espaço geográfico é também uma ferida, porque está marcado na pele da *pestinha*, pelos sinais, cicatrizes e vergões que a violência da vida cotidiana experimentada naquele espaço restrito do trabalho e da lida com os afazeres domésticos lhe impingira. Se a situação de *Negrinha* permite à criança leitora compreender e criticar um episódio radical da história de nosso país que foi a escravidão, o mesmo não acontece com Tia Nastácia e com Tio Barnabé ou mesmo com o saci, que aos olhos do leitor desempenham relações de corporeidade no espaço geográfico e social como meros adjuvantes da trama. Essa suposição da leitura de Lobato nos leva ao questionamento de qual seria o público leitor de Monteiro Lobato, possivelmente branco e elitista, já que o reconhecimento da criança negra como personagem nas suas obras, quando leitora, não acontecia.

Após discorrer sobre o episódio do tráfico negreiro ocorrido ao longo do século XIX, duradouro até meados de 1850, Lobato conclui com a superioridade da Inglaterra em tomar a dianteira para pôr fim no tráfico de escravos entre África e Brasil, quando a história nos conta que o real motivo pela tomada da dianteira na eliminação do tráfico não partia da sensibilização das monarquias e poderes envolvidos, mas da iminente necessidade da monarquia inglesa em expandir seu mercado de consumidores para os produtos manufaturados que vinha crescendo em consumo, sendo a libertação dos escravos no Brasil uma empresa altamente rentável para este propósito, já que, livres, passariam a representar potenciais consumidores. No entanto, em Lobato a sensibilidade do coração dos civilizados é tomada como a razão maior para a eliminação da prática escravagista entre os continentes:

- A tragédia foi tamanha que o coração dos civilizados foi amolecendo. O clamor contra aquilo fez-se enorme. Por fim a Inglaterra tomou a dianteira, promulgando leis terríveis contra o negócio; chegou mesmo a mandar seus navios perseguir nos mares os navios negreiros e sabe o que os navios negreiros camuflados faziam ao perceberem ao longe um navio inglês? Escancaravam um alçapão para que toda a carga de “marfim preto” fosse tragada pelo oceano! De modo que quando o navio inglês encostava e o capitão vinha dar a busca, nem a catinga dos negros aparecia... (LOBATO, 1988, p. 105).

Herança de mais de um século de pesquisas de caráter naturalístico iniciadas no século XVIII, o pensamento do intelectual brasileiro, que vimos ser herdado de um pensamento eurocêntrico de cultura, admitia uma perspectiva de progresso que se restringia apenas ao branco europeu, sendo as raças miscigenadas e negras, amarelas e indígenas incapacitadas



deste movimento. Esta posição, que se resume no ideal eugenista europeu para a civilização, com raízes fortemente estabelecidas no pensamento darwinista de evolucionismo social, sustentava-se no princípio de que as capacidades humanas eram dadas em função da hereditariedade e não da educação<sup>20</sup>.

Mesmo assim, Lobato faz referência em alguns trechos de sua escrita ao pensamento darwinista de evolução e comportamento animal. Este aspecto da raça no discurso de Lobato, bastante contraditório, ora cultua o negro, respaldando no ideal positivista, ora trata o aborígene australiano, por exemplo, de modo vil, admitindo a sua selvageria como condição de incivilidade.

O trecho em que a viagem dos personagens remete à passagem pelo continente oceânico, em especial a Austrália, no Capítulo XXII – Oceânia [*sic.*], põe em evidência o pensamento nacionalista de Lobato a respeito do “primeiro mundo”, ao comentar o atraso das civilizações daquele continente:

[...] Muitos anos depois, em 1770, um cientista inglês, Capitão Cook, foi mandado num navio observar nestes mares a passagem do Planeta Venus, com ordem de pegar alguma terra encontrada pelo caminho – e Cook pegou a Austrália. E como inglês é como o tal sapo que quando agarra não larga mais, a Austrália ficou sendo o que hoje é – membro da Comunidade Britânica.

**Os nativos encontrados lá davam dó – de tão selvagens, de tão atrasados.** Nunca se vira no mundo homem mais animalesco do que o australiano. Não conheciam o arco de lançar flechas, nem a lança, nem o machado de pedra; não sabiam construir cabanas para morar; não tinham a menor idéia da agricultura. **Os mais puros bichos do mato que você possa imaginar.** [*sic.*] (LOBATO, 1988, p. 93, grifo nosso).

Neste sentido, Lobato continua com a exaltação do que ele próprio denomina “raça inglesa” em uma referência efusiva à ocupação da Austrália pela coroa britânica:

Logo que o brigue ancorou no porto, Dona Benta desceu com os meninos. Todos se admiraram de encontrar naquele fim de mundo uma

---

<sup>20</sup> Lobato não deixa clara a sua posição eugenista, no entanto, faz menção a ela; para a teoria do darwinismo social ou etnografia cultural, que corresponde à seleção natural das espécies, o saber sobre as raças implicou num ideal político de eliminação ou de submissão de raças consideradas inferiores, prática que recebeu o nome de eugenia, “[...] cuja meta era intervir na reprodução das populações.” (SCHWARCZ, 2004, p. 60). O termo eugenia (*eu*=boa; *genus*=geração) foi criado em 1883 por Francis Galton, naturalista e geógrafo especializado em estatística, que buscava provar “[...] a partir de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação.” (SCHWARCZ, 2004, p. 60). É inquietante que Lobato possa ter se utilizado de uma teoria de fundamento cuja origem não prevê aquilo que ele mais promovia com seu pensamento de homem de futuro: a liberdade pela educação do povo, ainda que não esclareça a que povo se refira.

cidade moderníssima, com mais de 2 milhões e duzentos mil habitantes (contando todos os arredores), edificação de primeira ordem, jardins públicos em quantidade, otimamente calçada e habitada só por **gente da mais pura raça inglesa**. (LOBATO, 1988, p. 93, grifo nosso).

A máxima evolucionista “dá-me o tipo climático e o tipo de solo, que direi o povo/a nação que nele habita”, clássica do evolucionismo promovido pelos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros, inclusive, está contida no texto sobre o povo japonês, ressaltado em suas qualidades de guerreiro e de insistente frente às dificuldades impostas pelas condições naturais de seu território: “[...] o que vale para a grandeza de um povo não é a extensão do território e sim a qualidade da gente. [...]” (LOBATO, 1988, p. 79); “[...] O Japão é pois um formigueiro que o tremor de terra teima em destruir e as formiguinhas teimam em conservar. [...]” (LOBATO, 1988, p. 80).

No campo da Geografia, estendendo-se como conteúdo transposto para a cultura escolar, a questão da raça como moduladora da organização do território ganhou importância com Pierre Deffontaines, geógrafo e pesquisador francês que trouxe da França o conceito de gênero de vida, na década de 1930, da ocasião da fundação da Universidade de São Paulo e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Segundo este intelectual, o gênero de vida designava as relações humanas de grupos culturais com o meio e que, posteriormente, ao ser aplicado a sociedades mais estratificadas, com classes sociais fundadas na contradição e no conflito, passou a designar-se “tipos humanos”, caracterizando os estudos humanos da Geografia tradicional desenvolvida no Brasil. Esta Geografia é a que encontramos na escrita da Geografia de Dona Benta, salpicada por traços contraditórios de humanismo no trato das questões sociais.

Conforme Bray (2008) cada tipo humano, caracterizado pela função social e espacial que exercia em dada sociedade, possuía o seu próprio gênero de vida. “É dentro desse enfoque, que segundo Deffontaines, os operários urbanos, os fazendeiros de café, os subempregados, os comerciantes, os mascates do Brasil rural, os caboclos e caiçaras dos anos 30, possuíam cada qual, os seus próprios gêneros de vida.” (BRAY, 2008, p. 3).

No contributo ao ideal nacionalista crescente no Brasil do início do século XX, por meio de uma ótica culturalista e de neutralidade científica, Deffontaines ao trabalhar com os tipos humanos, contribuiu para difundir “os tipos exóticos, a índole pacífica, ordeira, fraterna e solidária do caráter nacional brasileiro” (BRAY, 2008, p. 3), mas também, certamente fomentou a discussão pela estratificação social como alternativa ao desenvolvimento do país,

fornecendo os elementos para a argumentação em prol dos direitos ao território pelas classes sociais representadas por seus tipos humanos.

Na obra de Monteiro Lobato, o caso de Jeca-Tatu é elucidativo da contraposição ao tipo ordeiro e de boa índole criado por Deffontaines para a categorização do povo brasileiro. Inicialmente criado com o intuito de denunciar a morosidade do povo quanto ao agir para transformar, Jeca-Tatu foi mal aceito pela intelectualidade da época por não contribuir com o ideal de vigor e de persistência promovido à época, o que forçou Lobato a desviar o seu pressuposto para a personagem, atribuindo-lhe a falta de vontade e a preguiça desmesurada como resultado das más condições sanitárias do país, o que não necessariamente fê-lo desconsiderar o impasse do desenvolvimento e do progresso econômico do Brasil como consequência da tibieza de seu povo.

Na figuras seguintes, 28, 29, 30 e 31, estão representadas as ilustrações que ratificam as palavras de Lobato expressas na Geografia de Dona Benta. Tal como na obra lobatiana, os livros didáticos contemporâneos trazem também ilustrações semelhantes em seu conteúdo, reforçando a concepção dos tipos e aspectos humanos como um conteúdo de forte apelo e presença no imaginário popular.



Figura 28 – Tipos humanos representados na obra de Lobato: o branco europeu, o negro africano, o amarelo asiático e o vermelho indígena. (LOBATO, 1935, p. 30)  
Crédito da imagem: Filipe Gracioli, 2012.



Figura 29 – “Raças brancas, vermelha, amarela, prêta”. (FTD, 1923, p. 35)  
Crédito da imagem: Filipe Gracioli, 2012.



Figura 30 – “O Rabicho”.  
(LOBATO, 1935, p. 161)  
Crédito da imagem: João Pedro Pezzato,  
2012.



Figura 31 – “Cena de Matadouro”. O gaúcho como  
tipo humano brasileiro.  
(LOBATO, 1935, p. 37)  
Crédito da imagem: Filipe Gracioli, 2012.

O homem, ou mais precisamente a sua evolução psicossomática, na literatura didática geográfica do final do século XIX e ainda nas décadas iniciais do século XX, denotava importante papel na constituição do senso de nação e da pátria. Como viemos discutindo, a ideia de nação se restringia somente como possibilidade à raça branca, estando as demais “não incapacitadas, mas impossibilitadas” de tal empresa.

Por este motivo, o branqueamento da população se constituiu como prática cultural expressiva no Brasil, ainda que sua validade tenha sido questionada pelo brasileiro. Mesmo assim, nos livros didáticos, a temática da evolução da espécie humana esteve fortemente vinculada à evolução e à organização espacial, adotando mais um sentido causal e determinista que simplesmente cultural, atrelada ao preceito de que o espaço determina a ocorrência de dada raça humana. Frequentemente, a raça branca se situa no topo deste processo evolutivo, como a raça mais modelada e melhor capacitada para representar a evolução da espécie humana.

As seções destinadas a este estudo, denominadas de etnogenia, trazem ilustrações de textos generalistas quanto à ocupação territorial pelas diferentes raças, estabelecendo uma relação mais de catalogação segundo aspectos biológicos que de geografização, quanto ao seu teor científico. As figuras 32, 33 e 34 seguintes, presentes em dois livros didáticos da década de 1930, resgatam as características principais das raças humanas segundo sua feição fenotípica, aquela visível aos olhos, bem ao modelo classificatório da ciência positiva:



Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.



Figura 34 – Tipos humanos representando a importância do estudo da raça como determinante no bom desenvolvimento da nação.

(CABRAL, 1934, p. 22-23)

Crédito da imagem: João Pedro Pezzato, 2012.

Apesar de Monteiro Lobato não exercer a etnografia como prática determinante em sua literatura, são reconhecíveis alguns indícios que conduzem o seu discurso à estereotipação humana e que reforçam a relação determinística entre homem e espaço ocupado. No entanto, não podemos nos esquecer que um pensamento é moldado segundo as condições da intelectualidade de seu tempo, como nos apontam Vitte e Coutinho (2010):

Várias manifestações de um tempo são transmitidas pelos textos literários, de maneira extremamente particular – uma vez estes estando ligados à arte. Desta forma, o escritor é visto como um intelectual de seu tempo. Escrevendo sobre o cotidiano ou não, sua produção é carregada das necessidades, preocupações e possibilidades dos homens com os quais convive. (p. 229).

## **O IDEÁRIO DA NAÇÃO POSITIVA NA ESCRITA DE LOBATO E OS SÍMBOLOS DO NOVO TEMPO POLÍTICO BRASILEIRO**

Pela escrita expressada na Geografia de Dona Benta é-nos possível experimentar o processo de constituição de um imaginário social a partir da linguagem literária e da linguagem gráfica, dada pelas imagens ilustrativas de uma acepção de nação. Conforme atesta Taylor (2010) o imaginário social é, “em qualquer época, complexo”; além disso:

Incorpora um sentido das expectativas normais que temos uns dos outros, o tipo de compreensão que nos possibilita levar a cabo práticas colectivas que constituem a nossa vida social. Isto inclui algum sentido do modo como todos nos ajustamos a exercitar a prática comum. Semelhante compreensão é, ao mesmo tempo, factual e normativa; ou seja, temos um sentido de como as coisas habitualmente se passam, mas ele está entretecido com uma ideia de como elas deviam ser, de que falsos passos invalidariam a prática. (TAYLOR, 2010, p. 31-32).

O momento político abrangente do pensamento de Lobato, em escala mundial representado pelo entre-guerras e em escala nacional brasileira representado pela consolidação do regime de governo de Getúlio Vargas via Estado Novo, significou uma mudança no paradigma político brasileiro. Neste evento reside a importância do que nos apresenta Carvalho, J. M. (2011), ao indicar que a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, “em momentos de redefinição de identidades coletivas” (p. 11), a exemplo da Revolução Francesa, clássica tentativa de formar um novo homem.

Precisamente no período representado pelo Estado Novo no Brasil, a justaposição de símbolos e de manobras político-governamentais constituiu-se em uma tentativa de formar um novo homem brasileiro, um homem mirado na garantia da liberdade e da emancipação social pelas promessas trabalhistas, na busca e na esperança pela cidadania, amparado pela ordem e pelo progresso de uma nação inexoravelmente condenada a se tornar o “país do futuro”. Nos termos de Carvalho, J. M. (1990):

A aceitação ou rejeição dos símbolos propostos poderá revelar as raízes republicanas pré-existentes no imaginário popular e a capacidade dos manipuladores de símbolos de refazer esse imaginário de acordo com os novos valores. Um símbolo estabelece uma relação de significado entre dois objetos, duas idéias, ou entre objetos e idéias, ou entre duas imagens. Embora o estabelecimento dessa relação possa partir de um ato de vontade, sua aceitação, sua eficácia política, vai depender da existência [...] de comunidade de imaginação, ou comunidade de sentido. Inexistindo esse

terreno comum, que terá suas raízes seja no imaginário preexistente, seja em aspirações coletivas em busca de um novo imaginário, a relação de significado não se estabelece e o símbolo cai no vazio, se não, no ridículo. (p. 13).

Nos anos iniciais da República no Brasil, inclusive nos inícios do século XX, havia no país pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo, o jacobinismo e o positivismo, ambas disputando intensamente o futuro do país. A divulgação das ideologias destas correntes políticas era feita exclusivamente por meio do discurso inacessível às classes sem educação formal. Para torná-lo mais acessível e melhor assimilado pela maioria da população, foram aprimorados os símbolos representativos do período vigente, que passaram a compor o imaginário social, tornando mais acessível sua proposta ideológica, e atingindo “cabeça e coração”, suscitando medos, aspirações e esperanças no povo.

Segundo Carvalho, J. M. (2011), um símbolo exprime uma relação de significado entre dois objetos, duas ideias ou entre objetos e ideias. Interessante notarmos que neste momento da história política do Brasil a ideologia positivista como modelo filosófico moldava o pensamento intelectual da época, em muitos de seus desdobramentos, atingindo mesmo uma força e importância paradigmáticas e que, por ser extremamente rico em termos de simbologias e significações, este modelo de pensamento alcançou uma notável influência na organização e mesmo na criação de um imaginário coletivo em função do estabelecimento de um regime político republicano no Brasil.

Em termos políticos, o positivismo como sistema filosófico trouxe armas muito úteis para a implantação do sistema republicano de governo, a começar pela condenação da monarquia em nome do progresso. Este tipo de governança ou regime político, pela lei dos três estados característica do rol político do positivismo, correspondia à fase teológico-militar, que deveria ser superada pela fase positiva, com fundamento na ciência e no Estado laico, separando Igreja e Estado. Além disso, a proposta político-econômica do positivismo previa ainda a incorporação do proletariado à sociedade moderna, uma forma de criação de um mercado consumidor mais avantajado em termos numéricos de consumidores e impulsionador da indústria nacional pelo consumo de produtos nacionais.

José Murilo de Carvalho aponta que interessante no Brasil foi o movimento de adaptação ocorrido com a filosofia positivista, uma vez que o setor militar esteve sempre às voltas com este modelo de pensamento, ao passo que na França, berço do positivismo, promovia-se a ideia de que o governo militar representaria uma “retrogradação social”.



Atraídos pela proposta de cientifização das estruturas política, econômica e cultural do Brasil, além de possuírem um vasto conhecimento técnico, os militares sentiram-se logo seduzidos pelo movimento, e acabaram infiltrando-se no poder estatal, uma vez que não podiam prescindir do Estado, sendo parte dele. A importância dos militares para o desenvolvimento de uma cultura brasileira com traços próprios, com ar de brasilianidade, estendeu-se de modo intenso, sobretudo na criação dos símbolos nacionais que vieram a dar o sentido de unicidade pretendido à República.

No Brasil dos anos 1890 inexistia um sentimento de patriotismo, de nação inteira. Geograficamente, este sentimento de desunião era também expresso pela auto-situação do brasileiro no território, cuja identificação se dava com a província, e não com a totalidade da extensão territorial do país. Ser brasileiro era um sentimento ainda não elaborado no pensamento do habitante das terras do Brasil, mas a condição de mineiro, gaúcho ou paulista, por exemplo, era suficiente para a auto-denominação e identificação com o lugar.

Alguns elementos, como a língua, a religião ou mesmo a unidade política republicana federativa eram os poucos formadores da até então identidade nacional brasileira, mas faltavam ainda elementos que pudessem estar a todo o tempo na memória do habitante do Brasil para que este sentimento viesse a consolidar-se em vias de fato.

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930). Tratava-se, na realidade, de uma busca das bases para a redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo. Porque foi geral o desencanto com a obra de 1889. (CARVALHO, J. M., 2011, p. 32-33).

No Brasil recém republicano, ainda marcado pelo ranço da monarquia política, a multiplicidade de povos, raças e tipos humanos fazia da cultura aqui vigorante uma mistura de histórias e de geografias, e esta situação cultural dificultava a consolidação de uma cultura dita homogênea para o Brasil, de uma cultura minimamente consensual ou de uma unidade cultural, com símbolos universalmente reconhecíveis e aceitos por todos ou por uma maioria significativa; daí o malogro na tentativa de constituição de mitos e heróis nacionais:

[...] Uma cultura não é homogênea. Talvez existam culturas que são mais ou menos homogêneas, mas são culturas muito pequenas, que contam com umas milhares de pessoas, como, por exemplo, a cultura dos tupinambás. No entanto, quando falamos de cultura inglesa, francesa, brasileira, é impossível

pensar em homogeneidade. Existem sempre o que os sociólogos chamam de subculturas, variações. (BURKE, 1996, p. 2).

A apreciação de Burke confirma o panorama cultural brasileiro do início do século XX. Não havia uma cultura homogênea que atribuísse identidade ao Brasil e os brasileiros. Podemos nos arriscar e dizer que a homogeneidade cultural em prol de uma identidade nacional se concentrava nos grupos da elite econômica da época (que também implicava em uma elite cultural) como expressa José Murilo de Carvalho ao reforçar que havia uma movimentação forte em favor de uma República muito mais no imaginário popular que na vida política republicana e em seus representantes<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Sobre esta questão é interessante a figura do marechal Floriano Peixoto, segundo presidente da proclamada República brasileira e figura de pouco prestígio entre os oficiais das forças armadas da época. A imagem de homem forte e de líder nato, desenvolvida no imaginário popular e reproduzida pela história oficial brasileira cai por terra em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1916), de Lima Barreto, obra que relata a dimensão do patrimonialismo e as mazelas políticas da vida pública brasileira na recém proclamada República, que pela voz de Policarpo Quaresma, homem engajado em uma ação política e cultural de crítica ao *status quo* da vida pública da época, vem denunciar a pobreza da organização social e política brasileira do início do século XX:

“Os cadetes da Escola Militar formavam a falange sagrada. Tinham todos os privilégios e todos os direitos; precediam ministros nas entrevistas com o ditador e abusavam dessa situação de esteio do Sila, para oprimir e vexar a cidade inteira.

Uns trapos de positivismo se tinham colado naquelas inteligências e uma religiosidade especial brotara-lhes no sentimento, transformando a autoridade, especialmente Floriano e vagamente a República, em artigo de fé, em feitiço, em ídolo mexicano, em cujo altar todas as violências e crimes eram oblatas dignas e oferendas úteis para a sua satisfação e eternidade.

O cadete lá estava...

Quaresma pôde então ver melhor a fisionomia do homem que ia enfeixar em suas mãos, durante quase um ano, tão fortes poderes, poderes de imperador romano, pairando sobre tudo, limitando tudo, sem encontrar obstáculo algum aos seus caprichos, às suas fraquezas e vontades, nem nas leis, nem nos costumes, nem na piedade universal e humana.

Era vulgar e desoladora. O bigode caído; o lábio inferior pendente e mole a que se agarrava uma grande mosca; os traços flácidos e grosseiros; não havia nem o desenho do queixo ou olhar que fosse próprio, que revelasse algum dote superior. Era um olhar mortiço, redondo, pobre de expressões, a não ser de tristeza que não lhe era individual, mas nativa, de raça; e todo ele era gelatinoso – parecia não ter nervos.

Não quis o major ver em tais sinais nada que lhe denotasse o caráter, a inteligência e o temperamento. Essas coisas não vogam, disse ele de si para si.

O seu entusiasmo por aquele ídolo político era forte, sincero e desinteressado. Tinha-o na conta de enérgico, de fino e supervidente, tenaz e conhecedor das necessidades do país, manhoso talvez um pouco, uma espécie de Luiz XI forrado de um Bismarck. Entretanto, não era assim. Com uma ausência total de qualidades intelectuais, havia no caráter do Marechal Floriano uma qualidade predominante: tibieza de ânimo; e no seu temperamento, muita preguiça. Não a preguiça comum, essa preguiça de nós todos; era uma preguiça mórbida, como que uma pobreza de irrigação nervosa, provinda de uma insuficiente quantidade de fluido no seu organismo. Pelos lugares que passou tornou-se notável pela indolência e desamor às obrigações dos seus cargos.\_\_\_\_\_ A sua preguiça, a sua tibieza de ânimo e seu amor fervoroso ao lar deram em resultado esse homem-talvez que, refratado nas necessidades mentais e sociais dos homens do tempo, foi transformado em estadista, em Richilieu, e pôde resistir a uma séria revolta com mais teimosa que vigor, obtendo vidas, dinheiro e despertando até um entusiasmo e fanatismo.

Burke, ao se perguntar pelo quê possa ser novo a respeito de nossa nova história cultural, essa história de subculturas, de pequenos grupos, encontra nas práticas e nas representações que dela emergem a resposta para o seu questionamento; daí poder dizer com mais clareza que a grande inovação é a incorporação ou, ao menos, “a tentativa de incorporar a vida cotidiana na história cultural” (BURKE, 1996, p. 4), tentativa que se expressa em Monteiro Lobato em todas as suas obras, inclusive na Geografia de Dona Benta, ainda que este não fosse o propósito do autor. Ainda debilmente, também nos livros didáticos contemporâneos à literatura de Lobato essa nova história cultural já vinha se fazendo expressa, pelos matizes de regionalismo e de cuidado com a vida local, percebidos como ponto de partida para a compreensão do espaço geográfico e da localização em si.

Em outro momento, citamos a participação do escritor Lima Barreto como contribuinte para a divulgação de uma visão transgressora da política e de seus representantes nos primórdios da República no Brasil. A escolha malograda dos primeiros representantes republicanos, denunciada por Barreto, veio ao encontro das palavras de Monteiro Lobato expressadas em todas as suas obras, com teor de denúncia social não considerada, ao modo de Cassandra<sup>22</sup>.

A tentativa mal-sucedida de personificação do herói no representante republicano esbarra na exposição de Carvalho, J. M. para quem os heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos, legitimando regimes políticos. Em nossa cultura brasileira, a ausência do herói nos leva a supor a presença do malandro, uma relação entre sagrado e profano em que o profanador-transgressor admite para si uma legitimidade entre o povo brasileiro que nem mesmo o herói foi capaz de abdicar para si, razão pela qual o malandro seja a figura mitológica mais cantada, mais desenhada, mais poetizada em meio a cultura brasileira do início do século XX.

Por trazer consigo a ilegitimidade do recém instaurado regime político republicano, o malandro reiteira a posição de descontentamento do povo brasileiro no período, fato pelo qual podemos afirmar que é o malandro o grande herói da civilização brasileira, já que a sua cara é também a cara do povo.

---

Esse entusiasmo esse fanatismo, que o ampararam, que o animaram, que o sustentaram, só teriam sido possíveis, depois de ter sido ajudante-general do Império, senador, ministro, isto é após se ter fabricado à vista de todos e cristalizado a lenda na mente de todos.” [*sic.*] (BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Col. Ler é Aprender. n. 18. São Paulo: Klick Editora, 1997, p. 124-126).

<sup>22</sup> Referente ao mito grego de Cassandra, irmã de Heleno, condenada a profetizar sem ser ouvida.

Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação por meio da mobilização simbólica. [...] Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. Na ausência de tal sintonia, o esforço de mitificação de figuras políticas resulta vão. Os pretendidos heróis serão, na melhor das hipóteses, ignorados pela maioria e, na pior, ridicularizados. (CARVALHO, J. M., 2011, p. 55-56).

O esforço de procura pelos heróis na literatura de Monteiro Lobato, especialmente na *Geografia de Dona Benta*, nos leva à questão: serão as crianças os heróis eleitos por Lobato como personificação das aspirações coletivas do povo brasileiro ou ao menos de suas aspirações particulares para um Brasil pautado em um progresso plural?

José Murilo de Carvalho n' *A Formação das almas* (2011) indica que o evento da Proclamação da República constituiu-se em um feito histórico fechado, feito por, e apenas para a elite militar carioca e os envolvidos com a sua imposição. O povo, assim como no evento da Independência em 1822, fato que consumou o processo de libertação da colônia brasileira da metrópole iniciado em 1808 com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, continuou a se posicionar como espectador em sua própria história, donde portanto, a impostura de seus heróis.

Eis aí uma grande dificuldade: como inculcar no povo analfabeto, calcado em fortes tradições patriarcais e patrimonialistas, alienado de sua própria ação histórica e política uma ideia de união, de fraternidade e federalismo cultural, territorial e político, como desenvolver uma ideia de nação, como criar uma identidade cultural que lhe servisse de linha mestra na criação e na formação de um povo a ser chamado de brasileiro?

Na linha da criação literária de Monteiro Lobato, encontramos uma possível solução para esta inquietação na importância que o autor atribui aos aspectos do regionalismo, trabalhado pela linguagem endereçada ao público infantil, fundada não apenas na descrição da realidade, mas na sua crítica, com a ficção e a fantasia da supressão de barreiras espaciais e temporais, com o culto à pátria-mãe, à importância da criança, à sapiência do mais velho, elementos concentradores de um ideal nacionalista forte e de impacto certo no imaginário

do povo. Pereira (2010), em defesa da criação literária de Monteiro Lobato, atesta que antes do autor a literatura infantil praticamente não existia no Brasil.

Antes de Monteiro Lobato, os escritores extraíam dos velhos fabulários o tema e a moralidade das engenhosas narrativas que deslumbraram e enterneceram as crianças das antigas gerações, desprezando frequentemente as lendas e as tradições brasileiras para colherem, nas tradições europeias, matéria para suas histórias. E, se pouco ou nada de original escreviam, as traduções eram também raras e irregulares, fornecendo um balanço na própria produção. Monteiro Lobato considerava criminoso não aproveitar a onda favorável para empreender de uma vez por todas a renovação da literatura infantil no Brasil. (p. 4).

Neste processo de renovação iniciado por Lobato na literatura infantil brasileira, uma forte carga de moralidade de cunho positivo veio associada a um propósito de nação, que como vimos, esteve atrelado ao pressuposto do desenvolvimento científico para o progresso econômico. Entretanto, nenhum valor adotou maior importância na obra de Monteiro Lobato que o da influência e da presença da mulher na liderança política, sendo o Sítio do Pica-pau Amarelo um território experimental para este intento, com seus personagens do sexo feminino destacados frente aos do sexo masculino.

Neste contexto, um símbolo importante que se relaciona profundamente com a expressão literária da Geografia de Dona Benta e que está presente também no ideário promovido com o conhecimento do livro didático do final do século XIX e início do século XX, é o da figura materna, ou da mulher na responsabilidade da educação dos filhos no lar, derivada diretamente da linha positivista de pensamento que influía na consolidação de uma educação centrada em princípios morais e éticos representativos do que, na sociedade pós-moderna contemporânea, corresponde ao sexismo e à divisão de tarefas por gêneros.

Não é demais salientar que à mulher, neste contexto, cabiam a passividade e a amabilidade, requisitos que historicamente vieram a se tornar elementos de grande força dentro das escolas primárias e no próprio imaginário social, aspecto de uma cultura paternalista e no limite patrimonialista, em que à professora cabia o tratamento de pessoa próxima, como a tia, a mãe ou mesmo a avó<sup>23</sup>. Discutindo o ideário republicano, José Murilo de Carvalho escreve:

---

<sup>23</sup> Consultar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que originou esta dissertação: GRACIOLI, Filipe Rafael. **Monteiro Lobato e a Geografia de Dona Benta**. 2011. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 2011.

Apesar da grande ênfase no papel feminino, apesar da declaração da superioridade da mulher sobre o homem, Comte acabava por lhe atribuir o papel tradicional de mãe e esposa, de guardiã do lar, pois era assim que a mulher garantia a reprodução da espécie e a saúde moral da humanidade. A política era tarefa menor que cabia aos homens. (2011, p. 93).

Durante o período da Primeira República, a figura da mulher representou a força republicana em sua beleza, maternalismo, doçura; no entanto, à risca do que preconizava e recomendara Augusto Comte, a mulher idealizada pelos republicanos brasileiros assemelhava-se à figura de Clotilde de Vaux<sup>24</sup>, companheira de Comte, branca, europeia, magra, de longe representativa da mulher brasileira típica ou idealizada pelo romantismo de nossa literatura, uma mulher de traços selvagens, negra, índia ou mulata, cabocla.

Ao refletir esta personificação da mulher como figura máster, vemos que não é à toa que a personagem mais mitificada de Lobato seja Narizinho, a menina-mulher, jovem, amável e sempre ponderativa, guardiã direta da sabedoria matriarcal herdada de Dona Benta, que não por acaso também é mulher e idosa, outra simbologia importante no pensamento do positivismo de Comte expressado na escrita literária de Lobato.

De toda esta apreciação, podemos dizer que Lobato reconsiderou suas concepções a respeito do positivismo clássico numa adaptação para o pensamento e para a linguagem infantis, colocando-se na contramão dos republicanos brasileiros quanto ao papel político da mulher, que na pequena república do Sítio do Pica-pau Amarelo, não tinha designação maternal apenas, mas de liderança.

Se para os republicanos a figura da mulher assemelhava-se à idealizada por Comte em Clotilde de Vaux, em Lobato a mulher republicana aproximava-se já da representada pela brasileira, a começar por sua faceta de campesina, distante da cidade e fortemente ligada a terra, situação que ia ao encontro dos movimentos feministas que vinham ganhando força na Europa neste começo de século e intentando uma colocação da mulher no imaginário social como do sexo forte, inclusive no imaginário da própria mulher.

As artes plásticas do período republicano em sua fase inicial são significativas para o entendimento de como a identidade nacional brasileira carecia de elementos representativos de símbolos próximos à realidade do país. Se considerarmos que os quadros e esculturas sempre foram elementos culturais de acesso a porções privilegiadas das sociedades, que podiam pagar altos preços pelo trabalho minucioso e intelectualizado, é de se esperar que este

---

<sup>24</sup> Clotilde de Vaux (1815-1846): musa inspiradora de Augusto Comte e co-fundadora da Religião da Humanidade, manteve uma relação espiritual com Comte, colaborando-lhe com os fundamentos da filosofia positivista.

trabalho nem sempre reflita a visão e os interesses de quem o elabora, mas de quem o encomenda.

Assim, na arte do início do século XX envolta pela atmosfera republicana de promoção política, a manifestação do pensamento da elite econômica está muito bem representada, a exemplo das pinturas retrativas da temática, em que aparece com frequência a república como a mulher jovem, branca, despida, porém não despuorada e no caso da república brasileira, sempre em segundo plano em relação às repúblicas centrais, como a francesa, por exemplo, frequentemente representada como a mãe-guia da república brasileira.

A bandeira nacional, símbolo máximo da identidade brasileira, é também tomada de mote na elaboração e reprodução de um pensamento republicano, embora apareça com menor frequência nas pinturas e esculturas do período. É paradoxal a sua composição, se atentarmos para as cores que ela traz em sua representação, que ao contrário do que prega o imaginário popular, não representam as belezas naturais da terra, mas as cores reais da monarquia portuguesa das casas de Bragança e Orleans; o paradoxo do representado pela bandeira está justamente no regime político que traz consigo: a monarquia imperial como pano de fundo para a república!

## **FINALIZANDO...**

Após toda a exaustiva argumentação que trouxemos já temos a possibilidade de definir algumas impressões a respeito do que viemos investigando. A começar pela literatura, que em Monteiro Lobato assume um tom de obra de arte, já compreendemos a sua importância e a vitalidade que dela emana, para a sobrevivência do pensamento livre do fascismo cultural, da liberdade da ciência e mesmo da própria Geografia. Como nos escreve Vigotski (2009) a obra literária implica um trabalho composicional específico, uma arquitetura, como diria Bakhtin...

[...] A reunião de imagens, a caracterização de personagens, a descrição de cenas, o desenrolar da trama; os modos de narrar, as escolhas de palavras e pontos de vista, as imagens de possíveis interlocutores; tudo isso faz parte desse trabalho, cujo produto final transcende o momento de criação, adquire uma existência autônoma, e escapa do domínio do criador, produzindo efeitos e afetos no próprio autor e naqueles que o recebem. (VIGOTSKI, 2009, p. 33).

Assim ocorre em Lobato: uma Geografia que se tornou autônoma, pela força libertadora da literatura, e se fez de grande importância para a educação; a Geografia de Dona Benta, que não é uma obra didática, tem sua saliência justamente no fato de conseguir estabelecer relações de ensino e de aprendizado sem recorrer à categoria do estritamente didático, uma verdadeira façanha linguística de Lobato, pois conseguiu o que nenhum outro autor havia conseguido até então; mais do que empoderar-se da língua, Lobato funda uma linguagem de formação geográfica que prescinde da linguagem escolar de seu tempo.

No Brasil e em todo o mundo letrado, ao se falar em literatura infantil imediatamente recorria-se aos fabulários e contos escritos por adultos, numa linguagem adulta, para as crianças, repletos de teor moralista e de bons costumes. Monteiro Lobato coloca-se na história da escrita para o infantil como um divisor de águas, porque reformula uma literatura infantil que nascera adulta à maneira como ele próprio entendia o ser criança: um espaço de brincadeira, mas também de liberdade para o questionamento e principalmente para a imaginação criativa e desimpedida que só a infância tem. Lobato refunda com esta façanha o sentido e a concepção do didático na literatura infantil e passa a influenciar toda a produção literária para crianças no Brasil; em outras palavras, Lobato recupera de uma literatura como história do cotidiano a veia da literatura como fonte de educação.

Ao refundar o conceito de didatismo Lobato resgata uma noção de extrema importância para a educação: a da persistência da literatura como mártir da formação humanizada. Eis aí um duplo movimento iniciado pela escrita de nosso autor – o de salvação das letras do arcaísmo cultural e a reinvenção do sentido de aprender, inaugurando um terceiro espaço, o do aprendizado pela experiência criadora que só a literatura consegue fornecer. Afinal, conceber uma Geografia contada e não descrita e decorada, criando a especificidade que só a palavra de Lobato conseguira até então, demandaria a revisitação de todo o cânone sobre o conceito de educação, que até então se fazia em um espaço de influência do ideário positivo de nação, para quem o “berço esplêndido” da pátria nunca se via roto.

Como a escrita de Lobato ruma para uma experiência leitora em Geografia a partir da construção de livros onde se possa morar, podemos dizer que esta escrita se distancia da proposta dos livros didáticos contemporâneos a sua obra, elaborados, a princípio, para a qualificação instrumental do jovem estudante de sua época. É desta maneira, portanto, que a sua obra se torna didaticamente relevante, ao assumir a postura de crítica frente à situação política e econômica vivida pelo povo brasileiro e a sua passividade quanto ao agir em prol de uma pátria e de uma nação.



Ao resgatar a figura do velho e do narrador ou do velho como narrador, Lobato nos põe às claras o poder que reside em seu discurso, de modo que a informalidade contida na figura do narrador traz à tona a ideia de educação informal como alternativa à educação escolar oficial e padronizada e, assim, põe-nos também o seu livro e a sua Geografia como educadores informais.

Se para Chartier o livro didático ora passa a ser interessante ora passa a ser mero auxiliar no desenvolvimento da formação do leitor, a Geografia de Dona Benta, que não tem o compromisso diretamente vinculado ao didático, dá o suporte para uma experiência leitora em Geografia que é imaginável, sensível e emotiva; ao atentar para o poder da língua e de seus discursos, a fantasia contida na escrita da Geografia de Dona Benta torna mais facilitado o entendimento da língua pela criança leitora. Essa Geografia do faz-de-conta proposta por Lobato captura o conceito da geograficidade proposto por Dardel, aquele ser e estar no mundo percebido a partir do espaço.

Na fronteira entre o mundo material, onde se insere a atividade humana, e o mundo imaginário, abrindo seu conteúdo simbólico à liberdade do espírito, em que a especialidade original e a mobilidade profunda do homem designam as direções, traçam os caminhos para um outro mundo, a leveza se liberta dos pensadores para se elevar aos cumes. A geografia não implica somente no reconhecimento da realidade em sua materialidade, ela se conquista como técnica de **irrealização**, sobre a própria realidade. (DARDEL, 2011, p. 5, grifo do autor).

Essa técnica de irrealização sobre a própria realidade, que se traduz para nós como a experiência sensível e consciente do espaço – a espacialidade - tem a mesma cola que permite compreender a historicidade como a realização da consciência do homem no tempo. Este é um dos indícios que atribuem o caráter de especificidade da literatura de Monteiro Lobato, cuja escrita nos leva a entender e a desenvolver esta geograficidade, que pelo tema do nacionalismo cria uma sensibilidade para o homem brasileiro se reconhecer como pertencente a uma nação, dotado de um aparato cultural próprio que não o faça olhar para o externo como modelo do belo e do verdadeiro.

É a experiência que vem, neste sentido, para marcar a geograficidade que emana da literatura da Geografia de Dona Benta. Se a historicidade é a formulação filosófica da tomada de consciência pela época de que o destino do homem é que ele se realize historicamente – o existir (DARDEL, 2011), a geograficidade vem a significar essa existência no espaço, a realização espacial do homem, que envolve as raízes, os preconceitos, as ideologias e,

sobretudo, as permanências e impermanências das identidades com as transformações do espaço.

Como experiência, a Geografia de Dona Benta nos sugere a apropriação sensível do espaço - a experiência geográfica do espaço que implica no sê-lo e não apenas no tê-lo, olhá-lo com olhos de viajante que busca aproveitar o melhor de suas ofertas, como fizeram Pedrinho, Narizinho, Emília, Dona Benta, mas como não pode Tia Nastácia. Essa experiência geográfica é a célula que desperta no leitor a imaginação e vice-versa, e é dela também que deriva a vontade da criação. Para Vigotski (2009) a criação é o ingrediente mais fundamental na receita da imaginação; uma vez que não se cria algo novo, a criação só pode vir da experiência, da junção dos pequenos grãos da criação cotidiana que vamos tecendo e que, na sua insignificância, vão dando corpo às grandes criações.

É por isso que a criação, que está para todos, porque todos experienciam, todos podem se deixar parar, sentir, absorver, não pode ser vista como exceção, mas como a regra. Na infância a criação se expressa nas brincadeiras: a imaginação da brincadeira do cavalo de pau, da boneca, do exército, ou como pirata, são elaborações da imaginação que se constituem a partir de experiências pelas crianças vivenciadas na sua realidade.

A junção de situações a essas experiências já vivenciadas no plano do real chama-se criação: combinar o velho de novas maneiras - “a atividade criadora da imaginação depende diretamente da riqueza e da diversidade da experiência anterior da pessoa, porque essa experiência constitui o material com que se criam as construções da fantasia.” (VIGOTSKI, 2009, p. 22). Como debruçar-se sobre Lobato implica em suspender-se em questões, surge mais um questionamento sobre a sua escrita: será que a diversidade experienciada por nosso autor na biblioteca de seu avô e em Robinson Crusóe ou mesmo nas fábulas e nos contos de seu tempo constituíram material para as construções da fantasia de suas histórias? Se ainda nos acumulam dúvidas sobre os lugares onde Lobato enriqueceu-se e diversificou-se, certamente nos sobram certezas sobre a magia e o poder de sua influência na formação pela experiência em sua criança leitora.

Ao divulgar que uma didática do conhecimento geográfico é possível pelo viés literário, a Geografia de Dona Benta refunda uma relação com os saberes sobre o espaço, que passam a exigir do leitor um retorno sensível, que caminha mesmo pelos sentidos da imaginação saudável, aquela que dá brecha para o duvidar e para o negar. Uma experiência leitora em Geografia que olha para os pontos opacos dos conhecimentos geográficos, cuja realidade geográfica “apresenta lacunas, zonas de ‘silêncio’ que escapam da atenção do homem [...]” (DARDEL, 2011, p. 54), mas que podem ser compreendidas.

Sobretudo, é a liberdade que marca a geograficidade pretendida na Geografia de Dona Benta. Barthes já apontara a necessária salvação da literatura porque todas as ciências e todos os conhecimentos estão presentes no monumento literário, inclusive a Geografia:

A literatura e também a ciência podem nos letrar, libertando-nos de muitas amarras que levam à imobilização social, ao nos apresentar diferentes modos de vida, socializando-nos e politizando-nos de várias maneiras. Nos textos literários e científicos, pulsam forças que mostram a grandeza e a fragilidade do ser humano; a história e a singularidade, entre outros contrastes, indicando-nos que podemos ser diferentes, que nossos espaços e relações podem ser outros. (GOULART, 2007, p. 24).

Essa liberdade que a literatura promove está traduzida em Lobato pelo verbo morar: que a criança more nos livros como ele morara no Robinson Crusóe; que o norte de cada criança esteja na sua “casa” - nas suas experiências e sensações. O uso do verbo morar apresenta assim “o mundo do texto como um espaço, lugar definido, de forma que a leitura possa ser vista como um transporte, semelhante ao que viriam a fazer [os] personagens do Sítio, usando o pó de pirlimpimpim e o ‘faz-de-conta’.” (VIEIRA, 1999, p. 50 - adaptado).

Da obra de Lobato podemos constatar ainda uma subversão dos paradigmas da produção literária brasileira dirigida para o público infantil escolar de sua época, buscando na criança e no jovem estudante um público que de espectador passa a autor de sua história e injetando-lhe uma dose significativa de auto-valorização, a partir da sua conduta de atenção ao relacionar-se com o espaço geográfico. Esta conduta, que abre caminho para a trajetória da experiência geográfica, vem acompanhada, na Geografia de Dona Benta, de uma humanização do conhecimento relacionado à compreensão do espaço, expressando uma tendência presente também no livro didático contemporânea a esta obra, como resultado da investida escolanovista na transformação da concepção de escola e de conhecimento escolar no país.

Quanto ao pressuposto da expressão de uma identidade nacional para o Brasil, ou melhor, para o brasileiro, vemos que a obra didática do início do século XX, assim como a Geografia de Dona Benta, veiculam uma psicoesfera de libertação política do passado monárquico, deixando para trás toda uma história construída com fundamento exploratório e criando um país a partir do momento vivido. Heróis que abundaram na constituição territorial, cultural e política do Brasil são postos em segundo plano para darem destaque a novos mitos humanos, associados ao novo regime político da república, mais visionários, mais colados com o futuro.

Nesta visão do paraíso brasileiro, do território terrivelmente destinado a ser o país do futuro, emerge um ensandecido e ao mesmo tempo túbio movimento em prol do progresso a todo o custo, como cola para um povo des-nacionalizado, destituído de identidade como nação. Livros e compêndios dos mais diversos teores surgem assim como instrumentos eficientes nesta empreitada, veiculando valores de um tempo contraditório, em que a mistura de raças ou a importância da mulher não são vistos a partir de sua própria beleza, mas como plataformas para outras finalidades, geralmente de manutenção de poderes de classes sociais e de esteio para uma política débil.

Em se tratando da mulher, outra constante fundamental na obra de Lobato, inclusive na sua Geografia, é ela quem ditará todo o enredo para a construção da metáfora do Brasil, colocando-se como elemento do repensar as relações sociais, políticas e culturais ainda em formação do país. Mas é Emília quem dará polifonia à mulher brasileira, uma simples boneca de pano, um brinquedo sem alma e, por isso mesmo, livre de moralismos, bem ao modo como desejava Lobato; é forte o significado da ausência da alma na construção do espaço e da nação brasileiras que ao contrário do que possa parecer, significa a vida e não a morte, na voz de nosso autor.

A boneca, o brinquedo, é a alma da palavra de Lobato: a boneca-de-trapos-tábua rasa, que se torna uma consciência, a mente que se abre para uma nova ideia e que jamais voltará ao seu tamanho original. Em um mundo em que os brinquedos, mesmo que rudes, tinham mais lugar na vida das crianças que os livros, o grande estalo de Lobato vem daí: o de transformar o livro em brinquedo, de coisa dura em alma. E assim como Emília surge do artesanal processo que pelas mãos da velha negra Nastácia dá vida – eclosão – à escória, assim também faz Lobato com a palavra, tecida e eclodida por suas mãos.

Seria então Lobato a Tia Nastácia? Seria assim Tia Nastácia o *alter ego* de Lobato, a sua extrapolação? Como Tia Nastácia, que vive às escusas da sociedade, assim talvez se visse Lobato, à margem de seus sonhos abortados: o de ser pintor de quadros pela obrigação da formação acadêmica, o de ser escritor pela imposição da vida na fazenda. E como Tia Nastácia, que do negrume de seu espaço vital, abusadamente dá as caras ao homem branco-seu senhor, assim encara Lobato o senhorio de seu tempo – aponta o dedo para a moral e para a tradição e abusadamente recria a palavra e a língua para a criança, e funda-lhe um espaço.

E como Negrinha, a protagonista de um de seus contos mais famosos, de quem no mundo fez-se herdar apenas duas impressões, a cômica, na memória das meninas ricas, suas senhorias, por sua ingenuidade e leveza de espírito, e a saudosista, na saudade viva dos “croques” nos dedos de Dona Inácia, assim também sucede com Lobato: a cômica expressão

no rosto daqueles “meninos” louros e ricos, pelo espanto pela transgressão que foi e é a loucura da palavra reinventada, e a saudade gerada nos dedos daquele tempo, que não ousa mais manifestar-se contra.

No que toca ao teor dos dados e dos números que aparecem na Geografia de Dona Benta, estes estão sempre associados a um pensamento de indução ao contexto de sua ocorrência, ou seja, não descolados de um raciocínio que leva em conta suas gêneses e suas conjunturas porque, como propósito do autor, os “livros deveriam ser lugares onde as crianças pudessem morar”, portanto, lugares de seguranças e de referências. Este norte adotado por Lobato para a escrita de suas obras foi responsável por inaugurar, ao menos na escrita infantil brasileira, uma proposta de reflexão de teor ontológico associada à exatidão e a relativa segurança que os dados e as descrições asseguram.

E a fórmula se torna ainda mais potente quando os efeitos do maravilhoso suspendem a linearidade das concepções de espaço e de tempo típicas de um pensamento racional, herdado de Descartes, e permitem a construção de outras relações de corporeidade da criança leitora, diferente da literatura racional veiculada na obra didática que lhe foi contemporânea, voltada mais para um compromisso com o saber científico que experiencial. Na transgressão deste compromisso, se pensarmos as circunstâncias que emolduram a escrita da Geografia de Dona Benta inseridas nas circunstâncias históricas da divulgação inicial da obra, teremos a resposta para a confirmação da grandiosidade que esta obra de Monteiro Lobato representou para a formação do pensamento intelectual geográfico brasileiro na formação cultural do Brasil.

O interessante parece ser que para Lobato a criança não é algo que virá a ser, porque já é algo, ser humano completo, cuja continuidade do processo formativo vai ocorrendo através da inserção cultural dos grupos sociais que transita. Mas não descompromissadamente, o tratamento diferenciado dado por Lobato à criança neste período da história cultural brasileira, será fundamental para o desenvolvimento das ideologias nacionalistas posteriores, como a do período Vargas (1930-1945); preparar a criança e inseri-la na realidade da vida adulta tratando-a como parte funcional e não apenas acessória constituir-se-á em um ingrediente fundamental no processo de construção da identidade nacional brasileira ao longo do século XX.

Por fim, entendemos que as obras de referência didática responsáveis por criar e veicular um ideal de nacionalidade no Brasil fortificaram referências geográficas de nação que servem de referência mais para o outro, para o mundo externo, que para nós mesmos. Na materialidade daquilo que chamamos de referência, pelos locais brasileiros externamente

conhecidos, pela natureza exuberante, que compõem o nosso dossiê de Brasil e que não necessariamente estão presentes em nosso cotidiano, nos distanciamos das nossas raízes de colonizados e de explorados e nos restringimos à exuberância de nossos “palácios e igrejas”, esquecendo-nos de nossos recônditos, de nossos guetos, que são os espaços de nossa verdadeira experiência como brasileiros. Mesmo assim essas obras didáticas foram significativas para a construção de um conhecimento escolar de Geografia, formador da vulgata desta disciplina; afinal, nossa formação geográfica escolar deve muito aos pensadores que pioneiramente ousaram e se lançaram em um universo desconhecido, cujo tempo e debruçares seriam os responsáveis por aprimorar as origens desse conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. **Monteiro Lobato. Furacão na Botocúndia**. 3 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001, 392p.
- BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Col. Ler é Aprender. n. 18. São Paulo: Klick Editora, 1997, 191p.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 11 ed. São Paulo: Cultrix, 2010.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: \_\_\_\_\_ **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 114-119.
- \_\_\_\_\_. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_ **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 197-232.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. 369f. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.
- BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. A cartografia nos livros didáticos no período de 1824 a 1936 e a história da Geografia escolar no Brasil. In: ALMEIDA, Rosângela Doin de. [Org.]. **Novos rumos da cartografia escolar**. Currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011, p. 71-90.
- BRAY, Silvio Carlos. A Geografia acadêmica tradicional no Brasil: positivismo com historicismo? In: **I Colóquio brasileiro de história do pensamento geográfico**. [s.l.], abr. 2008.
- BROSSEAU, Marc. Geografia e literatura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. [Org.]. **Literatura, música e espaço**. Tradução de Márcia Trigueiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 17-77.
- BURKE, Peter. Culturas populares e cultura de elite. **Diálogos**. v. 1. Universidade Estadual de Maringá, 1996.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: \_\_\_\_\_ **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989, p. 140-162.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas – o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_ **A formação das almas – o imaginário da república no Brasil.** 20 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. A teoria na prática é outra? Considerações sobre as relações entre teoria e prática em discursos educacionais. **Revista Brasileira de Educação.** v. 16, n. 47. Rio de Janeiro, mai./ago. 2011, p. 307-322.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais.** São Paulo: Boitempo, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Literatura, música e espaço: uma introdução. In: \_\_\_\_\_ [Org.]. **Literatura, música e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 7-16.

COSTA, Patrícia Coelho. Apresentar o Brasil aos brasileiros, aproximar os brasileiros de sua pátria: a materialidade na geografia escolar de Delgado de Carvalho. **Estudos Históricos.** v. 24, n. 48. Rio de Janeiro, jul./dez. 2011, p. 265-283.

COUTO, Marcos Antônio Campos. O conceito de espaço geográfico nas obras didáticas: o espaço viúvo do homem. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. [Org.]. **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa.** São Paulo: Contexto, 2002, p. 323-330.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra. Natureza da realidade geográfica.** Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011, 159p.

FERRAZ, Cláudio Benito. A institucionalização do ensino de geografia no Brasil da primeira metade do século XX. **Caderno prudentino de Geografia.** Dossiê Geografia e Ensino. n. 17. Presidente Prudente, jul. 1995.

GERALDI, João Wanderley. Culturas orais em sociedades letradas. **Educação & Sociedade.** n. 73, [s.l.], dez. 2000, p. 100-108.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_ **Mitos, emblemas, sinais - morfologia e história.** Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 143-179.

GOULART, Cecília. Linguagem, práticas culturais e Ensino Fundamental de nove anos. **Presença Pedagógica.** v. 13, n. 76. [s.l.], jul./ago. 2007, p. 14-25.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A literatura infantil e o pó de pirlimpimpim. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. [Org.]. **Lendo e escrevendo Lobato.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 13-30.

HAAG, Carlos. O Brasil visto do sítio. Estudos sobre Monteiro Lobato fazem ressurgir a complexidade do escritor em todas as suas contradições. **Pesquisa FAPESP.** Edição especial 50 anos. São Paulo, [s.n.], mai. 2012, p. 253-257.



LAJOLO, Marisa. Negros e negras em Monteiro Lobato. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. [Org.]. **Lendo e escrevendo Lobato**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 65-82.

LEGROS, Patrick. et. al. Os fundadores da sociologia do imaginário. In: \_\_\_\_\_ **Sociologia do imaginário**. Tradução de Eduardo Portanova Barros. Col. Imaginário Cotidiano. Porto Alegre: Salinas, 2007, p. 78-103.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 434p.

LOBATO, Monteiro. **Geografia de Dona Benta**. 1 ed. Série I. v. XXII. Ilustrações de J. U. Campos e Belmonte. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, 234p.

\_\_\_\_\_. **Geografia de Dona Benta**. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. Negrinha. In: MORICONI, Italo. **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 43-49.

MIRANDA, Sérgio Luiz. A relação direções cardeais-esquema corporal no ensino de Geografia: uma perspectiva histórica e afirmativa. In: **Anais do 9º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia e V Colóquio de Cartografia para Crianças. Mundo contemporâneo, práxis educativa e ensino de Geografia**. Niteroi: Universidade Federal Fluminense, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005, 154p.

OLIVEIRA, Lívia de. Humanismo na Geografia: a contribuição brasileira. In: **I Colóquio brasileiro de história do pensamento geográfico**. [s.l.], abr. 2008, 10p.

PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. A Barca de Gleyre, de Monteiro Lobato: origens da literatura infantil brasileira. In: **32º Congresso Internacional de IBBY**. Santiago de Compostela, 2010.

\_\_\_\_\_. A Barca de Gleyre: uma leitura de saber e/ou fruição. **Letras de hoje – Estudos e debates de assuntos de linguística, literatura e língua portuguesa**. v. 43, n. 2. Porto Alegre, abr./jun. 2008, p. 26-28.

PRADO JR., Caio. Aires de Casal, o pai da Geografia brasileira, e sua corografia brasílica. In: \_\_\_\_\_ **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 165-186.

RESENDE, Márcia Spyer. **A Geografia do aluno trabalhador. Caminhos para uma prática de ensino**. Col. Educação popular, n. 5. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

ROCKWELL, Elsie. La lectura como práctica cultural: conceptos para el estudio de los libros escolares. **Educação e pesquisa**. v. 27, n. 1. São Paulo, jan./jun., 2001, p. 11-26.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, Ana Paula Ferreira da. Arthur Ramos e a “creança problema” na escola pública dos anos 1930. **TRAMA interdisciplinar**. v. 2, n. 2. [s.l.], Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011, p. 58-73.

TAYLOR, Charles. Que é um imaginário social? In: \_\_\_\_\_ **Imaginários sociais modernos**. Lisboa: Texto & Grafia, 2010, p. 31-38.

VIEIRA, Adriana Silene. O livro e a leitura nos textos de Lobato. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. [Org.]. **Lendo e escrevendo Lobato**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 45-64.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Imaginação e criação na infância**. Ensaio psicológico: livro para professores. Tradução de Zoia Prestes. Comentários de Ana Luiza Smolka. São Paulo: Ática, 2009, 135p.

VITTE, Antonio Carlos; COUTINHO, Giulliano. Macunaíma: natureza e formação territorial na constituição da identidade nacional brasileira. In: MARANDOLA JR, Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista. [Org.]. **Geografia e Literatura: ensaios sobre a geograficidade, poética e imaginação**. Londrina: EDUEL, 2010, p. 207-240.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

BENJAMIN, Walter. A escrivanhinha. In: \_\_\_\_\_ **Obras escolhidas**. Tradução de José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 118-120.

\_\_\_\_\_. Prefácio. Walter Benjamin ou a história aberta. In: \_\_\_\_\_ **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 7-19.

BIGNOTTO, Cilza Carla. Duas leituras da infância segundo Monteiro Lobato. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. [Org.]. **Lendo e escrevendo Lobato**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 101-114.

BROSSEAU, Marc. O romance: outro sujeito para a geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. [Org.]. **Literatura, música e espaço**. Tradução de Márcia Trigueiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 79-121.

CARVALHO, Carlos Manuel Delgado de. **Geographia do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. **Língua e literatura**. 9 ed. São Paulo: Ática, 2002.

FEITOSA, Márcia Manir Miguel; MORAES, Cláudia Letícia Gonçalves; COSTA, Janete de Jesus Serra. O entrelaçamento de fios entre a geografia e a literatura: a construção de um saber múltiplo. **NUPEM**. v. 4, n. 6. Campo Mourão, [s.n.], jan./jul. 2012, p. 185-193.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. **Educação matemática e políticas públicas: currículos, avaliação, livros didáticos e formação de professores**. UNESP Bauru/Rio Claro. Disponível em:

<[http://www.ufrj.br/emanped/paginas/conteudo\\_producoes/docs\\_30/educacao.pdf](http://www.ufrj.br/emanped/paginas/conteudo_producoes/docs_30/educacao.pdf)> Acesso em: set. 2012.

GIARETTA, Liz Andreia. **Monteiro Lobato e o Sítio do Picapau Amarelo: uma análise do pensamento geográfico**. 2008. 158f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 2008.

GRACIOLI, Filipe Rafael. **Monteiro Lobato e a Geografia de Dona Benta**. 2011. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 2011.

KLINKE, Karina. Um faz-de-conta das meninas de Lobato. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. [Org.]. **Lendo e escrevendo Lobato**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 83-99.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas**. São Paulo: Brasiliense, 1956, 272p.

\_\_\_\_\_. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1956, 300p.

MARTINS, Milena Ribeiro. E era a máquina e de pijamas que Lobato escrevia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. [Org.]. **Lendo e escrevendo Lobato**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 31-44.

MELLO, Cristiano. O espaço geográfico suburbano na literatura – o subúrbio do Rio de Janeiro na obra *Clara dos Anjos* e as possibilidades de interdisciplinaridade. **Conhecimento Prático – Geografia**. n. 39. São Paulo: Escala Educacional, ago. 2011.

MIRANDA, Sérgio Luiz. Leituras do desenho do lugar na sala de aula. In: VARANI, Adriana; FERREIRA, Cláudia Roberta; PRADO, Guilherme do Val Toledo. [Org.].

**Narrativas docentes: trajetórias de trabalhos pedagógicos**. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 113-128.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Travessia da crise (Tendências atuais na Geografia). **Revista brasileira de Geografia**. ano 50, n. especial. t. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, p. 127-150.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**. v. 25, n. 1. São Paulo, [s.n.], jan./jul.,1999, p. 11-20.

PERES, Fabiana Costa; MARINHEIRO, Edwylson de Lima; MOURA, Simone Moreira de. A literatura infantil na formação da identidade da criança. **Revista eletrônica Pró-docência**. n. 1, v. 1. Universidade Estadual de Londrina, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope>> Acesso em: 06 jun. 2013.

PIRES, Marcelo Raimundo. **Representações de Brasil em Delgado de Carvalho**. 2006. 95f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba. 2006.

SANTOS, Wilson dos. **A obra de Aroldo de Azevedo - Uma avaliação**. 1984. 94f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Área de Concentração em Organização do Espaço. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro. 1984.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. Seção de Bibliografia e Documentação da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato. **Bibliografia brasileira de literatura infantil e juvenil**. v. 14 (2003). São Paulo, 2006, 295p.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América. Leis e costumes**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. **Relatório 2002**. Disponível em: <<http://pesquisa.fflch.usp.br/sites/pesquisa.fflch.usp.br/files/Geografia.pdf>> Acesso em: 11 dez. 2012.

## **OBRAS DIDÁTICAS CONSULTADAS**

ALMEIDA, Antonio Figueira de. **Noções de Physiographia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. [1931 ou 1932].

AMARAL, Angelina Almeida do. **Meu grande Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro, [s.n.], 1932.

AMARAL, Tancredo do. **Geografia elementar**. 14 ed. [s.l.], Francisco Alves & Cia, 1916.

- BITTENCOURT, Francisco Pinheiro. **Compendio de corographia do Brasil**. 3 ed. [s.l.], Francisco Alves, 1911.
- CABRAL, Mario da Veiga. **Chorographia do districto federal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos editor, 1930.
- \_\_\_\_\_ **Compendio de chorographia do Brasil**. 20 ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho editora, 1933.
- \_\_\_\_\_ **Geographia Primaria**. 1 ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos editora, 1925.
- \_\_\_\_\_ **Terceiro anno de geographia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho editora, 1933.
- \_\_\_\_\_ **Terceiro anno de geographia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho editora, 1934.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. **Methodologia do ensino geographico**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.
- FREIRE, Olavo. **Chórographía do Brasil**. São Paulo: Ed. Cia. Graphico – Editora Monteiro Lobato, 1925.
- FTD. **Geographia Atlas**. Curso elementar. São Paulo: Livraria Alves – Paulo Azevedo & Cia, 1923.
- GABAGLIA, Raja. **Praticas de geographia**. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, [192-].
- JUNIOR, Alfredo Ellis. **Geografia 3ª série**. São Paulo: Editora Livraria Acadêmica, Saraiva & Companhia, 1934.
- LACERDA, Joaquim Maria de. **Curso methodico de geographia**. Physica, politica e astronomica. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1923.
- \_\_\_\_\_ **Pequena Geographia da infancia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1928.
- LIMA, Afonso Guerreiro. **Geografia secundaria**. 3ª série. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1935.
- \_\_\_\_\_ **Geografia secundaria**. 4ª série. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1935.
- \_\_\_\_\_ **Geografia secundaria**. 5ª série. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1935.
- LOBO, Abreu. **Serie de quadros synopticos e mappas para o ensino da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Aber e Poder editores. J. R. de Oliveira e Cia, 1932.
- MATTOSO, Antonio. **Iniciação geografica e corografia do imperio português**. 2 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora. [19--?].
- MENNUCCI, Sud. **Corografia do estado de São Paulo para uso das escolas primarias**. Rio de Janeiro: J. R. de Oliveira & Cia, 1936.

MILANO, Miguel. **Geografia geral**. 1 ed. Col. Humanidades. v. CXVI. São Paulo, [s.n.], 1932.

\_\_\_\_\_ **Geographia Physica**. 1º anno medio. 1 ed. São Paulo: Editor estabelecimento graphico Matano, 1922.

MIRANDA, Anna O. Porto Carreiro de; MOREIRA, Nair Santos. **Geographia racional**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editora, 1932.

MUNHOZ, M. Iracema; FORSTER, Anita. **Cartografia**. 2º caderno. Mapas Brasil, [19--].

NOVAES, Carlos de. **Geographia especial ou chorographia do Brazil**. 6 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Livraria Francisco Alves, Paulo de Azevedo e Cia, 1925.

\_\_\_\_\_ **Geographia secundaria**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia. Aillaud Alves, & Cia, 1914.

PINHEIRO, Luiz Leopoldo Fernandes. **Curso Methodico** – Geographia Physica, política e astronomica. São Paulo: Francisco Alves, 1912.

\_\_\_\_\_ **Pequena Geografia da Infancia**. São Paulo: Francisco Alves & Cia., Aillaud Alves & Cia, 1913.

PINTO, Alfredo Moreira. **Geographia de S. Paulo**. São Paulo em 1899. Chorographia do estado para servir com o mappa de S. Paulo, de Arthur H. O'Leary (engenheiro da comissão geographica e geologica do mesmo estado). Rio de Janeiro, São Paulo, Minas: Livraria de Francisco Alves, 1899.

SCROSOPPI, Horacio. **Curso superior de geografia geral**. 5 ed. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Francisco Alves & Cia, 1915.

\_\_\_\_\_ **Lições de chorographia do Brasil**. São Paulo: Duprat & Companhia, 1908.

\_\_\_\_\_ **Lições de chorographia do Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1927.

THIRÉ, Arthur. **Geographia elementar**. 11 ed. Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte: Francisco Alves, 1913.

WAPPAEUS, Johann Eduard. **A geographia physica do Brasil refundida**. ed. condensada. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1884.

XAVIER, Lindolpho. **Geographia commercial**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos editor, 1922.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - LISTAGEM DE FONTES CONSULTADAS – ESTADO DA ARTE DO TEMA DE PESQUISA

#### A. Periódicos SCIELO

1. CAMPOS, Maria Inês Batista. **A construção da identidade nacional nas crônicas da *Revista do Brasil***. São Paulo: Olho d'Água/FAPESP, 2010, 274p.
2. DEBRUN, Michel. A identidade nacional brasileira. **Estudos Avançados**. v. 4, n. 8. São Paulo, [s.n.], jan./abr. 1990.
3. DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009, 272p.
4. ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. **Paisagens em ruínas: exotismo e identidade nacional no Brasil oitocentista. Dados**. v. 41, n. 4. Rio de Janeiro, [s.n.], 1998.
5. HEIZER, Alda. A construção da identidade nacional (1920 e 1940): entre práticas e projetos. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. v. 5, n. 3. Belém, [s.n.], nov./dez. 2010.
6. LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados**. v. 22, n. 62. São Paulo, [s.n.], jan./abr. 2008.
7. SOUZA, Candice Vidal e. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. **Maná**. v. 6, n. 2. [s.l:s.n.], 2000, p. 180-183.
8. TRINDADE, Alexandre Dantas. O "descobrimento" no pensamento cinematográfico brasileiro: diálogos possíveis quanto à identidade nacional. **Lua Nova**. n. 81. [s.l:s.n.], 2010, p. 47-74.

#### B. Banco de Teses da CAPES

1. ALCANFOR, Lucilene Rezende. **Produção e circulação das obras didáticas de Monteiro Lobato**. 2010. 159f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010.

2. ALMEIDA, Alexandra Veira de. **A desconstrução da identidade nacional a partir do imaginário mítico em três romances: Ubirajara, Macunaíma e Utopia Selvagem.** 2003. 115f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2003.
3. BERALDI, Francielle Bonfim. **Geografia e literatura nas séries iniciais: considerações a partir do ensino fundamental em Dourados-MS.** 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados. 2012.
4. CARDOSO, Luciene Pereira Carris. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: identidade e espaço nacional (1883-1909).** 2003. 209f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2003.
5. DOMINGOS, Bárbara Mendonça. **Visões de um Brasil moderno: os diálogos e as tensões nos ideais dos modernistas de Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda na busca por uma identidade nacional.** 2010. 219f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2010.
6. FILHO, Humberto Marini. **O estranho caso de Monteiro Lobato com a identidade nacional: estudo da obra adulta.** 2000. 586f. 2v. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2000.
7. FILHO, Mario Luis Simões. **Tensões no modernismo brasileiro: tradição e contradição em Monteiro Lobato.** 2008. 87f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2008.
8. GAUDIO, Rogata Soares del. **Concepções de nação e estado nacional dos docentes de Geografia - Belo Horizonte no final do segundo milênio.** 2006. 297f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2006.
9. GIARETTA, Liz Andreia. **Monteiro Lobato e o Sítio do Picapau Amarelo: uma análise do pensamento geográfico.** 2008. 158f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 2008.
10. LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria: liberatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910).** 2004. 363f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2004.



11. MAGNOLI, Demétrio Martinelli. **O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. 1996. 306f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia (Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996.
12. MARTINS, Silvia Cristina Cópia Carrilho Silva. **O Sítio do Picapau Amarelo: universo real e universo ficcional**. 2002. 121f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura. Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2002.
13. MOREIRA, Antonia Vilani Pinto. **Narrativas de fundação: considerações sobre Iracema e a Eneida para a construção de sentidos de nacionalidade**. 2007. 207f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal do Ceará. 2007.
14. MOUNUL, Najla Mehanna. **O ensino de Geografia no projeto educacional de Rui Barbosa**. 2009. 138f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2009.
15. PINHEIRO, Beatriz Carneiro. **Imaginário oligárquico & identidade nacional**. 1995. 144f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco. 1995.
16. SENSI, Dario André. **Fronteira e identidade nacional: mito e história do avanço para o oeste**. 2006. 123f. Profissionalizante. Diplomacia. Instituto Rio Branco. 2006.
17. SILVA, Andrea Zeppini Menezes da. **“Sentimento íntimo” e “sensibilidade universal”: identidade nacional em Machado de Assis e Dostoievski**. 2011. 175f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura Russa. Universidade de São Paulo. 2011.
18. SOUZA, Almir Antonio. **Invenções do Brasil: alguma ficção, muitas histórias**. 2001. 137f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Literatura. Universidade Federal de Santa Catarina. 2001.
19. SOUZA, Monica Farias de. **Imagens do Jeca Tatu na produção literária de Monteiro Lobato: um processo de construção de identidade brasileira**. 2008. 114f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras (Ciência da Literatura). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008.
20. VENÂNCIO, Ana Carolina Lopes. **Literatura infanto-juvenil e diversidade**. 2009. 257f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. 2009.

21. XAVIER, Vanessa Balsanello. **Os Brasis de Monteiro Lobato: de Jeca Tatu ao desencantamento**. 2010. 132f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná. 2010.

C. Banco de Teses da USP

1. ARALDO, Adriana Falcato Almeida. **Sobre voltas e abandonos: literatura infantil/juvenil, reprodução e renovação de valores sociais**. 2011. 156f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.
2. RÊGO, Josoaldo Lima. **Espaço, modernidade e literatura: uma leitura de “O Guesa”, de Sousândrade**. 2007. 119f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia (Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

D. Banco de Teses da UNICAMP

1. BELLUCO, Hugo Alexandre de Lemos. **Radiografias brasileiras: experiência e identidade nacional nas crônicas de João Antonio**. 2006. 117f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Teoria e História Literária. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2006.
2. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930**. 2002. 314f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2002.

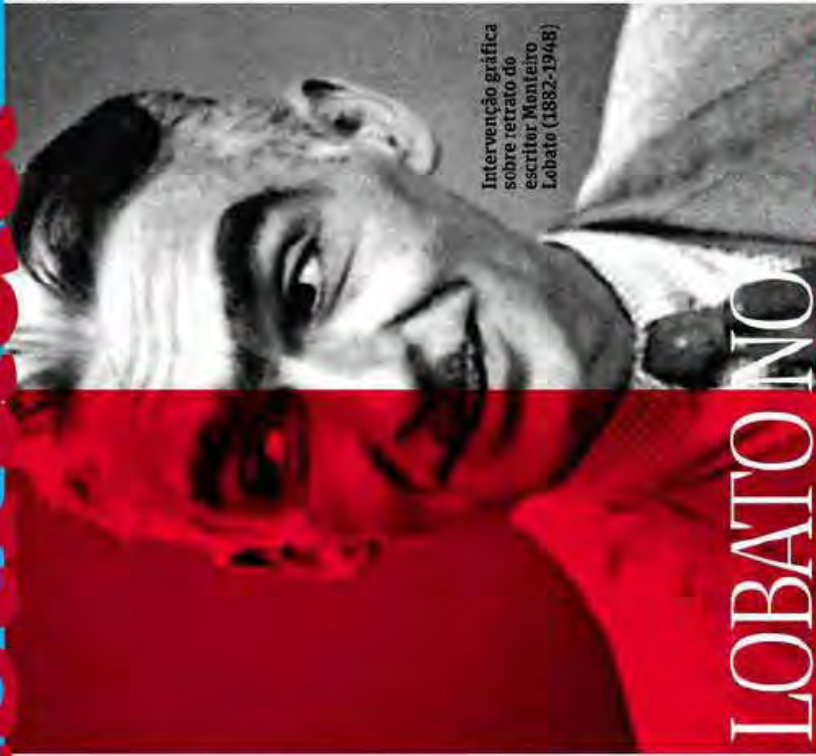
E. Banco de Teses da UFRJ

1. ARAÚJO, Joana Luiza Muylaert de. **Sílvio Romero: literatura e nacionalismo**. 1993. 256f. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Departamento de Ciência da Literatura. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1993.
2. BARATA, Ricardo Barbosa. **A literatura como construção da identidade brasileira na modernidade**. 1999. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1999.

3. COSTA, Luiz Otavio Rodrigues da. **Na trilha do romance: uma leitura da obra literária de Aluísio de Azevedo**. 1996. 226f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1996.
4. MALTA, Márcio José Melo. **Jeca na Careta, charges e identidade nacional**. 2007. 108f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.
5. RAMOS, Luciane de Oliveira. **Metamorfoses do herói na construção da identidade brasileira**. 2004. 116f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Departamento de Ciência da Literatura. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2004.
6. SANTA, Marcos Roma. **Na mão da história: considerações, em dois tempos, sobre a idéia de nacionalidade na literatura brasileira**. 1996. 166f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Departamento de Ciência da Literatura. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1996.
7. SANTOS, Iaci d'Assunção. **Entre as raízes e o herói do Brasil: modernidade e identidade nacional nas décadas de 20 e 30 do século XX**. 2009. 160f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009.
8. SANTUCCI, Jane Celina. **Babélica urbe: o Rio das crônicas dos anos 20**. 2012. 300f. Tese de Doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2012.
9. TIMBÓ, Eduardo. **Caráter da desconstrução ou desconstrução do caráter? Uma releitura de Macunaíma**. 2011. 98f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Departamento de Letras Vernáculas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2011.

ANEXO A – LOBATO NO SUPREMO

# ilustrada



Intervenção gráfica sobre retrato do escritor Monteiro Lobato (1882-1948)

DE SÃO PAULO

Monteiro Lobato, quem diria, atravessou o mensalão: hoje à noite ocorre no Supremo Tribunal Federal uma audiência de conciliação, convocada pelo ministro Luiz Fux, para discutir a distribuição, em escolas públicas, de “Caçadas de Pedrinho”.

Em 2010, um parecer do CNE (Conselho Nacional de Educação, órgão ligado ao Ministério da Educação) recomendava a retirada do livro publicado em 1933 por Lobato (1882-1948) do Programa Nacional Biblioteca na Escola. O motivo: racismo.

O parecer do CNE que iniciou o caso foi suscitado sobretudo pela abordagem, no livro, da personagem Tia Nastácia, devido a trechos como o que comparava a cozinheira a uma “macaca de carvão”.

Desde então a questão da distribuição do livro se arrastava, justificando a mediação do Supremo.

Em nota, o ministro Fux diz que ela se faz necessária por tratar de “relevante conflito em torno de preceitos constitucionais, no caso, a liberdade de expressão e a vedação ao racismo”.

O MEC, no entanto, liberou, em ato homologatório no mesmo ano, a presença da obra no programa, desde que os exemplares distribuídos fossem acompanhados de

**Audiência** no STF discute hoje liberação de livro de Monteiro Lobato acusado de **racismo** e reacende **debate** sobre a adoção de obras literárias nas escolas

uma “nota explicativa”.

A tal nota deveria discutir “a presença de estereótipos raciais na literatura” de Monteiro Lobato e oferecer a devida contextualização histórica; mas isso não parece suficiente para o Iara (Instituto de Advocacia Racial), do Rio, e para o técnico em gestão educacional Antonio Gomes da Costa Neto.

Em 2011, o Iara impetrou mandado de segurança pedindo a reforma do ato homologatório do MEC.

O texto da ação diz: “Não há como se alegar liberdade de expressão” quando “a obra faz referências ao ‘negro’ com estereótipos fortemente carregados de elementos racistas”.

“Não somos contra a circulação do livro. Mas entendemos que uma nota explicativa não basta”, disse à **Folha** o advogado Humberto Adami, que representa o Iara.

A preocupação do Iara é criar um parâmetro a fim de evitar casos futuros.

Lobato, porém, não está sozinho entre autores consagrados levados à berlinda no país. Ou no mundo. Em 2011, o romance “Huckleberry Finn”, do americano Mark Twain (1835-1910) foi republicado em edição modificada nos EUA, por chamar negros pelo pejorativo “nigger”.

» LEIA MAIS na pág. E3

# LOBATO NO SUPREMO

# Questão não é literária, diz advogado de entidade

## Ação pede que professores sejam capacitados para abordar racismo

**Profissionais de ensino e escritores dizem que ficção não é realidade, mas admitem que falta orientar educadores**

DE SÃO PAULO

Na opinião do advogado Humberto Adami, do Iara (Instituto de Advocacia Racial), a discussão sobre preconceito contra negros em "Caçadas de Pedrinho", de Monteiro Lobato, ultrapassa o âmbito da questão literária. "Estamos discutindo o risco de reintrodução do racismo nas escolas. É preciso que haja programas de capacitação de professores antes de abordar o assunto, além da devida contextualização", diz ele que nega buscar a proibição da circulação da obra.

Opinião semelhante à do advogado Sinvaldo Firmo, do Instituto do Negro Padre Batista, de São Paulo. "Contextualizar ajuda a compreender as transformações históricas que nos permitem ter essa discussão aberta hoje."

O risco de medidas excessivas é uma preocupação de Chico Poli, diretor do sindicato de diretores de escolas públicas estaduais de SP.

"O politicamente correto leva a esse tipo de exagero. Ninguém ficou racista ou mais racista por causa de um livro de Monteiro Lobato. É um patrulhamento absurdo que não faz sentido em uma democracia."

Pensamento não muito distante do de Alcyr Pécora, crítico e professor da Unicamp. "Se formos fazer um expurgo por questões raciais e sexuais, não vai sobrar obra para ler. Literatura não é educação moral e cívica para elevar valores morais. O papel dela é confrontar as coisas."

Segundo Adami, o confronto que agora se abre é uma oportunidade de forçar o governo brasileiro a cumprir o seu dever, que é "zelar por uma educação livre de preconceitos".

Guiado por preocupação semelhante, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) para criação de uma

comissão nacional de avaliação de material didático, a fim de verificar possíveis excessos do tipo.

O projeto se deu por ocasião da proibição, no Distrito Federal, do livro "Banzo, Tronco e Senzala" (ed. Hartra), em 2003, acusado de depor contra a cultura negra.

Enquanto entidades e governo batem cabeça na Justiça, mantém-se a lacuna que, segundo a consultora em educação Maria Tereza Arruda Campos, é a mais grave.

"O MEC não tem a responsabilidade de preparar professores para tratar do preconceito do Lobato. Ele tem de preparar os professores como um todo."

Enquanto não sai do debate uma definição para as salas de aula, Adami diz que, caso o MEC insista em circular o livro sem os devidos aparatos, o Iara recorrerá a cortes internacionais.

"O Brasil é signatário de tratados e acordos que visam combater o racismo. Não é o nosso plano, mas não vamos nos esquivar dessa luta."

Adami diz ainda que o escritor Ziraldo e a Academia Brasileira de Letras devem desculpas por terem apoiado Monteiro Lobato sem ressalvas. "Não fosse uma questão de fato grave, não seríamos chamados ao STF para resolver". "Li todo o Lobato, nunca percebi nenhuma ideia racista", rebate Ziraldo.

**"O Lobato tinha algumas ideias racistas, mas isso não atinge a literatura infantil dele. Querer proibir? Tá maluco..."**

ZIRALDO, escritor

**"Vai muito além do talento do professor dar vida à literatura. O que precisamos é de investimento em formação"**

CRISTOVÃO TEZZA, escritor

### PROIBIÇÕES LITERÁRIAS

Decisões recentes que baniram livros de escolas brasileiras

**2009**  
A Secretaria de Educação de São Paulo determinou o recolhimento do livro "Dez na Área, Um na Banheira e Ninguém no Gol" (coletânea) das escolas estaduais por conteúdo sexual e palavrões



**2009**  
A Secretaria de Educação de Santa Catarina determinou o recolhimento de 130 mil exemplares de "Aventura Provisória", de Cristóvão Tezza, alegando que o livro tinha conteúdo sexual

**2010**  
O CNE (Conselho Nacional de Educação) emitiu parecer contrário à distribuição de "Caçadas de Pedrinho", de Monteiro Lobato, alegando que o livro tinha conteúdo racista



**2011**  
O Tribunal de Justiça de São Paulo vetou a distribuição em escolas do livro "Os Cem Melhores Contos Brasileiros do Século", alegando que parte da obra tem conteúdo sexual inapropriado

**2012**  
Depois de protestos de pais, docentes e religiosos, o Colégio de Aplicação, da UFMG, em Viçosa, banuiu de sua lista do vestibular o livro "Violetas e Pavões", de Dalton Trevisan, por conteúdo erótico

Lá fora

**2011**

"As Aventuras de Huckleberry Finn", de Mark Twain, teve trechos suprimidos de uma nova edição por se referir aos negros com termos pejorativos

**2012**

Após ser acusado por um cidadão belgo-congolês de retratar africanos com racismo, o livro "Tintim no Congo", de Hergé, teve sua circulação liberada por um tribunal belga



### OPINIÃO

## Não se pode tratar alunos como meros espectadores ingênuos

NOEMI JAFFE  
ESPECIAL PARA A FOLHA

A palavra ficção vem de "fingere", que, no inglês, derivou também em "finger", ou dedo, em português. Isso porque era com os dedos que os artistas da antiguidade modelavam o barro para dar a ele formas inventadas.

Atualmente, como produto dessa história de modelagens e representações, ficção é praticamente sinônimo de "mentira", "fingimento": são formas criadas pela mente humana.

É de se estranhar, portanto, para dizer o mínimo, que alguns educadores, entre cujos objetos de trabalho está a invenção verbal, queiram censurar a obra de Monteiro Lobato, de Dalton Trevisan, de Jorge Amado ou de quem quer que seja, por conterem alusões racistas, pornográficas ou afins.

Antes de tudo, de qualquer argumentação histórica ou contextual, as obras desses autores, sob ameaça de cen-

sura, são invenções ficcionais, todas perfeitamente delimitadas por esse escopo.

Nem os alunos são ingênuos a ponto de achar que uma narrativa literária é a verdade e nem os professores — espera-se — vão abordar essas histórias como se elas o fossem.

Quando um professor se depara, em sala de aula, com qualquer tratamento ficcional de teor divergente das Leis de Diretrizes e Bases, que, entre outras coisas, proíbem o ensino de conteúdo racista, é só mostrar aos alunos que:

1) é ficção; 2) a língua é um organismo vivo, passível de mudanças; 3) os hábitos comportamentais e literários também se modificam; 4) um autor e sua obra não podem ser julgados por afirmações ficcionais e contextualizadas.

Na verdade, trata-se de uma ótima oportunidade de se discutirem os limites entre a realidade e a ficção e o significado das construções politicamente corretas, que muitas vezes mais disfarçam do que educam.

Isso, aliás, independe de faixa etária ou econômica. As crianças e adolescentes brasileiros são suficientemente preparados pelo cinema, a televisão, a internet, a vida e a própria literatura para fazerem a distinção entre o real e o não real. Não se pode tratar os alunos como se fossem meros espectadores, ingênuos e influenciáveis.

### LEITURA ATIVA

A leitura ativa é aquela que possibilita ao aluno ler criticamente, compreendendo o tema, a linguagem e as mudanças sociais e históricas.

Se fosse o caso de censurar liminarmente preconceitos ficcionais, hoje não leríamos Madame Bovary e provavelmente parte da Bíblia poderia ser vetada.

A literatura — e a arte — são territórios onde cabem o erro, o preconceito, a divergência e a loucura.

Isso não deseduca, mas, ao contrário, prepara os alunos para questionarem a si mesmos e ao mundo.

NOEMI JAFFE é doutora em Literatura Brasileira pela USP, ex-professora de literatura em colégios particulares em São Paulo e autora de "Quando Nada Está Acertando" (Marricó), entre outros.

**"Isso me lembra a queima de livros durante o nazismo. É um patrulhamento que não faz sentido acontecer em uma democracia"**

CHICO POLI, diretor do sindicato dos diretores de escolas públicas estaduais de São Paulo

**"Não é o livro que tem de formar o professor, é o Estado. Se vai haver responsabilidade, tem de ser assumida e paga. O MEC só paga a tinta e o papel. Há carência de formação"**

MARIA TEREZA CAMPOS, consultora de educação

Disponível em:  
<<http://www.acervo.folha.com.br/fp/2012/09/11/21/>>  
Acesso em: 28 dez. 2012

# O Brasil visto do sítio

Estudos sobre Monteiro Lobato fazem ressurgir a complexidade do escritor em todas as suas contradições

Carlos Haag

Com grande precisão Monteiro Lobato (1882-1948) resumiu numa frase o credo de sua vida: “Um país se faz com homens e livros”. Ele tentou melhorar, modernizar e reunir, sem grande sucesso, este trio e por causa dessa mesma trinca amargou críticas ferozes, incompreensão e desilusão. Ele meteu o “narizinho” em todos os aspectos da sociedade brasileira com uma sabedoria digna de Dona Benta, atacando o conhecimento antiquado dos “sabugosas” e acertando o atraso nacional com um bodoque certeiro. Parecia ter tomado uma “pílula falante” e sua “torneirinha” e jorrava vitupérios contra os males nacionais. Foi, acima de tudo, um poço de contradições.

“Lobato é um pouco como todos nós, brasileiros. Ora assumindo posições polêmicas, ora se antecipando a seu tempo. Cresci lendo seus livros e muito de minha criatividade e liberdade de pensamentos devo a seus textos que levam à reflexão, ultrapassam o limite temporal. Ele era um brasileiro sob medida”, explica Marisa Lajolo, professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, vencedora do Prêmio Jabuti de 2009 por *Monteiro Lobato: livro a livro*, obra

Ilustração de 1936 de Belmonte para a turma do Sítio

resultante do temático *Monteiro Lobato e outros modernismos brasileiros*, apoiado pela FAPESP, entre 2003 e 2007. “Como não podia deixar de ser, a presença múltipla de Lobato na vida de seu tempo é envolvida por paixões violentas, contradições e dicotomias. É justamente por isso que sua obra pede uma análise abrangente que, longe de fugir das contradições ou de abrandá-las, aprofunde as oposições, inserindo suas ações em contextos cada vez mais abrangentes”, observa a pesquisadora.

É nesse espírito que a equipe do temático prepara agora um novo estudo, desta vez dissecando “livro a livro” a sua obra adulta, pouco conhecida e apreciada em face do sucesso das criações infanto-juvenis. Ao longo dos anos, a história da literatura fixou uma imagem multiforme e um tanto contraditória do escritor. De um lado, nota Marisa, afirma-se o escritor inventivo, considerado o criador de nossa literatura infantil; de outro, despreza-se o crítico de pintura que tri-

pudiu sobre os quadros inovadores da pintora modernista Anita Mafalti. Ele é malvisto como o fazendeiro que ridicularizou seus agregados na figura do Jeca Tatu, ao mesmo tempo que é exaltado como o cidadão progressista defensor do petróleo nacional.

A carreira poliédrica de Lobato foi fruto de uma visão de mundo arrojada e moderna, sempre em perfeita sintonia com o seu momento histórico”, analisa Marisa. “Ele deixou marcas profundas na cultura brasileira e sua herança está presente nos lugares mais diversos. Por exemplo, no perfil moderno da indústria livreira que criou, e também na problematização de vários aspectos de práticas nacionais de escrita e de leitura, de produção e da circulação de livros. Ele foi um dos primeiros e raros intelectuais a perceber a profunda alteração pela qual passavam, na modernidade, livros e leituras”, observa. Para tanto, empenhou o que tinha e o que não tinha.

Como comprovam, aliás, cartas inéditas recém-descobertas por pesquisadores da Unidade Especial de Informação e Memória da Universidade Federal de São Carlos (UFS-Car). No material descoberto, datado de 1925, Lobato pede ajuda financeira ao fazendeiro Carlos Leônico de Magalhães, mais conhecido como Nhonhô Magalhães, para salvar sua editora da falência. “Na primeira carta ele diz ao fazendeiro que, se ajudasse a editora, quem sabe um dia os filhos do fazendeiro se interessariam por livros. Já na segunda, Lobato diz que, se Nhonhô o ajudasse, não ajudaria somente o Brasil, mas também a salvar sua vida em um tom mais emotivo”, conta o professor João Roberto Martins coordenador da Unidade Especial. A resposta de Nhonhô veio de forma impessoal e datilografada, explicando que não fazia mais negócios por “necessitar de repouso”. “Essa consciência aguda da dimensão econômica de livros e literatura são uma das maiores marcas da modernidade de Lobato”, analisa Marisa Lajolo.

Daí a importância de mergulhar na sua produção, em especial na quase esquecida literatura não infantil, que voltou a ser editada apenas a partir de 2007, quando a Editora Globo assinou um contrato com os herdeiros após anos de uma pendenga com a Brasiliense, que detinha todos os direitos sobre a obra lobatiana.

## “As luzes sobre o modernismo paulistano jogaram Lobato no limbo. Ele virou o vilão.”



As capas de *Marquez de Rabicó*, 1925, por Voltolino; *Chave do tamanho*, 1949, por Augustus; e *Emília no País da Gramática*, 1934, por Belmonte





Ilustração de J.G. Villin para o livro *Reinacões de Narizinho*, 1933

Iniciada a republicação, a grande surpresa foi o sucesso de venda dos livros para adultos, como *Urupês*, por exemplo, a coletânea de contos que introduziu o Jeca Tatu em 1918 e já está na quarta reimpressão. “Se o papel de renovar da literatura infantil brasileira é incontestado, os novos tempos pedem uma reavaliação do jornalista, crítico de arte, ensaísta e polemista. As luzes sobre o modernismo paulistano jogaram Lobato no limbo. Ele virou o vilão. Nos últimos anos há uma revisão disso”, diz Marisa. “Além disso, ele é um excelente contista, divertido, violento em relação à crítica social, despojado em termos de linguagem”.

Segundo Marisa, quem conhece Lobato apenas como o incrível inventor do *Sítio do Picapau Amarelo* pode conhecer o melhor Lobato, mas, mesmo assim, está perdendo um bocado da personalidade do paulista sem papas na língua. “Entre 1882 e 1948, o escritor viveu entre dois brasis. Um mais agrícola, patriarcal, tradicionalista. Com este, ele ajustou contas inventando um sítio onde impera o matriarcado, onde em vez de gado há um burro falante e um sabugo sábio. O outro era o Brasil que mudava de cara com a industrialização. Para este segundo, ele foi um cidadão sob medida, feito de encomenda”. Fazendo no Vale do

Paraíba, Lobato lutou contra as queimadas dos caipiras, desancou o Jeca chamando-o de parasita e predador da natureza.

Em menos de dez anos, mudou de ideia: era a falta de saúde o que ele tinha chamado de preguiça, escrevendo novos artigos redimindo o Jeca e denunciando a precariedade das políticas de saúde nacionais. “Vinte anos depois, ele vira a mesa novamente. Lobato entendeu que o Jeca era vítima da estrutura fundiária brasileira e se pôs a escrever sobre isso”, lembra Marisa. Sua relação com o presente nunca foi das melhores: brigou com o Estado Novo pela falta de liberdade e pelo desinteresse geral dos brasileiros em encontrar petróleo, tarefa a que se dedicou com entusiasmo exacerbado, a ponto de perder, novamente, seu patrimônio e parar na cadeia como subversivo. No final da vida, o Jeca, agora transformado em Zé Brasil, lutava não mais contra doenças endêmicas, mas contra o latifúndio e a distribuição injusta de terra.

“Monteiro Lobato fez mergulhos no imaginário coletivo e simultaneamente o fecundou; ‘taquigrafou’ novas ideias sobre infância, que circulavam nas várias esferas culturais de seu tempo – como, por exemplo, as teorias da Escola Nova – e as transpôs para sua obra literária”, analisa a pesquisadora Cilza Bignotto, professora de teoria literária e lite-





À esquerda,  
o primeiro desenho  
da boneca Emília, de  
1920, por Voltolino.  
À direita, o Minotauro,  
por Augustus, 1949

## “Quero fazer livros para criança morar, como eu morei no *Robinson Crusóé*”

ratura brasileira na Universidade Federal de Ouro Preto. “Da mesma forma, percebeu e registrou de modo bastante peculiar as idéias sobre infância que existiam naqueles segmentos sociais que constituíam o ‘Brasil arcaico’: as comunidades caboclas, os grupos de camponeses caipiras do interior de São Paulo, a gente pobre da periferia que começava a se formar na capital do estado”, analisa. Foi, aliás, com um achado de Cilza que o temático coordenado por Mariza Lajolo ganhou matéria-prima de primeira. A pesquisadora, fazendo o seu mestrado, deparou-se num porão de um livreiro em Santos com montanhas de material inédito de Lobato e usou dinheiro da sua bolsa da FAPESP para adquirir os tesouros, que decidiu colocar ao alcance do público, doando tudo ao Instituto de Letras da Unicamp. Isso permitiu a criação do Fundo Monteiro Lobato, que reúne hoje um acervo de mais de dois mil itens, entre originais, cartas, fotos, primeiras edições, etc. Foi o “baú do Lobato” que ajudou os pesquisadores a adensar os trabalhos do temático *Monteiro Lobato e outros modernismos brasileiros*.

A análise dos novos achados deu novas peças ao quebra-cabeça que continua a ser montado pelo grupo e foi se configurando um Lobato ainda mais complexo. Afinal, como observa Marisa, sempre atento a sua realidade, ele soube incorporar, em uma obra ficcional pautada pela fantasia e pelo humor, informações muitas vezes coincidentes

com o currículo escolar. Em contraposição à escola convencional, alvo de frequentes críticas das personagens lobatianas, o *Sítio do Pica-Pau Amarelo* surge como uma escola alternativa. Nela, conhecimentos de gramática, matemática, geologia e até rudimentos de uma política nacionalista do petróleo são veiculados e assimilados de forma crítica, independente e sempre questionadora, especialmente na relação de ensino-aprendizagem entre Dona Benta e a discípula Emília.

**Q**uero fazer livros para criança morar. Não ler e jogar fora, mas morar como eu morei no *Robinson Crusóé*”, escreveu o escritor em carta ao amigo Godofredo Rangel. A República Velha pregava o ideal do moço sério, um adulto em miniatura, quieto e pronto a obedecer e aceitar os valores estabelecidos. Na época, os livros reproduziam o sistema, ou seja, criança levada era castigada. “Ele rompeu essa tradição autoritária, inspirando-se no e inspirando o projeto de renovação educacional estabelecido após a revolução de 1930, quando os intelectuais passaram a pregar um novo sistema de ensino como forma de resolver os males do país”, observa Cilza. Entre eles, destacou-se o educador baiano Anísio Teixeira e sua Escola Nova, que pretendia democratizar o saber, fazê-lo agradável aos jovens. Lobato soube trocar a travessura por aventura, colocando ao alcance da criança o gesto libertário na figura da Emília. Lobato lutou por isso até morrer, ou melhor, até virar “gás inteligente”, sua metáfora da morte. Apesar do tempo, ele permanece o inconformista ideal para os tempos modernos, tão conformados. ■

### O PROJETO

Monteiro Lobato e outros modernismos brasileiros – nº 2002/08819-4 (2003-2007)

MODALIDADE  
Projeto Temático

COORDENADORA  
Marisa Philbert Lajolo – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp

INVESTIMENTO  
R\$ 69.805,15

### ARTIGOS CIENTÍFICOS

LAJOLO, M. P. Mário de Andrade e Monteiro Lobato: um diálogo modernista em três tempos. *Teresa* (USP). v. 8-9, p. 141-60, 2008.

LAJOLO, M. P. A figura do negro em Monteiro Lobato. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte. v. 04, n. 23, p. 21-31, 1998.

LAJOLO, M. P. Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida. São Paulo: Editora Moderna, 2000. v. 1. 99 p.

### DE NOSSO ARQUIVO

*O futuro do presente no pretérito*  
Edição nº 184 – junho de 2011

*O latifúndio de Lobato*  
Edição nº 157 – março de 2009

*Independência ou morte*  
Edição Especial FCW – outubro de 2007